

António Carlos Valera

Hol océni co [0 Bl og]

HOLOCÉNICO [o Blog], por António Carlos Valera

ALGUMAS NOTAS SOBRE ARQUEOLOGIA;
SOBRE O SEU ENSINO UNIVERSITÁRIO
E DESEMPENHO PROFISSIONAL;
SOBRE PATRIMÓNIO
E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.

Publicado por Era Arqueologia SA
e editorial XPTO

1ª edição, Lisboa 2005

todos os direitos dos textos do autor,
excepto as notas e comentários creditados.

design de ideia ilimitada, atelier de design
impressão e acabamento ??????

ISBN????????

DEPÓSITO LEGAL????????

© 2005 ANTÓNIO VALERA > ERA ARQUEOLOGIA, S.A.

Índice

Nota Prévia	13
Prefácio	15
O DIA DA FUNDAÇÃO (24-02-04)	15
1// Conhecer	17
ÉTICA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: PARA UMA HERMENÊUTICA DA CITAÇÃO E DA OMISSÃO. (PUBLICADO EM TRÊS PARTES, RESPECTIVAMENTE EM 8, 9 E 10-03-04)	17
CONTINGÊNCIA DO CONHECIMENTO E VERDADE PROVISÓRIA (1) (19-03-04)	23
CONTINGÊNCIA DO CONHECIMENTO E VERDADE PROVISÓRIA (2) (24-03-04)	23
CRIATIVIDADE (17-04-04)	24
IDEAIS E PRÁTICAS (18-04-04)	25
AINDA SOBRE ARTE E CIÊNCIA (24-04-04)	26
O INCÓMODO EPISTEMOLÓGICO (25-04-04)	26
O DESÍGNIO DE TODO O CONHECIMENTO (28-04-04)	27
APETÊNCIA POR CIÊNCIA (16-05-04)	28
AINDA SOBRE PÚBLICO E CIÊNCIA (17-05-04)	29
ILUSÃO DEMOCRÁTICA (21-05-04)	30
AINDA SOBRE PÚBLICO E CIÊNCIA (21-05-04)	32
CONHECER (03-06-04)	34
ORDEM E DESORDEM (14-06-04)	34
EU (22-06-04)	36
VALE TUDO? (22-06-04)	36
CONHECIMENTO E AS SUAS ORGANIZAÇÕES INSTITUCIONAIS (23-06-04)	38
DICOTOMIAS, PARA QUE VOS QUERO... (02-07-04)	39
CIRCULARIDADES (07-09-04)	40

"ISTO NÃO É UM CACHIMBO" (11-09-04)	43
ORTODOXIAS (AINDA O 4º CAP) (21-09-04)	46
HABITUS CONTEXTUALISTAS (23-09-04)	47
DISTÂNCIAS (30-09-04)	48
"VOLTAR" À FLL (08.10.04)	49
HUMANAS E NATURAIS: AS CIÊNCIAS E A MANEIRA COMO	
O HOMEM SE VÊ A SI PRÓPRIO (16.10.04)	50
A SOLUÇÃO (21.11.04)	52
PASSADO COMO RECURSO (22.11.04)	55
INGENUIDADES POÉTICAS (16.12.04)	56
CHOVER NO MOLHADO (20.12.04)	57
TRAJECTÓRIAS (14.05.05)	58
O DESCONFORTO DAS PALAVRAS (27.01.05)	59
CONSTRUÇÕES NA AREIA DE UMA AMPULHETA (08.02.05)	60
CIRCULAR (06.03.05)	62
2// Arqueologia e Universidade	65
INICIATIVAS UNIVERSITÁRIAS (27-02-04)	65
A DECLARAÇÃO DE BOLONHA E ARQUEOLOGIA (02-03-04)	66
DISCRIMINAÇÕES ARQUEOLÓGICAS (05-03-04)	67
(DESA)FIO DE ARIANA (12-03-04)	69
"ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL" DA DECLARAÇÃO	
DE BOLONHA: NECESSIDADE (URGENTE) DE APLICAÇÃO	
DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO (13-03-2004)	71
FORMAÇÃO EM ARQUEOLOGIA (27-03-04)	72
NOVOS E VELHOS CURSOS NAS UNIVERSIDADES (29-03-04)	74
AOS ESTUDANTES (DE ARQUEOLOGIA E NÃO SÓ) (30-03-04)	79
QUE CERTIFICA UM CERTIFICADO DE HABILITAÇÕES? (05-04-04)	79
ESTADO DE NATUREZA UNIVERSITÁRIO (07-04-04)	80
DESÍGNIO DE EXCELÊNCIA (09-04-04)	82
QUEM "DÁ" O QUÊ (12-04-04)	84
MUNDO TECNOCRATA (23-05-04)	86

IMPRESSÕES DE LEITURA (15-06-04)	87
MANEIRAS DE FAZER (17-06-04)	88
AINDA AS MANEIRAS DE FAZER (18-06-04)	90
ALUVIÕES (26-06-04)	93
AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA (30-07-04)	94
UNIVERSIDADES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (11-08-04)	96
DISSONÂNCIAS (02-09-04)	98
ENTRADAS NA UNIVERSIDADE E ESPECIALIZAÇÕES (12.09.04)	100
ESPECIALIZAÇÃO À BOLONHESA (15.10.04)	101
IMPORTÂNCIA DE UMA FORMAÇÃO GENERALISTA (02.01.05)	102
UMA VEZ MAIS OS PROBLEMAS DA ESPECIALIZAÇÃO (14.01.05)	104
ARQUEOLOGIA E BOLONHA 1 (18.01.05)	105
PROCESSOS PÓS DEPOSICIONAIS (22.01.05)	106
SISTEMAS DE AVALIAÇÃO REVELADORES (14.02.05)	107

3// Arqueologia e Profissão	113
DA NECESSIDADE DE UM ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	
DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA (06-04-04)	113
PROBLEMAS DE UM MERCADO EMERGENTE (16-04-04)	115
VALORIZAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DA ARQUEOLOGIA (21-04-04)	117
MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA (24-05-04)	119
"EMPATAS" (16-06-04)	121
FRACA EMPRESARIALIZAÇÃO (14-07-04)	125
REGRESSO (01-09-04)	127
PROBLEMAS CURRICULARES (14.09.04)	128
INVESTIGAÇÃO (28-09-04)	130
4 EM 3 (07.10.04)	133
RITUAIS (03.11.04)	136
À SAÍDA (15.12.04)	136
NAS ENTRELINHAS (25.02.05)	138

4// Arqueologia: alguns detalhes aqui e ali	141
PLANO NACIONAL DE TRABALHOS ACADÉMICOS,	
PERDÃO. ARQUEOLÓGICOS (25-02-04)	141
TIPOLOGIAS DE ARQUEÓLOGOS. TIPO 1: YIPPIE (28-02-04)	142
TIPOLOGIAS DE ARQUEÓLOGOS. TIPO 2: YUPPIE (29-02-04)	143
TIPOLOGIAS DE ARQUEÓLOGOS. TIPO 3: CUPPIE (01-03-04)	144
TIPOLOGIAS DE ARQUEÓLOGOS. TIPO 4: PUPPIE (02-03-04)	145
RESPOSTA (04-03-04)	146
MISSÃO (11-03-04)	146
PUBLICAÇÕES ARQUEOLÓGICAS (19-03-04)	148
OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS E A ARQUEOLOGIA	
ENQUANTO CIÊNCIA SOCIAL (21-03-04)	149
MESA REDONDA DE ONTEM (01-04-04)	150
APROVAÇÃO E FINANCIAMENTO DE PROJECTOS (06-04-04)	153
PROCRONIA ARQUEOLÓGICA (10-04-04)	153
DIVERSIDADE DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA (11-04-04)	155
ARQUEOLOGIA E RELAÇÕES ARQUEOMÉTRICAS (14-04-04)	156
NOTA AO POST ANTERIOR (14-04-04)	159
PERMANENTE CONFUSÃO DE PLANOS (24-04-04)	161
VERBO (29-05-04)	162
CADERNOS DE CAMPO 3 (07-06-04)	164
CADERNOS DE CAMPO 4 (11-06-04)	165
RAZÕES PARA MANTER UM IPA (16-07-04)	165
PESSOAS EM FORMA DE CAMPÂNULA (01-10-04)	168
OBJECTOS (02.11.04)	170
A "REVOLUÇÃO NEOLÍTICA" POR FAZER (04.11.04)	171
ESCULTORES (06.11.04)	174
DESERTOS E OÁSIS (21.11.04)	175
COMO SE DEFINE A RELEVÂNCIA SOCIAL DE UM SÍTIO	
ARQUEOLÓGICO? (21.12.04)	176
QUE REGISTRAR? (25.12.05)	178
TEMPOS (01.03.05)	182

5// Patrimónios	185
PATRIMÓNIO 1 (06-03-04)	185
PATRIMÓNIO, "SOCIEDADE CIVIL" E O PROBLEMA DA DIVULGAÇÃO (15-03-04)	185
PATRIMÓNIO ESTADO E "SOCIEDADE CIVIL" (16-03-04)	186
PATRIMÓNIO E INICIATIVA PRIVADA (17-03-04)	188
PATRIMÓNIO: DO SÍTIO À PAISAGEM (18-03-04)	189
USO PRIVADO E DESTRUIÇÃO PÚBLICA (21-03-04)	191
SENTIMENTOS PATRIMONIAIS (22-04-04)	192
RELEVÂNCIA SOCIAL (27-04-04)	193
CONSERVAR PARA QUÊ? (26-05-04)	194
COIMBRA DESCOBRE CELA DE S. ANTÓNIO (20-06-04)	196
RETORNO SOCIAL (01-07-04)	198
ONDE ACABA O PATRIMÓNIO? ONDE O HOMEM NÃO CHEGA! (27-09-04)	200
DIVULGAÇÕES (06-10-04)	202
BAIRRO ALTO (10.10.04)	204
PATRIMÓNIO IMATERIAL (18.10.04)	206
A PROPÓSITO DE UM DESENHO (02.12.04)	207
6// Outros comentários holocénicos	209
ATENTADOS E HIPOCRISIAS MULTICULTURALISTAS (11-03-04)	209
SEM TÍTULO (19-03-04)	211
SEM TÍTULO (20-03-04)	211
SOBRE O ABORTO (25-03-04)	211
SEM TÍTULO (28-03-04)	212
UMA PERSPECTIVA DE BLOGOSFERA (02-04-04)	213
SEM TÍTULO (02-04-04)	213
A PEDIDO E A PROPÓSITO (15-04-04)	213
AOS DEUSES DAS ALTURAS (17-04-04)	214
AGIR (24-04-04)	214
IDENTIDADES (UM ASSUNTO PARA O MÊS DE MAIO) (30-04-04)	215
NÓS E OS OUTROS (02-05-04)	216

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS (04-05-04)	217
LUGARES (05-05-04)	218
TEMPOS HUMANOS (06-05-04)	218
O SONHO POR VEZES COMANDA A VIDA, POR VEZES EMPATA A VIDA (09-05-04)	220
"AINDA OS LUGARES" (11-05-04)	221
A DURABILIDADE DAS COISAS (22-05-04)	222
MUDANÇA (23-05-04)	223
DESINFORMAÇÃO (02-06-04)	223
PERCEPÇÃO E ESPAÇO (03-06-04)	223
COMÉDIA TRÁGICA (09-07-04)	225
DISTÂNCIAS (29-07-04)	226
OS DIREITOS TÊM COMO CONTRAPARTIDA DEVERES (02-08-04)	227
PRÁTICAS QUOTIDIANAS (03-08-04)	228
"CENOURAS DE BRUXELAS" (05-08-04)	228
AS COISAS COMO (NÃO) SÃO (11-09-04)	230
AINDA AS CONTINGÊNCIAS DO SER (10-09-04)	230
INOVAÇÕES (22-09-04)	232
A GLOBALIZAÇÃO TAMBÉM POTENCIA A DIFERENÇA (21.10.04)	233
(30.10.04)	233
ESTATURAS (30.11.04)	234
PUBLICAÇÕES, "ÁRBITROS" E CITAÇÕES (05.12.04)	235
BELEZAS (04.01.05)	239
ESTRUTURA E ACÇÃO (20.01.05)	239
NO DECORRER DE UMA REUNIÃO (02.02.05)	241
ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS (10.02.05)	242
(24.02.05)	243
THE END (08.03.05)	244

Nota Prévia

DEPOIS DE MUITAS HESITAÇÕES, RESOLVI-ME A PUBLICAR o Holocénico. A decisão resultou de um incentivo externo e de um crescente desejo interno de dotar algumas das ideias expressas de um suporte material que me é mais agradável.

Este conjunto de textos é o resultado de uma selecção das "entradas" editadas no blog "Holocénico" durante pouco mais de um ano. Não foram pensados para serem publicados em livro e resultam, na sua maioria, de um pulsar quotidiano. Surgiram ao sabor do momento, do estado de espírito, de experiências vividas, de solicitações ou provocações. Não pertencendo a um diário não deixam de conter algo de fenomenológico. Não foram, pois, programados nem planeados e mesmo o pontual recurso a excertos de outros textos já escritos resultou de decisões de ocasião. Apesar disso, é possível encontrar no seu conjunto algumas linhas de força relativamente a um número bem delimitado de assuntos.

Selecionei um conjunto de entradas excluindo as que me pareceram menos interessantes (aos meus olhos de hoje) e as mais repetitivas. Hesitei também sobre qual o formato a adoptar para a sua publicação: se manter a sequência original ou se as agrupar por assuntos. Escolhi um misto. Os textos aparecem agrupados por temas, mas mantêm a sua sequência cronológica dentro de cada tema.

Os temas foram relativamente fáceis de estabelecer. O mesmo não aconteceu com a classificação de muitos dos textos, dada a forte interligação existente entre os assuntos. Não será pois de admirar que o leitor encontre textos em

capítulos diferentes que abordam a mesma questão, ainda que com tónicas ligeiramente diferentes.

Finalmente, de entre os vários comentários que diariamente iam sendo feitos às “entradas” selecionei alguns (poucos) que reproduzo pontualmente. Os comentários foram parte fundamental da dinâmica do blog enquanto espaço de debate e de troca de ideias. A introdução de alguns deles procura manter essa noção de diálogo e dinâmica. A selecção é, naturalmente, da minha inteira responsabilidade.

Prefácio

O DIA DA FUNDAÇÃO (24-02-04)

O dia de Carnaval será, talvez, o melhor dia para se criar um Blog. Simbolicamente antecipamo-nos a uma quarentena que simboliza a contenção, para, de forma igualmente simbólica, glorificarmos a transgressão de podermos livremente transmitir o que nos vai na alma a propósito disto e daquilo, atrás de uma máscara que mais ou menos nos disfarça aos olhos dos que revelam menor perspicácia.¹

O fim do Plistoceno corresponderia, no quadro idealizado por Rousseau, ao fim do Homem puro no seu Estado de Natureza. Os problemas do mundo começariam então, quando o Homem (O Homem Holocénico diríamos nós) instituiu entre si a desigualdade (diria Rousseau). Mas o seu mundo Moderno idealizou um novo estado de natureza baseado na racionalidade humana e apontou caminhos e soluções que, ao longo do século XX, alguns consideraram falhadas e falidas. Estes, que à falta de saberem quem são, se intitularam de pós-modernos (e que em face das alterações climáticas que vêm ocorrendo e se anunciam poderíamos chamar de pós-holocénicos) proclamam uma nova era, um novo Estado de Natureza.

A vida é hoje tudo menos certezas. Mas mais do que nunca (ou talvez como sempre), o mais interessante é vivê-la (não querendo com isto assumir uma postura meramente existencialista) e pensá-la. Neste contexto, o presente Blog proporcionará ao seu autor um palco para, numa perspectiva

¹ O anonimato duraria uns meses, já não lembro exactamente quantos. Acabaria por razões que reservo para mim.

holocénica (que ainda acredita poder ser a sua), de variante arqueológica (que é a sua formação), emitir pareceres sobre tudo o que lhe interessar e sobre o qual tiver alguma coisa a dizer. As questões arqueológicas, contudo, merecerão um especial carinho.

1// Conhecer

ÉTICA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: PARA UMA HERMENÊUTICA DA CITAÇÃO E DA OMISSÃO. (PUBLICADO EM TRÊS PARTES, RESPECTIVAMENTE EM 8, 9 E 10-03-04).

Um texto recente de Vítor O. Jorge (Jorge, 2003), no qual se lamenta o parasitismo intelectual que consiste em assumir como próprias ideias e preposições alheias, não citando, estimulou-me a finalmente escrever este pequeno texto sobre a citação e a omissão, o qual vinha sendo adiado por falta de tempo e por uma impiedosa gestão de prioridades. Não existindo sítio para uma imediata publicação, fica aqui uma primeira apresentação.

A citação é um recurso permanente do discurso quotidiano: “Fulano disse isto...”, “Sicrano afirmou aquilo” são modos vulgares de remissão de ideias e afirmações à sua origem (ou, pelo menos, à origem que lhes conhecemos). Naturalmente, este recurso está também presente no discurso científico, onde, aliás, assume um estatuto ético de relevo e se apresenta normalizado.

Citar é, portanto, um lugar comum. Contudo, só aparentemente o assunto poderá parecer banal e não merecedor de alguma atenção analítica. De facto, reflectir sobre os significados que a citação e a sua outra face, a omissão, podem assumir no discurso científico, conduz à consciência da necessidade de uma autêntica hermenêutica da citação que descodifique e interprete as múltiplas intenções que este recurso serve. Pensá-las faz parte do processo de compreensão dos discursos e da reflexão sobre as próprias condições de produção de conhecimento.

Começemos, assim, por aprofundar a análise da citação ao nível de um primeiro patamar. Poderemos distinguir três modos de citar, os quais, para já, consideramos de forma independente da intenção/função que lhes subjaz.

A citação implícita — Reproduz uma ideia ou afirmação popularizada e facilmente reconhecida (entre públicos genéricos ou públicos alvo), levando o receptor a uma imediata associação ao autor. Não se poderá considerar verdadeiramente uma omissão a ausência de referências aos autores de “Ser ou não ser, eis a questão”, “Penso logo existo” ou “Na natureza nada se cria, nada se perde, apenas tudo se transforma”.

A citação semi-implícita — Reproduz uma ideia ou afirmação à qual, por ser eventualmente mais difícil de referenciar, se acrescenta uma pista, mas não se explicita o nome do autor: “Porque sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura” escreveu o poeta da Brasileira.

A citação explícita — É a que explicita o autor, utilizando ou não normas de referência bibliográfica.

Comum a estes três modos é o respeito pela norma da boa conduta, ou seja, pelas prescrições éticas que regulam o reconhecimento e o respeito pela autoria, obrigando a um particular cuidado na gestão da citação, evitando a omissão. Dito isto, e para os mais inadvertidos, pouco mais haveria a acrescentar, a não ser, talvez, sugerir que se procurasse conhecer e aplicar correctamente as normas de citação e referência bibliográfica.

Contudo, a citação e a omissão são providas de significados, os quais se encontram ao serviço de desígnios, por vezes bem pouco evidentes.

Para além da ética (ou falta dela), as citações remetem para as condições sociais de produção de conhecimento, nomeadamente para os jogos e negociações de poder que lhes estão

associados, numa manipulação cuja interpretação é essencial à compreensão do texto. Aprofundando um pouco mais a análise, atingiremos patamares onde poderemos dar conta de significados e funções da citação:

~Citar para referenciar uma ideia ou afirmação feita por outra pessoa. Insere-se num discurso essencialmente informativo e de reconhecimento de autoria, não implicando necessariamente significados adicionais ou juízos de valor que, a existirem, são explicitamente expostos.

~Citar como argumentação, remetendo para o problema da autoridade na disputa que caracteriza a produção de conhecimento.

~Citar como exemplo / reforço de uma ideia à qual aderimos, adicionando ou não uma intenção de cortesia, homenagem ou admiração.

~Citar por empréstimo, porque gostamos da forma como uma ideia foi exposta, transmitindo, de forma considerada exemplar, o que se quer dizer.

Facilmente reconheceremos a estas diferentes utilizações da citação uma saudável razão de ser, onde a sua função aparece claramente centrada num apoio ao conteúdo do texto e à argumentação desenvolvida. Mas a citação poderá assumir, e frequentemente assume, funções relativas a aspectos exteriores ao texto e seu conteúdo:

~Citar como forma de promoção, sendo possível conceber duas variantes. Uma primeira corresponderá à auto-promoção, realizada através da citação conveniente (não se contemplam aqui as auto-citações). Citam-se autores a quem, por conveniência ou necessidade, se quer agradar, numa estratégia de promoção pessoal. É frequente entre “discípulos” em relação aos “mestres” ou em relação a detentores de poder, com maior ou menor necessidade de reverência. A segunda corresponde à promoção do outro. O objectivo

é promover alguém próximo (discípulo, amigo, apaniguado), ao serviço de uma estratégia de afirmação de poder e influência de uma pessoa ou de um grupo ou facção, estando normalmente também associada à omissão de concorrentes. ~Citar como estratégia de aproximação. Poderá ser uma variante da auto promoção, mas individualiza-se bem como uma estratégia de gestão política das relações com as diferentes entidades que povoam cada comunidade científica. Citam-se aqueles com quem se quer ser identificado, omitem-se aqueles a que não queremos ver-nos associados. Está muito ligada às flutuações de modas.

~Citar como exibição de conhecimentos (ou bluf). Mais uma variante da auto promoção, muito ligada à gestão de uma imagem que se quer passar. Citar, normalmente a despropósito, procurando mostrar que se conhece, leu e domina autores importantes, "difíceis" ou "exóticos", procurando projectar uma imagem informada ou irreverente, que nem sempre resulta genuína. Neste último caso estamos perante a citação bluf.

Este conjunto de significados e intenções, remete, pois, para aspectos interiores e exteriores ao texto, e que, no seu conjunto acabam por condicionar o produto final. A necessidade da abordagem hermenêutica da citação torna-se, assim, evidente. É necessário contextualizar as referências e os seus significados explícitos e implícitos, os quais fazem parte da inteligibilidade do texto e são fundamentais para a sua compreensão.

Mas igual atenção deve ser prestada à outra face da citação: a omissão. Fernando Távora (e estou a citar por empréstimo e como exemplo/reforço), a propósito do papel das formas na organização do espaço, lembra que tão importantes são as formas que o preenchem como os espaços deixados em branco. Os vazios fazem parte do discurso organi-

zado do espaço, pelo que a compreensão do espaço implica a sua concepção como uma continuidade de formas e vazios (ausências), sendo que toda a forma se define também relativamente aos vazios que a envolvem.

Citações e omissões estabelecem entre si uma relação semelhante de continuidade de significados. A hermenêutica da citação implica uma hermenêutica da omissão.

No Grande Dicionário da Língua Portuguesa considera-se que omitir é o "deixar, quer voluntária ou involuntariamente, de fazer ou dizer qualquer coisa que era de obrigação". Deveremos, assim, começar por distinguir a omissão por desconhecimento da omissão intencional. A primeira não é dotada de significado pelo autor, sendo passível de explicação pelas razões (mais ou menos justificáveis e atenuantes) que motivaram esse mesmo desconhecimento. A segunda, pelo contrário, sendo dotada de significado e desígnio (porque deliberada), é a que, verdadeiramente, corresponde à outra face da citação, surgindo-lhe associada nos jogos de estratégia política do discurso científico, provocando, por vezes, silêncios extraordinariamente barulhentos. Poderemos distinguir vários significados e intenções numa omissão deliberada:

~Omissão como desvalorização. É feita quando se considera que uma ideia (mais do que o seu autor) não é digna de referência, o que tanto pode resultar numa situação aceitável (uma eventual preposição ultrapassada e distante relativamente ao estado da arte), como derivar de uma soberba mal controlada ou de incompreensão.

~Omissão para silenciar. Parte do princípio que aquilo de que não se fala não existe. É muito utilizada como mecanismo para retardar a progressão, visibilidade e intervenção de pessoas ou grupos, evitando sombras indesejáveis. É um recurso de grande potencial estratégico.

~Omissão como provocação ou ressentimento. Ao contrário

da desvalorização, refere-se mais ao autor que às suas ideias (que, no íntimo, até podem ser admiradas ou invejadas), remetendo para problemas de natureza psicológica, traduzidos em diferentes estados de alma. É muito utilizada nos desentendimentos pessoais ou institucionais.

~Omissão como promoção. Utilizada quando se pretende camuflar termos de comparação ou promover a originalidade. Como já se afirmou, está muito ligada à citação na promoção de alguém, ao fomentar a invisibilidade de eventuais concorrentes. É também utilizada por muitos para transformar ideias, abordagens, metodologias que tiveram desenvolvimentos anteriores em inovações e originalidades tais, que, por vezes, parecem resultar de geração espontânea.

~Omissão como apropriação. Corresponde ao plágio e à apresentação, como próprio, do trabalho físico e intelectual de outros. Acontecendo entre indivíduos dos mais variados estatutos, é frequente nas relações de dependência hierárquica e de docente/aluno.

A famosa afirmação de Clarke, relativamente à inocência, tem aqui toda a oportunidade. A Citação/Omissão, para além de um recurso estruturante na construção do texto científico e na consolidação da sua argumentação, é também, frequentemente, um procedimento estratégico que remete para as relações sociais de produção desse conhecimento científico. Deste modo, mais uma vez é sublinhada a interferência que as condições de produção têm no acto de produzir conhecimento, e o carácter indispensável da acção reflexiva como forma de controlo crítico dessas mesmas condições. No que respeita à ética da citação/omissão, este processo hermenêutico não é, naturalmente, fácil, e o seu grau de eficácia será relativo à experiência e familiaridade contextual do leitor. Mas já será muito bom que se parta para a abordagem do texto com a consciência de que ele é necessário.

CONTINGÊNCIA DO CONHECIMENTO E VERDADE PROVISÓRIA

(1) (19-03-04)

“Os mortais devem ter pensamentos mortais e não pensamentos imortais”

EPICARMO

CONTINGÊNCIA DO CONHECIMENTO E VERDADE PROVISÓRIA

(2) (24-03-04)

“Quantas coisas, que temos por certas ou justas, não são mais que os vestígios dos nossos sonhos, o sonambulismo da nossa incompreensão! Sabe acaso alguém o que é certo ou justo? Quantas coisas que temos por belas, não são mais que o uso da época, a ficção do lugar e da hora?

(...)

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de porque se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Não era que um via uma coisa e o outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro um lado diferente. Não: cada um via as coisas exactamente como se haviam passado, cada um via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão.

Fiquei confuso desta dupla existência da verdade.”

BERNARDO SOARES, Livro do Desassossego

CRIATIVIDADE (17-04-04)

São frequentes as alegorias dedicadas ao conhecimento científico e à sua produção. Uma das mais frequentes é a do muro, onde a ambição de qualquer cientista é colocar mais um tijolo, o seu tijolo, contribuindo assim para o crescimento do muro, ou seja, do conhecimento. Outra igualmente muito conhecida é a do cientista, num assomo de modéstia, se considerar muito pequenino ao pé dos grandes clássicos que o precederam, mas mesmo assim perceber que, por mais pequeno que seja, aos ombros desses gigantes consegue ver um pouquinho mais longe.

Estes quadros ainda animam aspirações de muitos investigadores, os quais pensam que o conhecimento é um processo cumulativo de aquisição de conhecimentos positivos sobre o real. Em Arqueologia há ainda muita gente (preocupantemente de todas as idades) a pensar assim e a agir em conformidade. O progresso do conhecimento arqueológico faz-se através de mais um sítio, mais um estudo estatístico, mais umas datas de radiocarbono, mais um recipiente, mais, mais... Mas sendo quantidade a ciência é também, e muito, qualidade. Stefen Jay Gold, quando confessou que na sua juventude tinha sido animado pelo desejo de colocar mais um tijolo no muro, acrescentou: "A aspiração era bastante nobre; a metáfora era pura e simplesmente idiota. (...) A ciência não é uma busca impiedosa de informação objectiva. É uma actividade criativa humana, em que os seus génios actuam mais como artistas do que como processadores de informação."

A criatividade, a especulação, a poesia, a arte não são anátemas numa postura científica. São essenciais ao desenvolvimento do conhecimento, porque nos libertam dos constrangimentos que o próprio conhecimento cria.

Renovam e enriquecem questionários, inventam soluções, evidenciam a beleza das ideias e das percepções humanas no seu relacionamento com o mundo. Ou não fosse a ciência feita por seres humanos e não por senhores assépticos que trajam de bata branca (ou fato e gravata) e mexem no mundo com pinças. E se é assim nas ciências naturais e exactas, é-o de forma ainda mais evidente nas ciências sociais.

IDEAIS E PRÁTICAS (18-04-04)

"Estou disposto a sustentar com palavras e obras, até onde for capaz, que a convicção de que devemos indagar o que ignoramos nos tornará melhores, mais tenazes, menos indolentes, do que a opinião de que é impossível descobrir a verdade e inútil procurá-la."

SÓCRATES, *Ménon*.

Como não me canso de insistir, as pessoas movimentam-se por ideias (mais ou menos utópicas) que se concretizam através das práticas quotidianas. O resultado é sempre diferente do ideado, está sempre aquém do arquitetado. Mas é a fantasia que nos faz mover e ao mesmo tempo nos proporciona uma referência para ajuizar as práticas. A atitude agnóstica relativamente ao conhecimento é pouco útil e desresponsabilizadora.

Mas o que é que isto tem a ver com acompanhamentos arqueológicos, escavações arqueológicas ou restauro de um monumento megalítico? Tem tudo.

AINDA SOBRE ARTE E CIÊNCIA (24-04-04)

“Arte e Ciência não podem deixar de estar estreitamente ligadas entre si. Mostra-o a Tekné dos Gregos e as Artes nas antigas universidades. É a íntima união do sentimento com o conhecimento humanos, formando o entendimento da humanidade.”

ALMADA NEGREIROS, Tekné, a cabeça da colectividade.

O INCÓMODO EPISTEMOLÓGICO (25-04-04)

Os debates em torno do ensino e da produção de conhecimento são sempre interessantes e motivam-me particularmente.

Nesses debates, onde se questionam as práticas que envolvem a produção de ciência e o seu ensino, esquecemos por vezes que, para além de diferentes concepções de ciência, existem diferentes desígnios atribuídos ao conhecimento científico.

Frequentemente o conhecimento científico é justificado em si próprio. É o conhecer por conhecer, simplesmente. É um conhecimento destituído de objectivos além do conhecer. É uma concepção de conhecimento puro, asséptico, objectivo e auto justificativo. É uma “cognitocracia”. Não requer partilha e presta pouca atenção às consequências que dele decorrem.

Mas outros desígnios foram pensados para o conhecimento científico. De entre várias correntes ao longo do século XX, destaco a Teoria Social, desenvolvida nos anos 30 na Alemanha, a qual reclama a componente ético-axiológica do conhecimento. O conhecimento está comprometido com a sociedade. As suas preocupações devem transcender os seus objectos de análise e evidenciar as relações entre conheci-

mento e interesse, ou seja, condições sociais que condicionam o acesso e a produção de conhecimento. Trata-se de defender uma perspectiva instrumentalista do próprio conhecimento, obrigando-o a aderir à denúncia da determinação social das suas próprias condições de produção e acesso e à reflexão do seu papel na transformação do mundo, mais do que restringir-se, simplesmente, à sua explicação ou interpretação.

A opção académica entre as duas tendências tem sido óbvia e percebe-se. A primeira consagra o cientista como detentor de poder, poder que lhe é conferido pela posse de um conhecimento científico da realidade. Saber é poder, diz o adágio popular. A segunda, ao sublinhar as condições humanas da produção de conhecimento (que, como se sabe, não são assim tão nobres), ao denunciar as restrições de acesso a esse mesmo conhecimento e ao procurar submetê-lo a desígnios sociais e éticos, obriga o cientista a sair do pedestal e a prestar atenção à sociedade em que se integra e cujo benefício justifica a sua existência (a do cientista ou do académico).

O DESÍGNIO DE TODO O CONHECIMENTO (28-04-04)

Tem-se visto, pelo que tenho aqui escrito, que a questão da relação entre quem faz investigação e a “sociedade civil” (e quem faz investigação está sempre nos dois lados) é um assunto que me preocupa. Por vezes estas preocupações parecem utópicas, afastadas da realidade quotidiana da prática (arqueológica no meu caso). Contudo, é com vontade de ajudar a vencer essa distância que as abordo aqui. Porque a distância que vai da teoria e da reflexão à prática é a distância que nós quisermos. Sendo que tenho por verdadeira a ideia de que quanto maior for essa distância, maior é o empobrecimento

dos contributos de tais práticas, não vejo maneira de me cansar de tais assuntos, que teimosamente me preocupam.

“Seja como for, os cinquenta anos que acabaram de se passar - a primeira metade do século XX - assistiram a um desenvolvimento da ciência em geral e da física em particular, inigualáveis na transformação do conhecimento ocidental sobre aquilo que muito frequentemente tem sido designado como a Situação Humana. Tenho poucas dúvidas de que serão necessários aproximadamente mais cinquenta anos até que o sector instruído do público em geral venha a tomar consciência desta alteração. Como é evidente, não sou um idealista que espera conseguir acelerar substancialmente este processo com algumas conferências públicas. Mas, por outro lado, este processo de assimilação não é automático. Temos de trabalhar para o conseguir alcançar. Neste trabalho faço a minha parte, confiando em que os outros farão a sua. De certo modo, essa é a nossa tarefa na vida”

ERWIN SCHRÖDINGER, *Ciência e Humanismo*.

APETÊNCIA POR CIÊNCIA (16-05-04)

Em inquérito feito há seis anos “observou-se um défice na cultura científica da população portuguesa, que apresenta os mais baixos resultados em quase todos os indicadores” (Rodrigues, M.L., Duarte, J. E Gravito, A.P., “Os Portugueses perante a ciência”)

Curiosamente, contudo, “no que respeita à aceitação dos valores da ciência, ao reconhecimento da importância da ciência no quadro da vida actual, ou mesmo à crença na contribuição da ciência e dos cientistas para a resolução de problemas (...), a população portuguesa revela atitudes

(...) por vezes mais positivas ainda que a média dos países da Europa” (idem).

A conclusão é que o défice se fica a dever a um “problema de oportunidades”: insuficiências do sistema de ensino (acesso, frequência e consequência), mas também numa deficiente interacção entre instituições e organismos profissionais ligados à ciência e o público, gerando falta de espaços e de oferta de diálogo.

AINDA SOBRE PÚBLICO E CIÊNCIA (17-05-04)

Na entrada anterior está implícita a defesa de uma maior interacção entre a ciência e a “sociedade civil”. Todavia, autores há que têm criticado esta ambição, reclamando contra uma “pressão” exercida sobre o cidadão comum, ou seja, aqueles que supostamente não necessitam de conhecimentos científicos para desenvolverem as suas vidas normais de dia a dia. Pierre Fayard vai mesmo ao ponto de afirmar que se deixe de “perseguir aqueles que não pensam como Galileu”.

Contudo, em democracia a participação pública em muitas decisões não é só um direito, é também um dever. Por isso Maria Luísa Lima (“Controvérsias públicas nos estudos de impacte ambiental) faz uma excelente pergunta: “sabendo nós que os leigos pensam sobre questões científicas com pressupostos diversos dos cientistas, como é possível utilizar ambos num processo de tomada de decisões?” Ora aqui está! Os estudos de impacte ambiental são realizados (pelo menos em teoria) com base em abordagens técnicas científicas. As decisões que encerram (também em tese) assentam em critérios científicos. Mas qual o resultado de uma Consulta

Pública (período a que os EIA estão obrigados) se existe um tradicional divórcio entre a sociedade civil e a ciência? Como esperar uma participação activa, empenhada e verdadeiramente democrática, porque informada e esclarecida? Creio que este é um bom exemplo da necessidade de traduzir a ciência do latim em que ainda se mantém para o "vulgar". Fazê-lo é reforçar a democracia e a cidadania. Sem uma "sociedade civil" capaz de ser crítica, de ser consistente e esclarecidamente crítica, a toxidade facilmente passa dos resíduos para os debates sobre a localização e os benefícios/prejuízos de uma incineradora ou de uma barragem. Os arqueólogos que se interroguem, pois: estará a "sociedade civil", mesmo depois do Côa e do "barulho" de Alqueva, mais informada para se pronunciar livremente por exemplo sobre a barragem do Sabor? Ou sobre outro qualquer património arqueológico em risco?

ILUSÃO DEMOCRÁTICA (21-05-04)

"Mas a literacia científica e tecnológica deve ter em vista promover não apenas o crescimento económico, mas também a sociedade democrática, acrescenta-se: a todos deveria ser dada oportunidade de compreenderem a ciência na medida necessária para os habilitar a ajuizarem criticamente sobre as decisões públicas de base científica. A cultura científica representaria assim uma condição indispensável de cidadania.

(...) tem sido a emergência de um público mais reflexivo, mais atento aos dilemas decorrentes da relação estreita entre a investigação científica e as dinâmicas económicas e políticas e aos riscos gerados por algumas aplicações científicas

e tecnológicas, que tem posto em evidência a necessidade de serem repensados os processos de decisão democrática, quebrando o domínio que sobre eles exerce o discurso dos técnicos e reduzindo a distância entre estes e os cidadãos".

MARIA EDUARDA GONÇALVES, Cultura Científica e Participação Pública

Ou seja, depois da crença no Cientismo, depois de se depositar nas mãos dos cientistas, assumindo um papel passivo, a sociedade civil parece começar a revelar uma atitude mais interventiva no processo de decisão política de base científica. Mas será mesmo assim? Face a um qualquer problema, a ideia que tenho é que apenas uma pequena parte da sociedade civil intervém e que, muito provavelmente, essa pequena parte é predominantemente constituída por técnicos, cientistas, investigadores de outras áreas. Ou seja, há um restrito número de pessoas na sociedade que se vão revezando nos papeis de técnicos da matéria e de "sociedade civil crítica", enquanto a maioria das pessoas se mantém afastada dos problemas ou é manipulada pelos primeiros, por ausência de capacidade crítica. É uma ilusão democrática.

Comentários

Mas coloco uma pergunta: poderá a dita sociedade civil de facto opinar quando estão em causa conhecimentos que ultrapassam a cultura geral de cada um de nós? Dito de outra maneira: se eu posso opinar criticamente sobre questões ligadas à área em que trabalho, sentir-me-ei capaz de o fazer em questões que envolvem conhecimentos específicos que de modo algum domino?

Este post fez-me pensar no último artigo do António Barreto que li (no Público de domingo?), em que falava sobre a manipulação da informação e o papel passivo a que os "media" se remetiam, face a coisas muito mais comezinhas e fáceis de verificar do que as questões científicas (por ex., os números relativos à adesão a uma greve, que são sempre diferentes consoante o lado que os apresenta).

1poucomais (19.05.04)

Nunca, como hoje, houve acesso à informação. O que falta, cada vez mais, é o sentido crítico para distinguir o trigo do joio. Esse sentido só pode vir da educação, educação de banda e formadora da pessoa integral. Numa palavra, Universitária, no sentido mais amplo do termo (que, infelizmente, não é o da versão portuguesa).

MJMatos (19.05.04)

A propósito de um projecto em que participo, escrevi:

“Mas um sítio como os Perdigões, apresentando grandes dimensões e com um processo de investigação que se prolongará por décadas, tem potencial para que, no seu processo de valorização, se apresente a constituição do conhecimento científico como um processo contingente, em construção, atendendo à pluralidade de enquadramentos teóricos e epistemológicos, ao seu confronto, assumindo a possibilidade de existência de vários discursos concorrentes sobre a realidade/realidades que se apresentam ao visitante. Nesta pluralidade e contingência, os discursos deverão, contudo, apresentar desígnios de verdade, ou seja assumir-se como provisórios e criativos, mas com preocupações de validação através de contrastação empírica e de coerência teórica interna, de forma a garantir honestidade e consistência intelectuais. Esses discursos, enquanto olhares de um presente sobre o passado, deverão reflectir problemáticas actuais, cuja consciencialização e reflexão deverão ser também evidenciadas.

A valorização de um sítio como os Perdigões poderá, assim, assumir um duplo carácter hermenêutico: a apresentação do sítio e do conhecimento produzido sobre as comunidades que ali viveram, acompanhado de um processo auto-reflexivo, que traga o visitante a aperceber-se das condições de produção desse conhecimento e das próprias estratégias de valorização. Todas as estruturas materiais e acções no terreno de um tal processo de valorização deverão ser, assim, pensadas em função de um conceito central: o de que estaremos perante um sítio arqueológico cujo conhecimento está em construção, portanto em mudança, num processo que ocorre no presente, em que concepções

epistemológicas, teóricas e metodológicas se confrontam, dando origem a discursos diferentes sobre o sítio ou partes do sítio. Não se oferece ao visitante um sítio e uma interpretação oficial e “verdadeira”, mas um processo interpretativo, com as suas negociações e confrontos, com os necessários estádios de cristalização provisória de preposições interpretativas e explicativas concorrentes. É o que poderemos designar por uma valorização dinâmica, que acompanha o processo criativo científico e as trajectórias do presente, através das quais inevitavelmente abordamos o passado.” Deste modo, a divulgação da ciência passará, também, por uma apresentação das condições da sua produção. A consciencialização da real natureza do discurso científico, das suas contingências, dos seus comprometimentos ideológicos, da sua “humanidade”, é importante para a formação da consciência crítica da “sociedade civil”. Processo que assustará muitos dos profissionais da ciência, pois a partilha de conhecimento e das “vicissitudes” da sua produção expõe mais o cientista e parecem tirar-lhe poder (em terra de cegos ...). Mas essa partilha é um dever, e só mesmo quem não a experimentou não conhece a satisfação que pode proporcionar.

Comentários

O caminho que segue é consequente, disso não restam dúvidas. Mas será que na actual situação é expectável que uma actuação de longo alcance seja, por si só, a mais adequada?

Nas rotinas do quotidiano acaba por permanecer uma essência do real que persistentemente parece inalterável. Sem coerência de acção, sem um programa, é possível que nada mude ou que as mudanças sejam de mera cosmética. A transformação da realidade da Arqueologia portuguesa emergiu por influencias predominantemente exteriores. No entanto, se as mudanças de fundo, transformadoras e duradouras assentam no pensamento e acção de alguns, sem suporte legal e institucional do próprio Estado dificilmente perdurarão no tempo. Não olvidar que, muitas vezes, as revoluções fazem-se para que tudo fique na mesma.

jdm (21.05.04)

CONHECER (03-06-04)

Existirá algo para além de quem conhece? Para além da consciência? Para lá da linguagem? Estas perguntas resultam do hiper relativismo e, basicamente, decretam que a "realidade" é uma construção de quem conhece e que a objectividade morreu. Representam um dos extremos.

Existirá uma realidade independente de quem conhece, com um normativo próprio à espera de ser descoberto e conhecido "tal como é" pela consciência e entendimento humano? Para muitos sim. E nesses, a objectividade declara, parafraseando M. Twain, que a notícia da sua morte foi largamente exagerada. Este será o outro extremo.

Por mim, digo que a neutralidade de quem conhece só existirá enquanto crença. Digo que existe algo para além da consciência e da linguagem. Que esse "real" é inalcançável "tal como é" devido à impossibilidade de neutralidade. Digo que o conhecimento é, para mim, uma construção de compromisso entre o que está fora de nós, entre o que se forma na nossa mente e entre os equipamentos biológicos que permitem a relação. E o grau de compromisso varia segundo as áreas disciplinares.

ORDEM E DESORDEM (14-06-04)

Uma das fieis "ouvintes" do nosso programa fez mais um pedido. Um pedido complicado, pois não se pode tocar uma ópera num programa de dez minutos. Mas porque a "música" também me interessa (o problema da dicotomia caos/ordem ou caos/forma interessa-me no âmbito do problema epistemológico da relação entre sujeito cognoscente

e "realidade" conhecida) vamos lá a passar uns excertos. Primeiro diria que antes de nos preocuparmos com a questão do caos, nos devemos preocupar com a natureza do conhecimento humano. Como já aqui referi, o nosso sistema de conhecer implica um permanente processo de classificação, o qual se inicia logo na etapa da percepção. Repito uma citação já feita: "para contar objectos, é preciso antes ser capaz de os diferenciar, de os distinguir uns dos outros e, para tal, é preciso recorrer às suas propriedades". A percepção de formas é, pois, já um processo pré-racional sujeito a ordenações, a classificações, à utilização de umas propriedades em detrimento de outras. Ou seja, o Homem não conhece sem classificar, sem ordenar, sem formalizar. Ora se, por definição o caos é a ausência de ordem, a conclusão que daqui se pode retirar é que o caos não é cognoscível. Segundo diria que o que acima se expôs parte do pressuposto de que existe real, caótico ou não. Mas, independentemente da possibilidade de "conhecer o caos", poderíamos aderir à ideia de que o "real" não possui uma "ordem", um plano "normativo" de funcionamento, à espera de ser "descoberto" pela inteligência humana. Negariamos a existência de leis absolutas de funcionamento desse real, propondo, em alternativa, um sistema caótico sem regularidades no seu funcionamento. Nesta linha, toda a regularidade, toda a ordem, toda a forma é uma atribuição contingente do funcionamento da mente humana, a qual concebe, mas não conhece, uma "realidade" caótica que lhe é exterior. Terceiro, poderemos ir um pouco mais longe e aderir à tese do realismo interno putnamiano, para o qual nada existe independentemente do nosso espírito e, portanto, não faz sentido falar das coisas em si, quanto mais das suas regularidades. Para Putnam nem realidade exterior caótica existe. Resumindo, não será a dicotomia caos/ordem a mesma

que “Real exterior”/Real interior” ou “Real conhecido”? Dicotomia resolúvel para aqueles que acreditam que pode haver correspondência entre representação (conhecimento) e objecto (realidade conhecida), concebendo esta como regulada por normativos que podem ser apreendidos (apreensão validável por contrastação empírica), enquanto que será irresolúvel para os que negam a existência de qualquer possibilidade de essa correspondência se verificar. Para os putnamianos, contudo, o problema nem sequer parece existir.

Pensar estes problemas pode ser muito útil, sobretudo quando investigamos. Convém termos uma ideia de se andamos à procura de descobrir ou se, parecendo descobrir, estamos simplesmente a construir. Ou um pouco das duas coisas. Por mim, prefiro a solução de compromisso.

EU (22-06-04)

“Quem sou eu? Quando era pequeno, respondiam-me que era uma alma e um corpo. Esta maneira de cortar-me em dois era muito desagradável.”

ALBERT JACQUARD

VALE TUDO? (22-06-04)

A ciência moderna “pré quântica” (Newtoniana) corresponde a uma forma de conhecimento que concebe a possibilidade de adequação entre o real exterior e a cognição humana e que, portanto, estabelece que o primeiro pode

ser utilizado para testar (experimental) e validar a segunda. A revolução quântica estabelece o princípio da indeterminação, e toda a crítica à epistemologia positivista subsequente, nomeadamente a que tem por base a linguística e a hermenêutica, vai denunciar a inexistência de normativos universais, vai questionar a existência de uma teoria geral do conhecimento e proclamar a contingência do processo cognitivo, concebendo o conhecimento como uma construção contextual. Desenvolvem-se contestações à ideia de formas privilegiadas de conhecimento e reclama-se por conhecimentos eticamente comprometidos (contra a ideia de conhecimento neutro e socialmente descomprometido). A verdade absoluta não existe.

E com esta afirmação surge um novo problema: se a verdade não existe, se tudo é construção contingente, se não há correspondência entre o real externo e conhecimento, se não há formas de conhecimento privilegiadas, se não há universais, vale tudo? E tudo tem o mesmo peso? A estas perguntas a pós-modernidade responde com a vinculação ética como forma de ultrapassar o perigo do hiper subjectivismo: “As histórias são múltiplas, mas apesar de tudo, Auschwitz continua a ser uma aberração” (Enrique Berenjano).

Mas será a ética o único critério? É aplicável de igual modo a todas as formas de conhecimento? Com esse critério não se estabelece também uma hierarquização entre conhecimentos e perspectivas? A contingência do processo de conhecimento pode dispensar, na totalidade, o empirismo? O debate epistemológico tem sido fecundo e interessante, mas trás consigo terrenos perigosos, onde a especulação inconsequente, o facilitismo e a desobrigação (e por vezes desonestidade) intelectual têm espaço para crescer e para se reproduzir, institucionalizando-se.

CONHECIMENTO E AS SUAS ORGANIZAÇÕES INSTITUCIONAIS (23-06-04)

Continuo a pensar no texto de Fernando Gil. Agora num aspecto que na altura referi achar interessante: a ideia de uma instituição, neste caso a universidade, como formatadora da cognição, isto é, da maneira como conhecemos e nos organizamos no tempo e no espaço.

Há muito que havia consciencializado que a língua exerce esse papel formatador. J. Kristeva dizia que a língua não é só uma ferramenta, ela é matéria de pensamento e N. Elias afirmava que o que não existe na estrutura linguística de uma população não pode ser por esta pensado.

Mas uma instituição pode também ter um papel estruturante igualmente profundo. Como já por diversas vezes referi, o processo de categorização (classificação) é inerente à maneira humana de perceber e de conhecer. Mas muitos dos aspectos, das categorias da matriz com que abordamos e organizamos o mundo, foram estabelecidas há muito e perpetuadas na estrutura, na organização, no modo de funcionamento de instituições milenares. Pensando que a organização institucional inicial da Universidade Medieval já responde a uma organização disciplinar do conhecimento que vem do mundo clássico, a institucionalização dessa organização perpetua esse esquema, essa matriz utilizada na produção de conhecimento.

Muitas das "revoluções" recentes poderão ser vistas "apenas" como uma superação dessas categorizações que durante milénios formataram (e ainda formatam) a nossa actividade cognitiva. Ou seja, a forma como o conhecimento se institucionaliza, com o tempo, torna-se factor formatador da produção de conhecimento. Interessante, pois, como já escrevi noutro lado, que se tenha passado da Arqueo-

logia integrada nos cursos de História para as variantes e, agora, para licenciaturas autónomas, sem se discutir quais as implicações que essa nova organização institucional teria na produção de conhecimento na disciplina.

DICOTOMIAS, PARA QUE VOS QUERO... (02-07-04)

O "perfil" pós moderno tem sido o de paladino no combate às dicotomias e às centrações. Os seus contributos têm sido consequentes para o pensamento humano. Mas a descenração total é uma impossibilidade, porque é o não ser. Pelo que qualquer pós moderno, como qualquer outro indivíduo, sofre das suas centrações e das suas dicotomias. Os mais fervorosos, normalmente também os menos interessantes, sofrem da grande incapacidade de conciliar teoria e prática, essa famosa dicotomia. A incapacidade de estabelecer a ponte (ou de perceber que por ali não pode passar qualquer rio) conduz com frequência à duplicidade entre discurso e acção. E nisto, a pós modernidade pouco ou nada acrescenta ao que já estávamos habituados.

Quanto às dicotomias, sem as estabelecermos nem sequer conseguimos pensar. Mais não são do que processos de classificação, inerentes à maneira humana de organizar e conceber. Pensá-las, contudo, é de grande interesse. Podemos sempre ultrapassar algumas, criando outras que cremos ser mais adequadas.

Descobrir, frequentemente, não é mais que superar constrangimentos.

CIRCULARIDADES (07-09-04)

Desconhecida da maioria das pessoas (certamente entre as quais se contam alguns arqueólogos) é essa tendência das comunidades peninsulares do Neolítico Final / Calcolítico (3500 – 2000 AC) para uma figura geométrica em particular: o círculo.

Comum na arte rupestre esquemática do período, atrevera-me a dizer que é na arquitectura e organização do espaço que essa fixação pelo círculo melhor se manifesta. As sepulturas, quando arquitectadas, apresentam maioritariamente câmaras circulares; as casas são quase sempre de planta circular; as torres são circulares; os recintos (povoados ou sítios rituais), quando não revelam necessidade de adaptações topográficas, tendem para a circularidade. Isto é particularmente evidente em alguns recintos de fossos, em que o carácter concêntrico dos vários anéis de fossos é geometricamente irrepreensível, revelando intenção, saber e disponibilidade tecnológica para levar a cabo empreendimentos, alguns dos quais ultrapassam largamente (à 5000 anos) as dimensões dos canais da revolução industrial. Quais as razões de uma arquitectura praticamente sem ângulos?

Num colóquio no Porto foi-me sugerido, pelo arquitecto Maia Pinto, que o círculo é, por excelência, a figura geométrica da natureza.

Outras possibilidades são igualmente sugestivas. As concepções da natureza ideológica das sociedades primitivas podem fornecer outras pistas. A reduzida indiferenciação das actividades, a trajectória cíclica de tarefas ordenadas pelo tempo, o pensamento mítico de um momento essencial, criador e sagrado, que pauta os retornos, são apontados como traços das ideologias e mentalidades destas sociedades. Até que ponto a arquitectura circular materializa essas visões

cíclicas do mundo é uma pergunta que faz todo o sentido.

Hoje vivemos com visões do mundo marcadas pelo movimento linear, pelo carácter irrepitível da história. Concebemos mesmo a contingência como um obstáculo que nos dificulta, para alguns impossibilita, o acesso ao passado. A razão impõem-nos essa linearidade e com ela o progressivo e inexorável afastamento relativamente ao que nos precedeu. E no entanto vivemos uma época em que surgiu o conceito de património, em que, por vezes levados ao exagero, pretendemos conservar tudo o que remete para o nosso passado, onde continuamos a falar de épocas de ouro, onde na profundidade dos séculos buscamos origens para as nossas identidades. A razão diz-nos que somos uma construção permanente, mas a procura de um princípio essencial marca ainda a agenda de muitos. Na época em que a razão fez triunfar o relativismo e com ele a contingência, as emoções continuam parecer aspirar ao mito, a formas de retorno (mesmo que não eternas). A circularidade está ainda presente na vivência humana.

Para as ciências que têm por objecto o passado não são más notícias: sinais de que laços nos unem ao que já foi; que laços nos aproximam do passado e que nos possibilitam níveis de entendimento, de explicação e compreensão que o cepticismo do contextualismo mais extremista declarava inacessíveis. Se todos os discursos sobre o passado são feitos a partir do presente, se lhe são implacavelmente relativos, é bom ter consciência que revelam um esforço de inter relação entre subjectividades presentes e passadas, que nalguns pontos talvez não estejam assim tão afastadas.

Comentários:

Isto fez-me lembrar um texto belíssimo que George Mackay Brown, um poeta das ilhas Orkney (no norte da Escócia), escreveu sobre o célebre "Ring of Brodgar", de que certa-

mente já ouviste falar. Aqui deixo o prólogo:

"The poem sees the work on this Neolithic stone as lasting two or three generations at least. 'She who threw marigolds over you ... is a crone now with cindery breath...'

It may have been a meeting-place, a temple, a hymn to the sun and the stars.

Even as a civilisation is being established, its history is beginning to crumble. Strange boats from time to time sailed along the horizons, going north and west, threatening the precarious settlements.

But a circle has no beginning or end. The symbol holds. People in AD 2000 are essentially the same as the stone-breakers and horizon-breakers of 3000 BC.»

DK (08.09.04)

Bonito. Mas essencialismos só mesmo na poesia, no imaginário, na emoção ou na fé. Não na razão. Mas duvido que tão cedo (se é que alguma vez acontecerá) desapareça essa busca da essência do ser humano, quanto mais não seja porque essa busca é básica para qualquer Moral e respectivos sistemas de referências. Vejam-se os Direitos do Homem, essa tentativa de universalização de uma ideologia particular, a que gosto de chamar a envagelização laica.

Holocénico (08.09.04)

Bem, nem toda a poesia cultiva essencialismos, felizmente! Mas, no caso de G. Mackay Brown, o essencialismo advém muito do facto de ele ser um poeta assumidamente católico. E quanto a essa de na razão não haver lugar para essencialismos...

DK (08.09.04)

Referia-me ao triunfo do relativismo e da contingência, onde não há lugar para os absolutos que constituem a "essência". No que respeita ao "ser" (humano), hoje considera-se a existência de diferentes concepções de "eu" que variam no espaço e no tempo, consubstanciando diferentes formas de individuação e de constituição das subjectividades e identidades. Trata-se da contestação às universalizações dos critérios de humanidade, ou seja, à noção de essências humanas, que assim são vistas como fenómenos de presentificação. Como um arqueólogo britânico diz a respeito da pré-história:

"To be a person then would have been very different from our experience".

Holocénico (08.09.04)

É interessante esta perspectiva da omnipresença do círculo no Neolítico Final/Calcolítico. E então na arquitectura é demais evidente. Concordo também, mais ou menos, com o que se disse depois.

Mas eu procuro sobretudo os motivos práticos, óbvios para os homens daquele tempo e para nós por vezes ainda obscuros. Acho que a necessidade prática gera o motivo, que repetido torna-se uma moda, um emblema, um distintivo. Mais tarde, vai adquirindo significados mais simbólico, porque se perdeu na memória a motivação que presidiu a sua criação.

Marcos Osório (10.09.04)

Marcos, um dos problemas está precisamente nessa compartimentação entre função e simbolismo. Repare, qualquer objecto antes de ser feito é idealizado, pensado de acordo com um objectivo (que será a sua função, não necessariamente prática), de acordo com o saber tecnológico da época, mas também de acordo com a estética e os significados que lhe são atribuídos no contexto social em que vai ser produzido. Ou seja, é representação e símbolo antes de ser materializado.

Não se trata, pois, de ser mais ou menos idealista, materialista ou funcionalista.

Trata-se de assumir que o significado (e portanto o simbolismo) é parte constituinte de qualquer produção material humana, sem a compreensão do qual o discurso sobre o objecto (restringindo-se por exemplo à função) será sempre parcelar, podendo mesmo ser totalmente erróneo.

Lembra-se da garrafa de coca cola do filme "Os Deuses devem estar loucos"?

Holocénico (10.09.04)

"ISTO NÃO É UM CACHIMBO" (11-09-04)

Apesar dos 30 anos de Arqueologia contextualista, em Portugal as problemáticas dos contextos e do significado continuam a ser uma espécie de drama, alimentando sempre grandes discussões (algumas que, por falta de melhores argumentos, acabam no domínio do pessoal).

Deixando de lado as questões de natureza epistemológica e de teorias de enquadramento que sustentam o contextualismo (e que daria pano para mangas) e centrando-me apenas nas questões da interpretação dos objectos, estruturas e actividades correlacionáveis, diria que a ideia básica, elevada a axioma, é a de que o contexto faz o objecto e a acção e que estes fazem o contexto.

De facto, primeiro chamou-se a atenção para a plurifuncionalidade dos objectos, que em contextos diferentes podem ser usados em tarefas e de modos diferentes. Seguidamente alertou-se para o facto de que o objecto pode não só ter funções múltiplas, como ter sentidos igualmente variáveis com o contexto, mesmo mantendo a mesma funcionalidade. Finalmente, assumiu-se que as próprias acções humanas em que os objectos participam, têm significados complexos e diferenciados em função dos contextos.

Estas ideias, difundidas pela Arqueologia contextualista dos últimos trinta anos, têm conduzido à crítica de uma série de compartimentações e generalizações que tradicionalmente

se faziam, de forma quase que imediata, sem pensar muito no assunto. O argumento é parcelar, mas óbvio e a meu ver irrefutável. Na sua relação com os objectos o Homem atribui-lhes sentidos, ou seja, funções e significados, quando não mesmo os anima, reconhecendo-lhes poderes de acção e intenções. Esses sentidos não são uma propriedade fixa do objecto (como a matéria prima ou a forma), mas são uma atribuição contingente, passível de variar com o contexto, tanto em termos diacrónicos como espaciais. Volto a lembrar a garrafa de coca cola do filme "Os Deuses devem estar loucos". A variabilidade deriva da possível atribuição de sentidos diferentes, relacionáveis com a significação geral de cada contexto, mas também da relação que se estabelece entre os vários objectos que o constituem e entre as várias acções que nele se praticam. Se numa sala vir um martelo posso pensar uma coisa; se em cima do martelo vir uma foice, sou bem capaz de pensar outra. E que dizer se essa sala ficasse num palacete ali no Largo do Caldas em Lisboa? Diria que a relação entre objecto e contexto é muito semelhante à relação recursiva que Giddens estabelece para a relação entre sujeito e estrutura: o objecto retira sentido do contexto ao mesmo tempo que contribui para a formação e sentido desse contexto. E o mesmo se passa com as acções.

Por outro lado, o Espaço está imbuído de tempo, ou seja, é dinâmico. Rapoport conceptualizou bem esta situação ao propor a organização do espaço em cenários estruturados em sistemas, com três categorias de elementos (fixos, semi fixos e móveis), concluindo que o conhecimento da natureza das acções depende do conhecimento do cenário, ou seja, do contexto em que estas ocorrem, mas também da relação entre acções e seus significados. O contexto é, assim, um cenário complexo, que envolve a relação entre elementos fixos, elementos semi-móveis, elementos móveis e sistemas de acções que nele decorrem. No caso da Arqueologia, a consciência da existência

e da intervenção dos três últimos é particularmente importante, uma vez que, mantendo-se os fixos, a alteração conjunta ou isolada dos restantes modifica o cenário, logo a natureza do contexto. Ora os arqueólogos funcionam muitas vezes apenas com cenários que chamaria de cumulativos: elementos fixos e acumulações de elementos semi-móveis e móveis que, tendo funcionado em momentos diferentes para acções diferentes, se constituíram como contextos distintos.

Como costume dizer, os polidesportivos actuais são disso o melhor exemplo: um espaço onde os elementos fixos se mantêm (estrutura do edificio, recinto, bancadas, marcador, balneários, etc.), mas onde elementos semi-móveis (balizas de andebol, cestos de basquetebol, redes de voleibol, etc.) e os móveis (bolas, etc.) se alternam, constituindo cenários distintos, com significados distintos e onde actuam especialistas em actividades distintas, para públicos diferentes.

Da mesma forma, os sistemas de actividades ocorrem, não num cenário, mas num sistema de cenários que incluem áreas muito mais abrangentes, que devem ser descobertas através de uma progressiva contextualização e não delimitadas a priori. Ou seja, os contextos também têm os seus contextos. Mas não parece tudo isto tão óbvio? É só aceitar que o Homem dota as coisas de sentido, que esse sentido varia com o contexto e que essa relação contextual é fundamental para a interpretação social (não física) da coisa.

Como dizia a legenda de uma conhecida imagem de um cachimbo: "Isto não é um cachimbo".

As inconsistências e devaneios que por vezes se cometem em nome do contextualismo não devem impedir-nos de valorizar as possibilidades interpretativas que os seus enfoques permitem e que não são nem devem ser exclusivos. Sob pena de se estar a fazer aquilo que se acusa muita gente de fazer (por vezes com alguma razão): mistificações.

No 4º CAP realizou-se uma sessão dedicada à desigualdade social na Pré-história Recente do Sul Peninsular. Face ao programa, e por brincadeira, comentei com um colega à entrada que há muito tempo não ia à Igreja.

De facto, com excepção de um (talvez dois) dos comunicantes desse dia, todos os outros professavam, com maior ou menor veemência, na ortodoxia do materialismo histórico. Devo dizer, antes de mais, que reconheço a este enquadramento teórico, em termos conceptuais e de modelos, grandes contribuições para o desenvolvimento das ciências sociais em geral e da História em particular. Mas também lhe reconheço as inúmeras limitações que repetidamente lhe têm sido apontadas.

Não posso, pois, deixar de ficar surpreendido com a aparente prosperidade da ortodoxia teórica que impera (diria subjuga) nos discursos sobre a Pré-história Recente do Sul de Espanha.

O fenómeno terá um claro enraizamento ideológico e será um bom exemplo de como a “verdade científica” é contingente, negociada e relativa aos jogos de poder que existem pelo controlo dos seus “meios de produção”. A perpetuação dos discursos é sintoma de uma incapacidade de renovação e de rejuvenescimento que muito se alicerça em esquemas de “caciquismo ideológico” que aparentemente controlam inúmeras universidades do sul do país vizinho. Málaga parece querer ser dissonante. Estaremos a assistir a um momento de viragem? Ou esta já está em curso e tudo aquilo foi apenas “um problema de amostragem” (de casting, portanto)?

Do lado português a diversidade de enquadramentos vai-se afirmando. Sinal de que nem tudo vai mal.

A relação que existe entre grupos de identidade e a cultura material tornou-se, desde o advento do contextualismo, num grande problema para a Arqueologia. Ao contrário do que por vezes se diz, o contextualismo reconhece o uso da cultura material na distinção entre entidades grupais, assumindo que a distribuição espacial de determinados itens da cultura material (ou de combinações de itens, como já dizia Clarke) podem expressar diferenciações identitárias, tornando-as visíveis para a Arqueologia. O que o contextualismo afirma é que isto não é uma regra generalizável e que muitos grupos se podem diferenciar sem referência a qualquer elemento da cultura material, tornando-se assim invisíveis para o arqueólogo, ou que essa visibilidade pode ser drasticamente reduzida pela utilização de elementos mundanos e aparentemente pouco destacados como elementos activos na diferenciação identitária, ou simplesmente pelo sua presença em contextos de significado específico. Lembro-me sempre da subtilidade do significado dos botões apertarem à esquerda ou à direita, da forma como se coloca o cinto nas calças ou da hierarquização das cores dos capacetes numa obra. Ou seja, a situação é complexa e obriga a um grande controlo das interpretações que fazemos sobre os vestígios materiais e respectivos contextos, tendo sempre em conta que o significado transforma o objecto e que a materialidade que o constitui pode ser associada a múltiplos sentidos, dependendo do contexto, o qual dá e retira sentido do objecto. Mas isto tanto se aplica aos objectos e estruturas quando estão no seu “contexto normal” (que nós, de acordo com os nossos parâmetros normalmente funcionalistas, consideramos normal) como para os que estão num “contexto surpreendente”. Ou seja, tanto pode ser precipitado inter-

pretar imediatamente um fragmento de machado no interior de uma cabana como uma peça descartada à espera de reutilização, como precipitada pode ser a interpretação da presença de um machado numa lareira como um depósito ritual consagrado ao fogo.

O habitus, que, no dizer de Pierre Bourdieu, são os elementos da tradição (frequentemente não formalizados e por vezes inconscientes) que operam no domínio da consciência prática interferindo com as decisões, interpretações e acções dos indivíduos, funciona também na produção de conhecimento. E o contextualismo já começou a perder o seu estatuto revolucionário para se começar a constituir como habitus, com o que disso tem de positivo e negativo.

DISTÂNCIAS (30-09-04)

O discurso sobre um sítio arqueológico contempla três grandes períodos: o das acções sociais passadas (as que decorreram com o sítio vivo); as acções tafonómicas (processo que o sítio sofreu desde o abandono final até ser declarado arqueológico); as acções sociais presentes (contexto em que decorre a sua constituição e estudo como sítio arqueológico). Quando estudamos pré-história, o período do meio é muito significativo, ou seja, o distanciamento entre as acções sociais passadas e as presentes é grande. Grande quantitativamente (tempo), mas também em termos qualitativos. Recentemente alguém escreveu que a sociedade ocidental é a que estará mais distante em termos culturais globais destas sociedades que pretende estudar. O esforço de inter subjectividade necessário para as interpretar é, assim, muito maior e difícil.

Na concepção do mundo estamos condicionados pelos conceitos de que dispomos. Hoje vivemos num mundo racionalizado pelos crivos linguísticos da ciência moderna e, por isso, experimentado, vivido e interpretado de formas que serão muito diferentes das do passado.

O nosso aparelho conceptual dota-nos de uma bagagem analítica que nos permitiu passar do passado enquanto mito ao passado racionalizado, mas ao mesmo tempo contribui para nos afastar dos esquemas mentais que então operavam, tornando o processo de o entender bem mais complicado.

Vem isto a propósito do "imediatismo interpretativo e explicativo" que ainda prospera em alguma Arqueologia portuguesa e com o qual tive um recente encontro de primeiro grau. Às vezes pergunto-me se determinadas pessoas ao estudarem as comunidades pretéritas se aproximam ou se afastam ainda mais delas.

"VOLTAR" À FLL (08.10.04)

Tomei hoje contacto com um livrinho já com meia dúzia de anitos. Corresponde à edição de uma espécie de sebenta da disciplina de História da Cultura Clássica, ministrada na FLL pelo Prof. P. Manuel Antunes, ali professor desde 1957 e falecido em 1985. Foi para mim uma agradável surpresa, sobretudo porque passei 15 anos como aluno de várias coisas naquela instituição e nunca nenhum dos meus docentes me falou do senhor e me apresentou o seu pensamento. Deixo aqui uma citação de foro epistemológico e ético, como entrada.

"O observador ou o experimentador fazem parte do sistema observado ou experimentado sem que seja possível reduzi-los ou eliminá-los. Isso vale, a fortiori, nas ciências humanas em

gerale, em particular, na história. Nesta, o objecto só mediata-mente está presente, mediante testemunhos, sinais, vestígios, não raro, lacunosos. Se ele estivesse em si mesmo, substituir-se-ia à realidade actual. Esta parte de concordância que damos a Marrou e Carr não impede de pensar que o ideal do verdadeiro historiador continua a ser o que foi formulado por L. Von Ranke:(...) "como realmente aconteceu". A falência do objectivismo positivista, juntamente com a dos seus asseclas, o naturalismo e o determinismo, não nos devem fazer perder de vista esse ideal. Sem que tenhamos de nutrir a veleidade de o ver realizado."

É o que, seguindo Popper, gosto de designar por "desígnios de verdade" e que contem em si um posicionamento ético que ajuda a superar as desorientações provocadas pelo hiper contextualismo ou as inconsistências com ele justificadas. Como sublinhou em tempos Cassirer, o indeterminismo é inadequado para qualquer ética, na qual se sustentam princípios fundamentais do comportamento humano. E produzir conhecimento é um comportamento humano. Se o determinismo "morreu", não me parece também que qualquer epistemologia se possa fundar no indeterminismo e com ele justificar o que quer que seja.

HUMANAS E NATURAIS: AS CIÊNCIAS E A MANEIRA COMO O HOMEM SE VÊ A SI PRÓPRIO (16.10.04)

"Tal como as coisas se apresentam, parece admitir-se que a estrutura interna das ciências humanas, como a psicologia, a sociologia, a economia e a história, pode mudar enquanto a divisão das ciências de acordo com as instituições actuais é tacitamente aceite como imutável. Porém, subjacente ao

esquema actual das ciências sociais, existe um conceito dos seres humanos que, geralmente, não é questionado mas que, quando é examinado, se revela muito inadequado ou mesmo completamente errado"

NORBERT ELIAS, Teoria Simbólica

A tese de Elias é a de que existe uma relação de dependência entre a forma como o homem se perspectiva a si próprio e a forma como organiza a sua forma de conhecer e a institucionaliza. A separação entre sujeito e objecto que se processou na Europa a partir da Renascença e sobretudo depois de Descartes, concebeu uma nova percepção do Homem, operando uma mudança ontológica que Elias designou por "Civilizational drift", caracterizada por um "detachment of the thinking subject from his objects in the act of cognitive thought". Esta perspectiva está em grande parte na base do edifício que estrutura a forma de produção do conhecimento científico e a compartimentação entre Ciências Sociais e Humanas e a Ciências Físicas e Naturais.

A superação desta dicotomia entre o sujeito e o objecto do seu conhecimento tem, contudo, vindo a ser proposta por vários filósofos, por várias correntes da pós modernidade. Curiosamente, nos debates em torno da reforma das universidades, enquanto partes do edifício de produção de conhecimento científico, a questão parece ausente, restringindo-se a aspectos essencialmente operativos. A maneira institucional como a produção do conhecimento está organizada não é questionada, apesar dos pressupostos ontológicos e epistemológicos em que assenta o estarem a ser há várias décadas. E por mais que se remodelem e adaptem edifícios antigos, eles por vezes já não se conseguem adequar às novas necessidades ou realidades.

A SOLUÇÃO (21.11.04)

É hoje comum, sobretudo na bibliografia arqueológica anglosaxónica, mas também entre alguns (poucos) autores peninsulares, de que recomendo os textos publicados nos últimos anos por Almudena Hernando, a defesa das ideias de que não há uma essência humana ahistórica e da contingência dos critérios de humanidade. Isto pode resumir-se à afirmação de que ser humano hoje é diferente de ter sido humano há 5000 ou há 10000 mil anos atrás.

Ora este triunfo da contingência, que, é preciso não esquecer, se operou na já longínqua primeira metade do século XX, criou entre alguns a ideia de que o fosso que se estabeleceu entre as sociedades ocidentais modernas e, por exemplo, as da Pré-História Recente é de tal forma profundo, que é intransponível. Fortemente imbuídos desta convicção, alguns espíritos afirmam que não nos resta senão falar exclusivamente do presente, mesmo quando procuramos falar do passado.

Contaram-me há dias uma intervenção de uma senhora num recente congresso de património ocorrido em Saragoza, a qual poderíamos considerar como mais um passo na direcção da fundamentalização desta doutrina. A senhora reclamava contra a discriminação feminina nos discursos sobre a Pré-História (põem sempre a mulher a tecer e o homem a comandar e a caçar), sublinhando que se tratava de uma projecção ideológica do presente no passado (o que em si não é novidade nenhuma, uma vez que o assunto tem vindo a ser desenvolvido nas últimas décadas pela chamada Gender Archaeology). A originalidade estava, contudo, no facto de a senhora reclamar que, uma vez que não teríamos nunca acesso ao passado por causa da nossa incapável contingência, deveríamos escrevê-lo de acordo com

o que queremos que seja a nossa sociedade. E, nos discursos sobre as sociedades do passado, a mulher deveria ser apresentada sempre em posições de igualdade (nas funções, estatutos, etc.). Assim, dizia, os mais novos, ao contactar com esse passado, seriam formados nos valores e princípios que vemos como adequados para a sociedade que desejamos.

Trata-se de assumir totalmente a mistificação do passado no sentido da sua instrumentalização presente, o que, diga-se, também não é propriamente uma novidade.

A atitude reflexiva que nos permite perceber as nossas projecções sobre o passado (que no dizer de alguns o violentam) constituem-se, hoje, como uma atitude indispensável de controlo (ainda que parcial) da nossa subjectividade e das formas como ela intervém na construção de discursos historiográficos. Mas assumir a falsificação desejável desse passado e a sua manipulação ideológica (mesmo que em nome de nobres princípios) é um disparate e até um perigo.

Perigo porque não está muito longe das manipulações ideológicas da História feitas pelos regimes totalitários e pelos nacionalismos exacerbados dos finais do século XIX / primeira 1/2 do século XX. Tiramos uns da fotografia, colocamos lá outros e obtemos a imagem que queremos para justificar situações ou percursos desejados. Já Mao, esse espírito que amava os passarinhos, dizia que o passado deve servir o presente.

Disparate porque transformamos a investigação do passado pré-histórico na construção de um novo Estado de Natureza, a que só falta reunirmos o respectivo Direito Natural. Seria uma espécie de Matrix, mas no pretérito.

Por outras palavras, certas projecções no passado são pecado, enquanto outras são consideradas virtudes. E, assim, mandamos os "desígnios de verdade" (que assumem

a contingência de forma honesta e crítica) às urtigas.

Mas quem sabe, talvez resida aí o segredo para o financiamento da Arqueologia portuguesa. Basta conseguirmos vender a ideia de que já na pré-história do continente as críticas mediáticas aos chefes eram consideradas anti natura. Ou, na mesma linha “teórica”, se demonstramos que há 5000 anos os madeirenses eram totalmente independentes, mas sustentados por remessas de viveres pagas pelos continentais como oferendas ao sumo sacerdote local, as quais partiam de povoados fortificados dependentes e construídos para o efeito em áreas de acesso ao mar na Estremadura (como Leceia ou Zambujal), se conseguirmos isso dizia, até será possível montar um centro internacional de investigação da pré-história madeirense, financiado na íntegra pelo governo regional (a ideia de que a ilha só foi povoada a partir do século XV é coisa de historiadores cubanos e comunistas). E não pensem que isto são possibilidades de todo irreais. Afinal aqui há uns anos atrás a União Europeia não financiou uma grande acção internacional (com exposições e congressos) em torno da ideia de uma unidade da Europa que se manifestaria na Idade do Bronze?

O baixo nível cultural da população em geral facilita estas manipulações. Isto por ausência de consciência crítica, a qual é a única vacina contra a instrumentalização e se constitui como reserva de liberdade, diversidade e democracia. Mas não deixa de ser aterradora a facilidade com que resistências e denúncias legítimas se transformam rapidamente, por sua vez, em manipulações e abusos.

É aí que o pensamento reflexivo ganha o seu valor ético.

PASSADO COMO RECURSO (22.11.04)

Ainda sobre o passado enquanto recurso do presente, escrevi recentemente:

“Construir as identidades do passado construindo as identidades da modernidade e criando bases para a sua legitimação foi, e continua a ser em vários países e entre muitos arqueólogos de forma mais ou menos explícita, o fundamento da relação da Arqueologia com a problemática da Identidade. Até aos anos sessenta a Arqueologia seria mesmo dominada por essa instrumentalização, fundamentalmente vocacionada para a legitimação de interesses políticos, ideológicos e territoriais, sobretudo relacionados com os nacionalismos e com as tentativas de sobreposição das noções de Estado e Nação.

Dando seguimento à Arqueologia ao serviço dos nacionalismos do século XIX, caberia à escola alemã no dealbar do século XX, tendo Kossina como expressão máxima, o delinear um conjunto de premissas que viriam a ser desenvolvidas pela corrente histórico culturalista que dominaria a disciplina até aos anos sessenta, a qual teve em Childe o seu principal precursor. Um dos maiores objectivos da Arqueologia era então o de identificar (no espaço e no tempo) grupos étnicos, partindo da associação directa entre etnia, cultura, cultura material e a sua distribuição espacial. Os materiais arqueológicos, organizados em culturas arqueológicas que Childe formalizou como entidades autónomas definidas empiricamente, eram vistos como produtos que reflectiam, directa e passivamente, as manifestações culturais normativas que expressavam a identidade dos grupos étnicos e determinavam as práticas dos seus elementos, garantindo a homogeneidade identitária. O binómio uma cultura / um povo dotava a identidade de um

carácter essencial e homogéneo, que frequentemente justificou a "genealogia directa", com a qual se estabeleciam as ligações entre os povos actuais e os seus supostos antecedentes no passado.

(...)

Esta instrumentalização, que potencia certo discurso arqueológico como legitimador e justificador de interesses territoriais, étnicos, ideológicos e políticos, assenta numa concepção essencialista da identidade, a qual, por sua vez, resulta da projecção no passado de traços culturais e identitários que permitem enraizar situações presentes em pretensas identidades fundamentais passadas, que se manteriam inalteráveis, na sua essência, até à actualidade. Os processos identitários presentes são assim dotadas de procronia, reportados a um passado fundador, garante da sua autenticidade e legitimador das suas pretensões."

INGENUIDADES POÉTICAS (16.12.04)

Verifiquei recentemente que a ideia de que o conhecimento é uma construção ainda encontra inesperada (por vir de onde vem) resistência. Talvez por inconsistências e excessos especulativos (mas o importante papel da especulação na investigação científica é há muito reconhecido) que são efectivamente cometidos, muitas abordagens válidas e consequentes em Arqueologia são desvalorizadas e adjectivadas de "poéticas". Os "renovadores" respondem a estes "ortodoxos" chamando-lhes "ingénuos". E a isto se resumem muitos debates.

CHOVER NO MOLHADO (20.12.04)

Se aceitarmos que toda a produção de conhecimento é socialmente comprometida, mesmo que o comprometimento não seja conscientemente formalizado em todas as suas implicações, então poderíamos assumir que um conhecimento pelo conhecimento, uma investigação pela investigação, não são justificáveis. Quem investiga, quem produz conhecimento, tem a obrigação de enunciar as razões sociais que motivam e justificam o seu trabalho e a obrigação de, com esse trabalho, contribuir para a satisfação dessas necessidades sociais.

Nesta perspectivação da produção de conhecimento e da investigação, justifica-se também uma hierarquização de prioridades de investimento, que se traduzirá no privilegiar de determinadas áreas consideradas mais importantes para satisfazer as necessidades e desígnios sociais em detrimento de outras, cuja produção se vislumbra como menos vital ou mesmo supérflua.

Esta visão instrumentalista do conhecimento e da investigação tem reproduzido, de certa forma, os modelos de análise social que privilegiam o primado da economia e da tecnologia (associadas à formiga) e tendem a afastar o conhecimento e a investigação da curiosidade, da arte e da recreação intelectual como fundamento para a sua realização (associadas à cigarra).

Daí que não seja de estranhar a "economização" de que se vão revestindo as justificações e as fundamentações para conseguir uma parcela dos investimentos. Daí que eu próprio já tenha realçado o papel que a Arqueologia já hoje assume como actividade económica. Mas se a componente económica é uma variável que deve ser sempre ponderada, não deveremos esquecer as "motivações do espírito".

Não será que todo o ser humano, mesmo o que vive com maiores dificuldades, gasta sempre alguns poucos recursos com uma “excentricidade” que lhe adoça a vida? Sem dúvida, mas para isso é preciso que a sociedade partilhe efectivamente da “excentricidade”. Por outras palavras, à Arqueologia não basta tornar-se economicamente relevante, é fundamental que se torne socialmente relevante também, porque esta será a verdadeira sustentação da sua importância económica. Ambas têm de crescer em articulação e interacção, de forma sustentada, sob pena de por falta de suporte da segunda, a primeira seja atingida por uma crise tipo 1929 assim que lhe faltar um suporte legal ou a actual acção fiscalizadora (por reduzida que seja).

TRAJECTÓRIAS (14.05.05)

De facto a visão e o conhecimento que temos das coisas, mesmo dentro das nossas áreas de especialização, é muito parcelar e inexoravelmente vinculada aos nossos trajectos e experiências. Apesar de já conhecer um ou dois artigos e ter tocado uma vez no assunto, não imaginava a quantidade de estudos e das evidências sobre a produção de sal em tempos pré-históricos e da Idade do Ferro que existem para a Europa Central. Consequência de viver e trabalhar neste país à beira mar plantado, mas não só. A minha atenção tem andado focalizada em muitos outros assuntos.

Fiz esta “descoberta” na sequência de me ter cruzado com uma situação no âmbito de um projecto de minimização de impactos e uma nova área de interesse, e com clara relevância para a investigação que venho desenvolvendo, se me revelou. Estou em crer que será assim em todas as áreas.

Lembrei-me disto a propósito de uma citação de DK feita duas entradas abaixo e parafraseando Oscar Wilde, quem investiga também por self-realisation never know where they are going. They can't know.”

O DESCONFORTO DAS PALAVRAS (27.01.05)

O desconforto em chamar “povoado” ao que até há pouco era confortável designar por “povoado”. Conclusão de um texto recente:

“A situação que a investigação da calcolitização peninsular vive de momento é a de um desconforto relativamente a terminologias que se vão mostrando insuficientes e, por vezes, desadequadas, face à “revolução empírica” em curso e à pluralidade teórica que vai sendo imprimida a essa mesma investigação. Um desconforto acompanhado pela dificuldade em propor novas designações, que mais não espelha do que uma situação de “intervalo”, de antítese, face a um conjunto de realidades emergentes ainda mal compreendidas e estudadas, mas que sem dúvida conferem um novo fôlego à investigação das problemáticas da calcolitização do Sudoeste Peninsular. Mais uma vez tudo parece ser muito diferente do que se pensava.”

Nomear é catalogar, enquadrar algo na nossa ordem, na ordem com que tornamos o mundo inteligível à nossa maneira. Nomear é por isso reconfortante, estabiliza, dá segurança e permite-nos transmitir segurança. Ao nomear colocamos cada coisa no lugar que lhe criámos. Ao nomear dominamos a coisa.

Quando nos sentimos desconfortáveis com os nomes, é porque a coisa estrebucha na sua caixinha, no seu compar-

timento. Frequentemente não porque só a coisa tenha mudado, mas porque nós mudámos também. E lá vem o sentimento de insegurança, de dúvida onde antes havia certeza, de angústia para quem tem dificuldade em perceber que as ordenações que estabelecemos são tão mortais quanto nós. Uns recusam a dúvida, a incerteza, o novo desconhecido e entrincheiram-se nas suas classificações familiares e aconchegantes. Outros são verdadeiramente aventureiros. Outros ponderados. Outros, ainda, atrevidos e provocadores. É uma multiplicidade que caracteriza os momentos de antítese, bem mais divertida do que a convergência que domina os momentos de nova síntese que se tornará em tese. Existe sempre um certo prazer perverso na desconstrução. Mas construir é preciso, dar sentido é preciso, o que é sempre mais difícil. Arranjar um nome para um sítio como os Perdígões, por exemplo. Eis todo um projecto de investigação, cujo resultado se poderia traduzir numa só palavra. Resta saber se a temos.

CONSTRUÇÕES NA AREIA DE UMA AMPULHETA (08.02.05)

Costuma dizer-se que destruir é mais fácil que construir. Poderá não ser exactamente um princípio axiomático de que possamos partir de forma imperativa. De facto, nem sempre é fácil destruir: o regime totalitário não foi fácil de desmontar. Mas estou em crer que, mesmo assim, tem sido mais difícil construir um regime democrático adulto. Destruir parece que desperta no ser humano prazeres subterrâneos que a moral e a ética condenam e a racionalidade nem sempre consegue explicar. Creio que todos nós já experimentámos, e se calhar por mais que uma vez,

esse perverso prazer de destruir por destruir, de partir por partir, nem que seja apenas o pequeno objecto que temos entre mãos enquanto conversamos no café. Outras vezes, o acto de destruir apresenta-se-nos com uma “função” mais evidente: serve para compensar frustrações e desencantos ou ocorre ao serviço de vinganças, rivalidades e estratégias de poder.

Em todas as circunstâncias, contudo, se me afigura como um acto bem mais simples do que o acto de construir. Requer normalmente menos conhecimento, menos investimento, menos tempo, menos suor e dedicação. Embora possa resultar de esquemas metais brilhantes, viver para destruir é curto, por mais morfina que isso represente para o destruidor. Vidas houve que se dedicaram à destruição, mas com o objectivo de reconstruir ou de criar possibilidades para a construção de algo novo, diferente e melhor. Digo melhor, porque construir também pode ser quase tão fácil e negativo como destruir.

Quer isto dizer que, sendo geralmente mais fácil destruir que construir, ambas as acções podem ser “boas” ou “más” dependendo dos objectivos e princípios éticos de que se fazem acompanhar.

Esta é a diferença entre a crítica destrutiva e a construtiva. A segunda é sempre mais difícil que a primeira. Obriga a um conhecimento mais profundo das realidades, é alicerçada por princípios éticos explícitos e é responsabilizadora, no sentido em que vincula o crítico ao projecto de mudança, aos valores éticos e à boa fé que estão na base da sua crítica.

O “menos mau de todos os regimes” em que vivemos é, contudo, um terreno fértil para a destruição desregrada, que tanto pode assentar na mediocridade e em sentimentos pouco nobres mal controlados, como na profusa elaboração

teórica pós moderna. Construir com solidez, com projecto e de forma sustentada torna-se mais difícil, num país que mais parece um campo de minas e armadilhas, onde é cada vez mais problemático andar a direito. Além de um grande aborrecimento para quem não gosta de percursos sinuosos.

CIRCULAR (06.03.05)

Nevou praticamente o tempo todo e Paris estava todinha de branco. A neve persegue-me este ano, o que me agrada muito. Acho que realça o espírito dos lugares.

Estive lá estes dias a representar a instituição em que trabalho numa mesa redonda realizada para discutir os problemas relativos à investigação da circulação do Campaniforme. Acabou por ser um reunião com interesse, com acordo e desacordo em várias questões, umas, a meu ver, mais importantes que outras. Destaco uma das últimas discutidas: os mapas mentais.

A questão é, tal como Barrett já a havia colocado, se à 4500 anos as pessoas tinham a noção do campaniforme como um fenómeno de escala Europeia (com prolongamentos pelo Norte de África). Se os habitantes dos Perdigões, por exemplo, tinham a noção de que existiam recipientes iguais na Bretenha, ou na Galiza, ou na Beira Alta. Que mapas mentais, que noções teriam da distribuição espacial daquele tipo de vasos e dos seus significados e suas utilizações. Não eram certamente as nossas. Pelo que argumentei que o que construímos são trajectórias de circulação que são nossas. Nossas no sentido em que nós as reconstruímos (através dos vestígios que deixaram) e nos apercebemos da escala transregional e transcontinental

do fenómeno, do seu impacto diferente em várias regiões, das suas particularidades e especificidades regionais. E fazemo-lo hoje, de uma forma totalmente diferente da racionalização que se teria e poderia ter na época. Certamente haveria a noção de que estes objectos circulavam por vastos territórios. Saber-se-ia, se calhar melhor que nós hoje, quais os locais em que estes objectos existiam. Mas a visão de conjunto dificilmente a teriam.

Eu diria que a grande conclusão da mesa redonda foi a de que o fenómeno não pode ser abordado com uma realidade de significado único, que circula da mesma forma e segundo os mesmos processos em todo lado. A escala natural é a local/regional e é nessa escala que o problema deve ser estudado, para se poder ir percebendo o seu comportamento a uma escala mais vasta.

Fui de Lisboa a Paris ver campaniformes da Bretenha. São praticamente iguais aos nossos. Tento explicar a padronização que abrange áreas tão distantes. No avião é-me apresentado o mapa da Europa com a rota que percorro. Passa sobre o sul da Bretenha, atravessa o golfo da Biscaia e vai directo a Lisboa. Vejo um espaço que um pré-histórico nunca viu (mesmo que o tenha percorrido todo a pé). Vejo-o lá do alto, de uma só vez, com todos os seus contornos. E vejo-o representado num mapa num ecrã à minha frente. Vejo-o a uma escala que um pré-histórico nunca viu. Percorro-o a uma velocidade que ele nunca percorreu. O espaço físico poderá ser sensivelmente o mesmo. O espaço percebido e categorizado não. As trajectórias e mecanismos de circulação do campaniforme (ou de outras coisas) são construções explicativas e interpretativas nossas sobre dinâmicas passadas complexas, que funcionavam com tempos e espacialidades diferentes das nossas.

2// Arqueologia e Universidade

INICIATIVAS UNIVERSITÁRIAS (27-02-04)

No dia 3 de Março na Universidade do Minho e na semana de 19-23 de Abril na Universidade do Porto, os respectivos alunos de Arqueologia promovem colóquios ou mesas-redondas onde se discutirão problemas da actividade profissional em Arqueologia. Saúdam-se as iniciativas, as quais contribuem para que as universidades se abram às questões relacionadas com as saídas profissionais na prática arqueológica. Aspectos como a creditação de profissionais de Arqueologia, mercado de trabalho, profissionalização, a diversidade de práticas arqueológicas serão debatidas. Os estudantes reconhecem que se estão a formar para integrar um mercado de trabalho, numa área que escolheram e na qual querem exercer profissionalmente. Demonstram querer conhecer os problemas, as necessidades e as oportunidades que existem para lá das portas da sua escola. Sobretudo demonstram perceber que a falta de articulação entre as universidades e o mundo exterior, onde os licenciados irão, na sua maioria, actuar, não faz qualquer sentido. Um tal divórcio significaria que as universidades se justificariam em si próprias, num discurso auto justificativo, de produções académicas de e para a academia. O diálogo entre universidade e os diversos sectores da sociedade, que permita antecipar no estudante a consciencialização dos problemas do mundo que o espera e que dele precisa, é hoje fundamental. A Arqueologia justifica-se nas universidades porque se justifica na sociedade e não o contrário. Estas pontes são, pois, um bom exemplo a seguir

e a alargar, nomeadamente por quem tem responsabilidades mais directas na formação básica em Arqueologia.

A DECLARAÇÃO DE BOLONHA E ARQUEOLOGIA (02-03-04)

Na sua crónica de hoje no Público, Vital Moreira comenta alguns dos problemas que a Declaração de Bolonha implica para o ensino universitário português. Retenho uma das suas afirmações: "... a solução a seguir não pode ser deixada em última instância às instituições de ensino superior, pois não se trata de um assunto do foro da sua autonomia, mas sim de uma questão essencial de política educativa, de interesse geral, com repercussões fundas na vida económica e profissional, que cabe ao governo e ao Parlamento."

Naturalmente, também o ensino da Arqueologia será afectado pelas remodelações a operar com base na dita declaração. E também neste sector o debate tem sido inexistente, pelo menos de forma que transpire para fora do reduto universitário. Mas como sublinha, e bem, Vital Moreira, o problema transcende a academia. Diz respeito a todos e, de forma muito particular, aos profissionais e futuros profissionais de Arqueologia. Note-se, ainda, que não é um problema meramente de reorganização do ensino e da formação em Portugal, mas da CE, pois teremos de competir com os nossos colegas comunitários. É, assim, estranho o silêncio que se observa entre os profissionais e entre as instituições e associações que trabalham em Arqueologia. Preocupada com a sua transformação em Ordem, com a credenciação e a qualidade da prática arqueológica, a Associação Profissional de Arqueólogos parece que ainda não deu conta do problema. Os profissionais individualmente

considerados também não. O IPA, que hoje assume a função de autorizar o exercício da profissão (pelo menos em parte, ao conceder autorizações para trabalhos arqueológicos), preocupado com a sua própria sobrevivência no seio da administração pública, não presta atenção. Todos estes silêncios se somam ao que parece existir nas próprias universidades. A afirmação, a maturação e o desenvolvimento de um terreno profissional não podem estar desligados da área de formação nesse sector. Os profissionais e respectivas instituições têm o direito e a obrigação de se pronunciar e procurar influenciar a organização da formação na sua área de actuação, contrariando a tradicional confusão entre "autonomia" e "umbigo" que existe na sociedade portuguesa. A reorganização que será feita para convergir com os princípios da Declaração de Bolonha poderia ser uma boa ocasião para isso.

Mas, provavelmente, Vital Moreira voltará a ter razão quando afirma: "...pelo défice de discussão pública do tema e pela aparente passividade do Governo nesta matéria, é de temer que tudo acabe como quase sempre em Portugal, isto é, pela confirmação política, à última da hora, de factos consumados à margem dos normais procedimentos deliberativos democráticos."

DISCRIMINAÇÕES ARQUEOLÓGICAS (05-03-04)

Hoje surgiu mais uma polémica (somos uma fonte inesgotável). A câmara de Lisboa (com a McDonalds e UEFA à mistura) anunciava a participação de crianças nas festividades do Euro 2004, desde que não tivessem deficiências ou perturbações. Um excesso que logo originou um coro de protestos.

Esta situação lembrou-me, uma vez mais, a minha Arqueologia e de como, no melhor e no pior, a disciplina vai refletindo, como não podia deixar de ser, a realidade social que lhe serve de contexto. Na página da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa anuncia-se que não há pré-requisitos para a candidatura ao curso de Arqueologia, mas “desaconselha-se, no entanto, a candidatura a invisuais e ambliopes [pessoas com visão deficiente]”.

Porque será? Aparentemente porque não podem ver materiais; porque terão dificuldades em classificar os seus atributos; porque não estarão à vontade no “terreno”; porque terão dificuldades em estabelecer relações de intervisibilidade entre sítios; etc.

Numa perspectiva Guppie da Arqueologia (materiais, muitos materiais), ou dos alunos como mão de obra, um invisual terá certamente dificuldades. Como vai ele desenhar para o seu professor? Como vai ele escavar para o seu professor? Como vai ele prospectar para o seu professor?

Parece, pois, que o invisual não tem futuro em instituições de inspiração Guppie, onde não se concebe o arqueólogo que apenas pense. Poderá eventualmente ter melhor sorte nas que se vão convertendo ao Yippiesmo, ou seja, ao privilégio da introspecção mais ou menos existencialista. Nestas, onde a visão é considerada como um sentido déspota e enganador, a cegueira poderá ser mesmo uma vantagem. O que não quer dizer que o guppiesmo não seja também cego, como, aliás, o referido desaconselhamento evidencia. Digamos que uns são cegos relativamente ao exterior e outros relativamente ao interior. Mas os verdadeiros invisuais não têm culpa nenhuma disto.

Será que estes senhores, que assim aconselham, não sabem que Beethoven já era surdo quando compôs a 9ª? Ou que Hawking, vítima de doença que não o deixava

mexer-se ou sequer falar, ocupou a cátedra que pertenceu a Newton em Cambridge?

Contudo, não me lembro de alguma das sempre atentas associações ter alguma vez questionado esta situação.

(DESA)FIO DE ARIANA (12-03-04)

Caro Clio (fiodeariana.blogspot.com), antes de tudo o mais, as minhas desculpas por não ter um sistema para comentários, mas ainda não domino totalmente a arte de bem “blogar”. Naturalmente que as desculpas se estendem aos demais visitantes, assim privados de se aperceberem do seu desafio (enviado por mail).

O que penso de licenciaturas autónomas em Arqueologia em vez de variantes?

Gostaria de abordar o assunto por um problema que me é muito querido e que é o da classificação (compartimentação). Aceitando uma perspectiva holística desta complexidade a que, por conveniência de expressão, vamos chamando realidade, a sua cognição pelo Homem faz-se através de um processo de compartimentação e generalização. Para pensarmos o dito real (não vamos agora discutir o que isso é) necessitamos de o compartimentar, compartimentação essa que é naturalmente contingente: temos as gavetas da economia, da religião, da tecnologia, da organização social, das mentalidades, das ideologias, da demografia, etc. Mas sabemos perfeitamente que esta compartimentação é artificial. Que um facto abordado na economia tem a sua abordagem ideológica, tecnológica, política, etc. Que as coisas estão perfeitamente interrelacionadas e que a compartimentação é uma artificialidade necessária ao nosso

processo cognitivo de nos relacionarmos com o mundo, de o concebermos e pensarmos. E porque sabemos isso, falamos constantemente de interdisciplinaridade, que não é mais que a consciência de que a divisão disciplinar é uma simplificação de uma realidade complexa, orgânica. É verdade que toda a ciência “cria o seu objecto”, mas não é menos verdade que tem consciência do carácter parcelar da sua abordagem. Ora o corpo disciplinar é uma institucionalização dessa compartimentação, a qual é dinâmica. O aprofundamento do conhecimento (entendido aqui de uma forma quantitativa e qualitativa) é naturalmente acompanhado de um processo de especialização. Uma área de investigação gera novos problemas e questionários, que incentivam a procura de novas fontes de resposta, novas técnicas para a sua obtenção, novos corpos teóricos para o seu enquadramento. Naturalmente as “disciplinas mãe” foram dando origem a novas “disciplinas filho”.

Simultaneamente, há que considerar que toda organização administrativa da produção de conhecimento também tem a sua influência nesta tendência perigosamente atomista. Por questões de poder, de carreira, de status social, de acesso às tão almejadas verbas, há entre as comunidades universitárias uma grande apetência para a autonomia, ou seja, para a departamentalização com a constituição de um curso autónomo.

Aconteceu assim com a Arqueologia em Portugal. A tendência para a criação do curso é uma resposta a um desenvolvimento das especificidades disciplinares e das exigências sociais, por um lado, e do aumento da demografia de arqueólogos e das suas ambições e aspirações por outro (repare-se no número, a curto prazo exagerado, de universidades que oferecem formação em Arqueologia em Portugal).

Não terá esta tendência aspectos negativos? Certamente que

sim. São os que decorrem do zoom da objectiva. Se focamos a árvore perdemos a noção da floresta. E todos hoje sabemos que o contexto também faz o objecto. Daí que, penso, o problema não estará tanto na autonomia departamental da Arqueologia (eventualmente necessária para o desenvolvimento desta área do saber e da suas respostas profissionais que a sociedade lhe solicita), mas num eventual isolamento relativamente a outras áreas disciplinares, concretamente relativamente a outras ciências sociais (com as quais, diga-se em abono da verdade, só recentemente alguns arqueólogos vem procurando estabelecer pontes de contacto). O seu enquadramento na História poderia eventualmente dar-lhe mais protecção contra esse distanciamento. Mas a autonomia não é um problema em si. O problema será a forma como os currícula forem (ou estão a ser) organizados e o tipo de arqueólogos que “estamos a produzir”. O que necessariamente tem também a ver com os enquadramentos epistemológicos, teóricos e ideológicos dos “detentores do poder” nas instituições universitárias e com os motivos que os movem.

“ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL” DA DECLARAÇÃO DE BOLONHA: NECESSIDADE (URGENTE) DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO (13-03-2004)

Definitivamente Bolonha preocupa-me. No caso concreto da Arqueologia (e noutras áreas a situação será idêntica) as licenciaturas e mestrados que agora correspondem a 4 + 2 anos (mas que adiamentos, nomeadamente nos mestrados, prolongam no tempo), passarão para apenas cinco anos, com esquemas alternativos de 3+2 ou 4+1 (com mais três anos para doutoramento, onde actualmente existem, no mínimo, quatro).

São conhecidas as queixas dos docentes universitários relativamente à impreparação dos estudantes que chegam à universidade. São igualmente conhecidas as queixas relativamente à impreparação de uma parte significativa (por vezes demasiado significativa) dos licenciados que saem das universidades.

A redução da duração da formação académica que Bolonha implica não pode deixar de nos preocupar e de nos levantar dúvidas: se muitos dos que actualmente se licenciam apresentam níveis preocupantes de impreparação, como será no futuro com tempos de formação académica mais reduzidos? Será a especialização uma resposta? E como compensar a imperiosa necessidade de uma formação generalista consistente?

Sejam quais forem as soluções que se adoptem, um pré requisito impõem-se. Se a redução do tempo de licenciaturas e mestrados dificulta ainda mais a compensação das deficiências com que os alunos entram na universidade, então só podemos concluir que a aplicação de Bolonha obrigará, em Portugal, uma nova exigência relativamente ao sistema do ensino básico e secundário, para que os alunos cheguem à universidade mais bem preparados do que actualmente acontece. O que me faz lembrar o coro de protestos relativamente aos exames nacionais e me deixa duplamente preocupado, ou desassossegado.

FORMAÇÃO EM ARQUEOLOGIA (27-03-04)

Clio, realçando a escassez de cadeiras relacionadas com os aspectos teóricos da História e da Arqueologia na FLUP, pergunta se os arqueólogos que saem das universi-

dades apenas estão preparados para recolher e descrever, qual história positivista. Eu diria que muitos nem isso. E por essa razão, em debates recentes referentes à profissionalização do arqueólogo, questões relativas aos estágios e formações complementares têm sido sistematicamente levantadas e histórias inacreditáveis contadas. Por vezes, nem um simples relatório sabem fazer.

Mas indo directo ao centro da questão levantada, já aqui afirmo, a propósito das publicações arqueológicas, que hoje se praticam em Portugal diferentes Arqueologias. Contudo, não faltarei à verdade se disser que, num número demasiado significativo de casos, o que se faz é escavar, registar, descrever e datar, "tal qual história positivista", com a agravante que nem sequer se recorre à argumentação e justificação teórica do positivismo (seja do antigo ou do novo). Uma parte dos arqueólogos vive na maior das inconsciências teóricas e epistemológicas, o que os protege de uma série de angústias e lhes permite viver no conforto do mundo das certezas. Naturalmente, as universidades são das principais responsáveis pela situação (embora não se deva desresponsabilizar os alunos da parte que lhes toca, nem os há mais tempo licenciados e doutorados).

Contudo, hoje existem sinais de mudança na Arqueologia portuguesa. Sinais esses que são visíveis em todas as gerações de arqueólogos. Curiosamente, a universidade de que fala Clio é uma das que, em determinadas sectores do seu corpo docente, tem contribuído para a tentativa de ultrapassagem da positividade do discurso arqueológico. Mas o problema resistirá, penso, enquanto os currícula não forem organizados em função da definição do tipo de competências que se quer que os alunos tenham à saída e continuarem a ser organizados casuisticamente ou, mais vulgarmente, à medida dos interesses e percursos dos professores e dos convidados.

Hoje, as solicitações profissionais exigem uma sólida formação técnica. Mas, ao mesmo tempo, a evolução da função social da Arqueologia e do pensamento arqueológico exige uma igualmente sólida formação teórica de âmbito transdisciplinar, quer no que respeita a teoria de médio e longa alcance, quer no que respeita a teoria do conhecimento. E, naturalmente, uma componente técnica e metodológica consistente tem de ser teoricamente informada.

Face a estas exigências, e tendo em conta que Bolonha está à porta, os planos curriculares terão que obedecer a escolhas. Escolhas que terão que resultar de objectivos assumidos e enunciados, eventualmente proporcionando diferentes tipos de percursos possíveis ao longo das licenciaturas, escolhidos pelos alunos de forma consciente (o que implica informação, esclarecimento e honestidade por parte da universidade). Mas, sobretudo, a formação universitária não pode prescindir do objectivo de contribuir decisivamente para o desenvolvimento de uma racionalidade crítica e do crescimento intelectual dos seus alunos. A balança comercial teórica da Arqueologia portuguesa relativamente às outras ciências (nomeadamente sociais) é hoje claramente deficitária. Não é mau de todo, uma vez que isso significa que nos estamos a relacionar e a absorver. Mas será precisa ainda uma geração (ou duas) para a balança se começar a equilibrar.

NOVOS E VELHOS CURSOS NAS UNIVERSIDADES (29-03-04)

A discussão em torno da nova criação de cursos deixa-me sempre com vontade de colocar uma questão: o designio da modernidade setecentista de que a liberdade individual (e portanto também a colectiva) só se estabelece com

base numa racionalidade crítica, cujo desenvolvimento era o objectivo básico e primeiro do ensino, terá morrido de vez? É certo que o desenvolvimento que se verificou nos dois séculos seguintes foi progressivamente transformando o ensino superior, orientando-o cada vez mais para um ensino profissionalizante. Hoje, dou comigo a ajuizar da justeza de um curso em função das saídas profissionais que os seus licenciados têm ou não. E parece-me curto. Sem dúvida que a formação superior existe para suprir as necessidades do país em termos profissionais nas várias áreas que possamos considerar. É pois forçosa uma articulação entre a “composição curricular” da academia e a “sociedade civil”, por forma a que as necessidades da segunda sejam supridas pela primeira, o que, como sabemos, está longe de acontecer. Contudo, penso que o papel do ensino superior não se pode esgotar na questão profissionalizante. A formação e o desenvolvimento intelectual, o estímulo a uma racionalidade crítica, o desenvolvimento do conhecimento enquanto “actividade património” da humanidade (sem uma preocupação prática imediata) são tarefas da universidade (e de outras instituições também). Pelo que um curso se pode justificar mesmo que não haja saídas profissionais. De outra forma, estaríamos a ir de encontro ao corporativismo de alguns que há dias se manifestaram contra a manutenção de determinadas licenciaturas por questões de concorrência. Há muita gente que tira segundos cursos por gosto e não para obter uma especialização profissionalizante para trabalhar nessa área. História é um bom exemplo dessa situação. E a Arqueologia também já vai sendo. Por outro lado, com a aceleração do ritmo da mudança, as diferentes “fornadas universitárias”, mesmo próximas no tempo, não são propriamente iguais, não apresentando exactamente as mesmas competências das anteriores (mesmo

tendo em conta que há professores a debitar o mesmo anos a fio). E ainda podemos argumentar que a “paleta” de cursos e áreas disciplinares representa a materialização da própria forma como se organiza a produção de conhecimento e que tanto é resultado como causa do desenvolvimento desse conhecimento (a autonomização da Arqueologia contribuiu para o desenvolvimento das necessidades sociais de Arqueologia, não foi simplesmente consequência destas).

Penso, pois, que a reestruturação que o ensino superior necessita, como de pão para a boca, terá que ser pensada numa pluralidade funcional. Sem dúvida que a Universidade não pode ignorar que as necessidades da sociedade, às quais deve responder, são contingentes e dinâmicas. Há dez anos não havia nem variantes nem cursos de Arqueologia. Hoje temos Arqueologia nas universidades do Minho ao Algarve. Os arqueólogos recém licenciados têm uma elevada taxa de emprego. Mas dentro em breve a situação começará a mudar e o mercado de trabalho começará a ficar mais saturado. Não significa isto que necessariamente se tenha que fechar cursos, mas significa que a Universidade tem, como todos os organismos, de ser dotada de flexibilidade adaptativa, que o modelo monolítico existente não permite. Ou seja, a Universidade tem de se pensar de forma relacional com uma sociedade em permanente mudança e não, como de costume, concentrar-se no seu umbigo (ou umbigos) de cariz tendencialmente perene.

Comentários:

Penso que as suas reflexões vêm na sequência dos ‘posts’ recentes do Clio sobre novos cursos na FLUP. Mais do que ninguém, acredito na necessidade de existir uma dimensão de gratuidade (e, até, de prazer) na aquisição do conhecimento, o que não se compadece com pragmatismos excessivos.

Na situação particular a que se refere Clio (as variantes dos cursos de LLM), porém, não posso deixar de questionar a oportunidade e as motivações subjacentes à criação dos novos cursos. Já houve no passado amplas possibilidades de o fazer - por que só agora

o fazem, quando os alunos de LLM estão a diminuir a um ritmo assustador e se fala da necessidade de despedimento de Professores?

Penso que há muitas outras medidas urgentes a tomar - quer ao nível da universidade quer ao nível da sociedade civil - antes que este tipo de iniciativas volte a ser prioritário.

Cassandra (29.03.04)

Muito do que diz poderá também incluir-se na discussão das competências específicas dos papéis de Universidades e Politécnicos, as primeiras mais viradas para a manutenção dos saberes; os segundos, mais virados para a prática e a satisfação das necessidades mais imediatas da sociedade.

Gostava de ver JVC também por aqui, para se fazer um pouco de Arqueologia da evolução das ideias sobre Universidade; talvez até para discutir os prós e os contras do sistema binário de ensino superior.

MJMatos (29.03.04)

Relativamente ao Politécnico, a questão está mais nas necessidades IMEDIATAS da sociedade. Sendo teoricamente um sistema mais leve e flexível, pode responder mais depressa ao preenchimento de nichos de formação específica. Não estou a por em questão as tradicionais formações profissionalizantes das Universidades, até porque essas formações têm um controle efectivo por parte das respectivas Ordens. O que me deixa preocupado é a proliferação de cursos não tradicionais de cariz profissionalizante que são criados por instituições universitárias que não estão vocacionadas para isso. Se é essa a ideia, então integrem-se os Politécnicos nas Universidades, como em Aveiro e em Faro.

MJMatos (30.03.04)

A opinião de Cassandra referente à deriva profissionalizante dos cursos universitários, dando o exemplo da formação de professores, parece-me uma opinião errada. Inúmeros cursos universitários fazem verdadeira formação profissional (exp., Engenharia, Medicina, etc.). O que é que as Faculdades de Letras e de Ciências fizeram ao longo dos anos para proporcionarem saídas profissionais aos seus alunos, sem subordinarem os seus cursos à questão da colocação no mercado de emprego? Pouco. Porque sabiam que a esmagadora maioria dos seus licenciados seria encaminhado para a docência, área profissional cuja formação desprezava intramuros. A questão que se deve colocar, na minha opinião, é a seguinte: para que servem as Faculdades de Letras? Qual o seu desígnio estratégico neste início de século em Portugal? Uma coisa é tentar responder a estas questões difíceis. Outra bem diferente é, pela enésima vez, culpar a formação de professores pela indefinição estratégica das Faculdades de Letras.

PJ (30.03.04)

Até agora, existia nas Letras de Coimbra, no curso de História, uma via científica e uma via pedagógica. Na prática, isso significava que quem queria fazer o estágio do ramo educacional tinha de escolher certas cadeiras de cariz psico-pedagógico; quem optava pela via científica não fazia essas cadeiras e escolhia outras opções. Mais nada. O ensino foi a única via profissional pensada; não se apostou noutras. E, embora pense que a Universidade tem uma função muito para além da formação profissional dos seus licenciados, deixemo-nos de coisas, há que haver saídas para eles. É legítimo que um estudante aspire a trabalhar na área que escolheu; por isso a questão das saídas profissionais tem de ser equacionada.

1poucomais (30.03.04)

PJ: Porque é que acha que as perguntas que faz se restringem às Fac. de Letras?

MJMatos (30.03.04)

Não penso que as questões que levantei a propósito do post da Cassandra se circunscrevam às Faculdades de Letras. Na realidade penso que as Faculdades de Ciências padecem muito do mesmo mal. Quanto à desvalorização do ramo científico na FLUP, minha cara Cassandra, acredite que ela não é o resultado da hipertrofia da formação educacional, mas tão somente de uma política de ausência de clarificação dos desígnios da FLUP. Se assim não fosse o ramo científico seria forte, mas na realidade é um ramo, ou melhor, uma ausência de ramo. A criação das novas licenciaturas de LLM, é apenas mais um sintoma deste desnorte preocupante.

PJ (30.03.04)

Retomando a questão colocada pelo Holocénico - e para que não se pense que critico a Faculdade por um qualquer gosto perverso - apenas se me oferece dizer: "para grandes males, grandes remédios". Na situação dramática em que se encontra uma Fac. como a FLUP (e outras semelhantes), qualquer solução eficaz teria de passar por uma reforma radical do seu modelo organizativo, pela elaboração de novos estatutos e, também, pela "reforma compulsiva" de muitas figuras decorativas que por lá andam sem nada contribuírem para o avanço do conhecimento ou sequer para o bom nome da Faculdade. Não creio que seja através de operações de cosmética que se melhora a situação.

Cassandra (30.03.04)

Uma revolução à francesa e não à inglesa, portanto, com decapitações e tudo (estou a brincar).

De qualquer maneira é interessante este fenómeno de instituições de vanguarda, que promovem o desenvolvimento e o crescimento, mas que depois se deixam ficar para trás daquilo que ajudaram a empurrar para a frente, tornando-se conservadoras (por vezes autistas). Estou a pensar na universidade em termos gerais e na longa duração. Se calhar é porque o mesmo fenómeno também acontece frequentemente ao nível das pessoas, das gerações.

Holocénico (31.03.04)

Admito que a expressão "reformas compulsivas" possa assumir conotações sinistras à luz do passado nacional - e se a usei indevidamente foi pela indignação que certas situações injustas me provocam. Mas se num futuro (infelizmente) longínquo, tiver lugar, como julgo ser inevitável, uma avaliação séria e coerente das faculdades e seus professores para com base nisso serem tomadas decisões ao nível dos financiamentos, despedimentos, novas contratações, etc., não tenho dúvidas de que algumas cabeças rolarão... (desculpem, mas ando um bocado sanguinária e apocalíptica nos últimos tempos!)

Cassandra (31.03.04)

Mas aproveito também para acrescentar que há Professores excelentes na FLUP (assim como noutras congéneres), com uma enorme capacidade de trabalho e que produzem investigação de grande qualidade - professores e investigadores dignos de uma qualquer Oxford ou Harvard! Só lamento, por eles, que estejam confinados a um meio intelectual frequentemente tão fechado e inóspito. Perante estes casos, é difícil evitar uma sensação amarga de desperdício de talento...

Cassandra (31.03.04)

AOS ESTUDANTES (DE ARQUEOLOGIA E NÃO SÓ) (30-03-04)

"O erro do que estuda não é sofrer as influências dos mestres, mas sim ficar preso da influência de um único mestre."

ALMADA NEGREIROS, "O Desenho"

Comentários:

Mas o único mestre é o Professor Doutor?

jp (31.03.04)

O Mestre não é um grau académico (embora exista um com o mesmo nome).

Almada, no mesmo texto, conta uma história de um pintor que abandonou a escola que fundara porque não havia um único aluno que não copiasse os seus traços. Ou seja o mestre é o que potencia o que há em nós, nos orienta, mas não condiciona nem nos vê como suas reproduções, o que nos faz crescer intelectualmente, o que nos mostra caminhos possíveis, desejáveis, mas não os impõe, exerce uma crítica construtiva e nos dá espaço, etc. etc. Se é Professor Doutor ou não, pouco importa. Agora sem dúvida que parte das funções dos Professores Doutores é serem mestres. Se o são ou não ... há de tudo.

Holocénico (31.03.04)

QUE CERTIFICA UM CERTIFICADO DE HABILITAÇÕES?
(05-04-04)

Retomo a mesa redonda realizada a semana passada. Em certo momento um colega afirmava que a maioria dos alunos licenciados pelas universidades eram de qualidade mediana/baixa, com repercussões na qualidade do seu desempenho enquanto profissionais de Arqueologia. Vários professores universitários na sala ouviram e calaram.

Como podem os professores assumir que licenciam alunos sem qualidade, sem sequer apresentarem contra argumentos? Pior. Como podem eles, com a frequência que se conhece, criticar os recém licenciados no seu desempenho profissional, afirmando que estão impreparados, que não sabem

o suficiente para se responsabilizarem por trabalhos básicos de Arqueologia? Bom, só se estiverem a fazer autocrítica.

Que significa hoje um “Certificado de Habilitações”? Certifica que uma pessoa está habilitada para quê? Com o que se diz do ensino universitário em Arqueologia (dito por alunos, por professores, por profissionais) pode concluir-se que o certificado não diz muito e a prática confirma-o, podendo aparecer certificados nas mãos de pessoas que não sabem fazer um simples relatório, ou, como contava alguém, nunca viram sílex na vida (é como tirar uma licenciatura em engenharia civil sem ter travado conhecimento com o betão). A um certificado (que ainda por cima se paga caro) devem estar associadas competências reconhecidas por todos (ou quase), a começar pelos que o emitem. De outra forma é embuste para quem tira um curso e para quem contrata (que frequentemente leva gato por lebre).

ESTADO DE NATUREZA UNIVERSITÁRIO (07-04-04)

Sempre achei interessante o recurso ideológico à ideia de Estado de Natureza e ao Direito Natural. É engraçado ver Rousseau defender um estado de natureza em que o Homem vivia numa harmonia e igualitarismo idealizados, situação que se havia perdido pela introdução da propriedade (o mal de todos os males), gerando a desigualdade e com ela a infelicidade dos Homens, propondo o seu contrato social (que não abole a propriedade privada, mas condiciona-a) como forma de reposicionar esse equilíbrio social perdido. No contexto do século XVIII, eram ideias que respondiam aos anseios de uma pequena/média burguesia francesa. Não menos engraçado é ver Thomas Hobbes a defender

um Estado de Natureza radicalmente diferente, onde o Homem vive em completa anarquia e conflito, movido pelo egoísmo, onde o “Homem é o lobo do Homem”, sendo a sua organização em sociedade dependente de um poder centralizado (concentração de poderes através de um contrato social) que o civilize e lhe permita viver em harmonia e atingir a paz e a felicidade. Uma legitimação clara do poder absoluto e uma inequívoca contestação do parlamentarismo em consolidação na sociedade inglesa do século XVII.

As ideias de que o Homem é por natureza bom, e a sociedade o corrompeu, ou que o Homem é por natureza mau (animal) e que a organização em sociedade o civilizou e lhe limou (mas não aboliu) essa animalidade, acabam por ser as duas faces da mesma moeda, que remetem para uma ideia de essência humana, algo ahistórico, de que nos podemos afastar, mas a que poderemos sempre voltar.

O debate em torno da universidade por vezes lembra-me esta situação. Estará a universidade apenas afastada, perdida, do seu estado de natureza “bom”, necessitada de um contrato social que permita salva-la e repor-lhe a Harmonia que idealizamos para uma comunidade que se rege por princípios éticos, de mérito e de qualidade inquestionáveis (onde o branco, a pureza e o conhecimento se associam, na figura de Cándidos não tocados pela maldade)? Ou, pelo contrário, as situações que existem são o melhor “contrato” que conseguimos fazer para limar, para domesticar, os rasgos de animalidade hobbesiana que caracterizarão a natureza humana?

Enfim, a comparação é puro divertimento e mera associação de ideias, mas pode dar que pensar.

Comentários:

Cada vez mais me convenço de que o “Homo Academicus” é um animal que se orienta por um fortíssimo instinto territorial - instinto que em alguns espécimes assume

contornos especialmente selváticos.

E se é verdade que nenhum de nós, como membro da espécie humana, escapa a essa necessidade de defender os seus espaços de incursões e ameaças externas, nos meios pequenos e fechados (como a universidade, por exemplo) as pressões são maiores e a animalidade mais básica tende a vir ao de cima... E aí o frágil "verniz" da ética estala com uma facilidade alarmante...

Cassandra (07.04.04)

Sim, mas eu não sou, ou não gostaria de me tornar, num partidário do darwinismo social.

Holocenico (07.04.04)

Cassandra:

Quem a ler, vai pensar que a sua formação de base é em Antropologia, tão vivo é o quadro que traça acima.

MJMatos (07.04.04)

MJ,

O que escrevi acima soa mais a 'National Geographic'... Já me está a ver nas imediações da Faculdade, munida de binóculos, atrás de uma moita, a observar o comportamento e hábitos territoriais da fauna académica... (fora de brincadeiras - é MESMO um dos meus passatempos favoritos e uma das vantagens de se poder ver as coisas de fora... E vê-se cada uma!).

E não, MJ, a minha visão do lado mais sinistro - mas também fascinante! - do comportamento humano nunca poderia vir da Antropologia, mas sim da Literatura...

Correndo o risco de estar a ser chata (estes animais da Literatura têm o tique pretensioso das citações a propósito de tudo e de nada!), devo dizer-lhe que, na minha visão da vida (académica e não só), identifico-me muito com o que um dos meus cineastas preferidos disse uma vez numa entrevista, e de que nunca mais me esqueci:

My vision of cinema as an art, my view of life as a chaotic, passionate construction created by groups of intense, perhaps crazed, human animals and then projected onto an unsuspecting and unknowable external world"... (David Cronenberg)

Cassandra (07.04.04)

DESÍGNIO DE EXCELÊNCIA (09-04-04)

La escrever sobre a diversidade da prática arqueológica em Portugal, mas foram solicitados esclarecimentos, pelo JVC, sobre o que considero ser desígnio de excelência. Adio aquele outro assunto para amanhã (a prática continuar a ser a mesma, pelo que a entrada não perde com a demora).

Quando utilizei a expressão "desígnio de excelência" inspirei-me em Popper, o qual, face à morte da Verdade absoluta, propôs que todo o conhecimento científico se orientasse por desígnios de verdade. Aqui a palavra desígnio é quase tão importante (senão mesmo mais importante) que o termo verdade (ou no nosso caso, excelência). A verdade (ou a excelência) absoluta, não existindo, sendo portanto inalcançável, é assumida como um desígnio, como algo a que se aspira. Encaminha-se, assim, decisivamente para o campo da própria ética.

Procurar a excelência é, antes de tudo mais, uma atitude, uma maneira de estar que se orienta por um ideal nunca atingível, mas cuja concretização se manifesta através de práticas. A verdade absoluta, a objectividade absoluta, a excelência absoluta, não existem no quadro do racionalismo contemporâneo (embora a maioria da humanidade pense de forma contrária). A verdade absoluta foi substituída por verdades contingentes, provisórias, negociadas (sujeitas a consenso). A objectividade absoluta foi substituída por uma objectividade também relativa, isto é, por uma subjectividade controlada (através do pensamento reflexivo).

Quanto à excelência, ela funciona de forma semelhante ao conceito de Lucien Goldman de Máxima Consciência Possível, isto é, uma espécie de Máxima Performance Possível, contingente no tempo e no espaço. O que quero sublinhar é que esta "performance", para além dos resultados concretos, tem muito de atitude. Daí que a afirmo como desígnio; como algo a que se aspira e que orienta a actuação quotidiana (ou pelo menos dia sim, dia não).

Não se pretende negar ou branquear os condicionalismos sociais da prática do ensino/investigação universitários e a sua diversidade. Mas precisamente o contrário, ou seja, um controlo crítico permanente dessas práticas, orientado

por um desígnio, que assim assume forte carga ética. (Há também aqui algo de Ser projecto, de Heidegger portanto).

QUEM “DÁ” O QUÊ (12-04-04)

O Arqveologvs (um outro blog) fala hoje de ensino em Arqueologia e, referindo a existência de bons e maus professores, diz que alguns destes últimos se encontravam ligados às disciplinas mais importantes. E é aqui que se me sugere esta entrada.

Antes de tudo o mais, quais são as disciplinas mais importantes de um curso, por exemplo o de Arqueologia? A resposta será um muito provável “depende”. Há umas entradas atrás falava da necessidade de os curricula serem pensados em função de objectivos balizados pelas competências que se pretendia que os alunos tivessem à saída, mas também que esses cursos fossem dotados de “possibilidades curriculares”, isto é, que permitissem aos alunos escolher trajectos orientados para áreas específicas do seu agrado (tudo isto feito com informação e honestidade). Sendo assim, as cadeiras consideradas nucleares, fundamentais, podem variar de acordo com o trajecto. Para um aluno que pretende trabalhar em Paleolítico, disciplinas como geomorfologia do Quaternário, sendo importante para todos, assume uma relevância particular. Assim como uma opção de latim para quem queira enveredar pelo mundo da epigrafia. A importância de grande parte das disciplinas (sendo grande em todas) varia.

Contudo, algumas, sendo transversais a todas as trajectórias possíveis, assumem um peso sempre relevante, porque são centrais ao próprio campo disciplinar (como as relacionadas

com métodos e metodologias) e à própria produção de conhecimento (como as disciplinas dedicadas à epistemologia e aos “recursos” teóricos). E estas, efectivamente, deveriam ser disciplinas entregues aos melhores professores (entendendo por melhores os que mais se adequam a essas problemáticas específicas), ou pelo menos aos mais experientes. Teoria do Conhecimento ou Teoria da Arqueologia ou ainda a fundamentação teórica das metodologias arqueológicas são temáticas que implicam um nível de leituras e de reflexão elevado. Necessitam de tempo. De tempo para ter lido, ter reflectido, de tempo para ter amadurecido. Tempo que um jovem assistente estagiário, por melhor que seja, ainda não teve, nomeadamente em Portugal, onde essas temáticas estão um pouco secundarizadas nas próprias licenciaturas de Arqueologia. Há faculdades onde as disciplinas de Metodologia ou Teoria da História ou da Arqueologia continuam a ser vistas como as disciplinas menores por alunos e professores. Estes, nalguns casos, entregam-nas a assistentes para que, mais ou menos sozinhos, tratem delas. Como resultado, verifica-se ainda hoje em Portugal (apesar de algumas universidades darem sinais de mudança) uma grande alergia a problemas centrais relativos à própria natureza do trabalho que se faz, da investigação que se realiza, do conhecimento que se produz e da teoria envolvida, naturalmente com consequências para a prática.

É fundamental que não se caia numa tecnocracia ateórica e acrítica, em maneiras de fazer (ou de pensar) que se aprendem e repetem, sem saber porquê e para quê. Ou corremos o risco de as focas se tornarem nossas concorrentes.

MUNDO TECNOCRATA (23-05-04)

“O neocapitalismo liberal pós-industrial centra-se na actividade empresarial, no ‘espírito’ de empresa ou na empresa como espírito, entidade volátil.

(...)

toda uma gestão tecnocrática dos homens e da vida dos homens como meros recursos: como “recursos humanos” convertíveis, recicláveis, ou então inúteis, “funcionalmente insignificantes”.

(...)

É o homem em constante mobilização “entre” ciclos de uma interminável qualificação, não o homem sem qualidades, mas o homem sempre em processo de requalificação.

(...)

Daí a presente preocupação política e empresarial, em todos os países, com a educação como sector “estratégico” prioritário. Investe-se na modernização dos sistemas de ensino, na introdução pedagógica de novas tecnologias, na permuta das aprendizagens teóricas por aprendizagens aplicadas, na criterização técnico-profissional dos currículos, na formação contínua de “recursos”, na qualidade do “capital humano”... Uma rendição do ensino, em todos os níveis, ao mercado.

SOUSA DIAS, Esforços de Guerra

Comentários:

Educação com um fim ou educação como aquisição de cultura. Esta é uma questão clássica, mas que ainda não foi discutida por aqui. Não se estará a correr o risco de, ao responder desta maneira às necessidades do mercado, se criarem cidadãos sem cultura? E, por esta via, mais manipuláveis porque desconhecedores de grande parte do mundo que os rodeia?

Preocupante.

MJMatos (24.05.04)

Precisamente M.J. No fundo, apesar das estatísticas, a situação do país não será hoje tão extraordinariamente diferente da da 1ª República.

Com a agravante de que agora temos uma massa acrílica encartada, com diplomas e certificados de habilitação que habilitam, quando muito, tecnicamente.

Esta formatação técnica, se é indispensável (não custa nada reconhecê-lo) pode ser redutora e afunilante se não integrada numa formação generalista e humanista. Ou ficará (continuará?) “vazia a cabeça dos portugueses”.

Holocénico (24.05.04)

Procura do conhecimento (quase como absoluto) e rotinas da vida profissional (sem sentido?). É interminável a procura da conciliação, cujos resultados dependem do ponto de vista, do tipo de sensibilidade e das possibilidades de cada indivíduo. O mercado, entidade tão abstracta e diversa que quase tudo cobre, é um reflexo da vida. É competição. Pode ser espaço de criatividade e de procura da excelência. Responde a necessidades do corpo social e sem elas, esvazia-se o seu sentido. Desregrado ou descontrolado, como quase sempre sucede com os humanos, tende para o totalitarismo, para o abuso de poder. E o conhecimento, por onde paira? Cabe a cada indivíduo a sua busca. Quer esteja numa universidade, quer esteja numa empresa. Quer aperte parafusos numa fábrica, quer elabore relatórios numa empresa de análise social, quer investigue e ensine numa universidade. Será que Fernando Pessoa seria tão interessante se não tivesse sido um “mero” burocrata? Teria ele a nostalgia da universidade?

jdm (24.05.04)

IMPRESSÕES DE LEITURA (15-06-04)

O texto de Fernando Gil, recomendado por M.J.Matos, é de facto um texto muito interessante, com implicações que se vão captando nas sucessivas leituras que merece. Agrada-me o combate ao cepticismo pós-modernista, interessou-me particularmente a concepção da Universidade como “estrutura profunda” que se “configura quase como um constrangimento cognitivo”, mas deixa-me inquieto quanto à ideia central: uma universidade desadaptada face às solicitações sociais que hoje se lhe colocam. E divido-me.

Por um lado, percebo essa crítica a uma abertura excessiva às necessidades da profissionalização e da pesquisa orientada pela aplicação, que a afasta daquilo que Fernando Gil considera ser a sua aptidão natural: a produção de conhecimento e a sua transmissão. Mas por outro, custa-me

aderir à ideia de “um retorno à filosofia” como metáfora de retorno a um conhecimento fechado, a um conhecimento pelo conhecimento, que sempre manteve a Universidade afastada e fechada sobre si mesma, como uma instituição divorciada da sociedade que supostamente deveria servir. A abertura da universidade tem sido várias vezes defendida neste espaço. Mas essa abertura também não deve, não pode ser uma cedência, como de facto tem vindo a ser. Cedência que se afigura como capitulação próxima, se triunfarem as pretensões politécnicas e as previsíveis deficientes aplicações de Bolonha.

Perante este presente, repito a pergunta que fiz nos comentários do Que Universidade (queuniversidade.blogspot.com): será esta universidade capaz de promover “um retorno à filosofia” de rosto erguido, libertando-se da mediocridade que incubou, e assumir uma abertura e uma adaptação que se traduza numa melhor prestação social sem desvirtuamento da sua vocação centenária?

MANEIRAS DE FAZER (17-06-04)

Popper tem uma afirmação à qual costumo recorrer com frequência: “Nunca se pretenda mais precisão do que a que é exigida pelo problema que se tem em mãos”. Esta afirmação é, de facto, muito sumarenta.

Utilizo-a normalmente para lembrar as pessoas de que as metodologias e os métodos são relativos a todas as variáveis que interferem na realização de qualquer projecto, desde os recursos humanos e tecnológicos existentes, passando pelos constrangimentos de tempo, dinheiro e administrativos e, naturalmente, pelos problemas a resolver. Significa

isto que têm de ser permanentemente pensados e ajustados, o que até pode significar a sua alteração a meio do percurso. Na prática, denoto que existe uma grande dificuldade em pensar as metodologias e os métodos. Normalmente, surgem como uma maneira de fazer, que se aprende e se reproduz mecanicamente, acriticamente, independentemente do contexto, das suas variáveis e do peso relativo diferente que cada uma delas pode assumir numa situação ou noutra. Por isso é frequente ouvirem-se críticas relativamente à não utilização de determinado método ou de determinadas prescrições do método. Mas poucas são as ocasiões em que se argumenta com a inadequação relativamente às especificidades do problema em mãos. Pelo contrário, vejo os mesmos passos metodológicos serem aplicados, sem preocupações de adaptações, a situações totalmente diferentes, onde os condicionalismos são os mais díspares, num procedimento que poderíamos denominar de ortodoxia metodológica, que não poucas vezes se traduz na sua inadequação relativamente aos questionários e condicionantes envolvidas (repito: tempo, tecnológicas, humanas, financeiras, administrativas, etc.).

Seria bom que os alunos, à saída das universidades, dominassem diferentes métodos e os seus princípios, mas seria ainda mais importante que estivessem habituados a pensá-los criticamente, a percebê-los como maneiras de fazer e não como as maneiras de fazer. Métodos e metodologias implicam escolha reflectida e justificada. Não basta pensar que se faz assim, porque assim é que se faz. No final, significa que essa escolha implica sentido de responsabilidade e segurança para a assumir. Porque refugiarmo-nos numa maneira de proceder elevada a axioma parece mais seguro e não obriga a estar sempre a pensar o que se está a fazer. E no entanto, há muito que se reclama

a necessidade de, para conhecer mais "objectivamente", ser necessário tentar controlar ao máximo as condições de produção de conhecimento. Ora as metodologias e os métodos são uma dessas condições.

AINDA AS MANEIRAS DE FAZER (18-06-04)

A discussão sobre a última entrada incentivou-me a exemplificar, ainda que de forma ligeira, o que pretendia dizer com um exemplo arqueológico actual (peço desculpa pelas especificidades do ramo a quem não é do ramo).

Ainda hoje se escavam povoados em que o registo e a interpretação estratigráfica dão origem a sequências de três ou quatro camadas que abrangem praticamente todo o espaço intervencionado nesses sítios arqueológicos. Estas "construções estratigráficas" estão na linha das influências directas da geologia, nomeadamente dos seus princípios de estratigrafia. Um dos seus postulados é o que o que está por baixo é, em princípio, mais antigo que o que está por cima. Assim, estratigrafia proporcionou à Arqueologia a abordagem da componente diacrónica e durante muito tempo a disciplina, mesmo nos casos de escavações em grandes áreas, privilegiou a dimensão tempo, associando-a à sucessão vertical de depósitos (as camadas arqueológicas, uma derivação do conceito de camadas geológicas). O desenvolvimento de metodologias que se focavam na análise de sequências verticais estava relacionado com questionários que se orientavam para problemas da sucessão de culturas arqueológicas no tempo (entendendo por culturas arqueológicas conjuntos de objectos que se associavam correntemente num determinado espaço). Foi assim que se criaram

muitas sequências regionais lineares, podendo servir de exemplo a da Estremadura com o seu Calcolítico Inicial com cerâmica canelada, o seu Calcolítico médio com cerâmicas com decoração folha de acácia e o seu calcolítico final com cerâmicas campaniformes. Cada etapa correspondia à sua camada. Satirizando, fazer Arqueologia era colocar objectos em prateleiras situadas umas sobre as outras.

A evolução da ciência arqueológica, nomeadamente dos seus enquadramentos teóricos, trouxe novas questões cuja procura de resposta originou mudanças metodológicas, nomeadamente na abordagem dos locais de povoamento. Como escrevi em tempos: "À tradicional ênfase colocada na dimensão vertical, ao serviço de construções de esquemas cronológicos marcadamente empiristas e lineares, foi-se sucedendo a abordagem da dimensão horizontal. Hoje, a simples obtenção de uma sequência estratigráfica vertical não responde às exigências das problemáticas que orientam a disciplina. É, por um lado, evidente que a noção de tempo tanto pode ser expressa numa sequência vertical como numa sequência horizontal, num movimento lateral, sem que o recente se sobreponha necessariamente ao mais antigo. Por outro lado, ao problema da sequência cronológica da vida de um sítio de habitat, juntam-se questões relativas à caracterização de cada momento dessa sequência: questões de demografia, organização social, organização das actividades, ideologia, etc., têm uma dimensão espacial e tendem, por vezes, a cristalizar-se no terreno."

Assim, desenvolveram-se metodologias mais adequadas para intervenções em área, com normas de escavação e registo que permitem a conjugação das dimensões vertical e horizontal. O que desaparecia na homogeneização de uma camada que abrangia todo um povoado, ganhava agora identidade própria: as múltiplas realidades que podem

documentar as vivências de momentos de um sítio passaram a ser individualizadas em termos de registo e interpretação estratigráfica. A propósito de um desses problemas vivenciais (os abandonos), escrevi: "Dir-se-á que determinados abandonos são indetectáveis e indemonstráveis no registo arqueológico, homogeneizados ou dissimulados por reocupações e pelos processos tafonómicos. Seja. Contudo, tanta dificuldade não deriva apenas da pobreza ou opacidade dos "dados" materiais, mas também de insuficiências dos questionários e metodologias com que os abordamos. Tratar o problema do abandono, nas suas múltiplas facetas e escalas, implica que as suas problemáticas estejam presentes no acto de escavar e de interpretar o que se escava. Se estamos preocupados exclusivamente com a sequência de "camadas" (que ainda abrangem povoados inteiros), de horizontes artefactuais, ou outras virtualidades do género, dificilmente estaremos abertos aos sinais e aos indícios que nos poderão documentar as situações de dinâmica interna da vida destes povoados. As próprias leituras dos povoados tendem a ser uniformizadoras. Porque estudamos sítios "mortos", cujos múltiplos contextos foram "compactados" pelo tempo, tendemos a esquecer o que caracteriza um sítio "vivo": a dinâmica."

Ou seja, muito do que escrevemos sobre um sítio arqueológico depende do que perguntamos, mas também da forma como perguntamos, isto é, das metodologias que usamos. Fico pois confuso quando vejo a perpetuação de métodos inadequados aos questionários que se evocam ou a discrepância de enunciados interpretativos que dificilmente podem estar articulados com resultados que determinadas metodologias proporcionam. E ainda mais confuso quando se licencia uma pessoa que para isto não está suficientemente alertada.

ALUVIÕES (26-06-04)

Ontem à noite, numa conversa com colegas galegos numa esplanada de Compostela, um dizia-me que as licenciaturas de História (onde se integram as formações em Arqueologia, já que a disciplina não tem autonomia no plano académico) eram licenciaturas de "aluvião", isto é, que muitos alunos ali iam parar, não porque o desejassem, para isso tivessem vocação e fossem suficientemente bons, mas porque as licenciaturas eram pouco exigentes e acabavam por funcionar como "bacias de acumulação" de alunos mais fracos que não tinham conseguido entrar noutras áreas. E dada a falta de exigência, associada a uma má docência, lá conseguiam sair diplomados.

Esta conversa uma vez mais me lembrou a forma como a organização do ensino formata a produção de conhecimento de que já falei, mas fez ver mais longe: formata de forma diferente por áreas disciplinares, ao, em termos genéricos, exercer um processo de "resguardo" de determinadas áreas relativamente aos alunos menos bons e com menos competências (que não entram em faculdades exigentes ou se entram e não forem suficientemente bons, tem problemas em licenciar-se), promovendo a sua "sedimentação" noutras áreas.

Reconheci, creio, a situação portuguesa nesta conversa. E pensei que existe mais uma razão para quem pertence a uma determinada área aluvionar exercer pressão sobre a universidade no sentido de exigir mais qualidade e exigência (passe a redundância).

Ontem assisti a uma troca de ideias sobre a autonomia universitária. Os seus problemas são, em minha opinião, fruto da deficiente cultura democrática portuguesa, que tem o condão de transformar autonomias em autocracias. Vejam-se os exemplos, já há tempos referidos, da Madeira ou da JAE (actual IEP). No que se refere às universidades, o problema da autonomia tem sido debatido noutros blogs dedicados às questões académicas. Algumas vozes defenderam a autonomia como um requisito intocável e incontestável da Universidade, que deveria ser imune a qualquer controlo externo. Um dos principais argumentos é o de que a autonomia é o garante da liberdade que deve presidir à investigação científica e ao ensino; que é o garante da emancipação da instituição universitária relativamente a pressões e a manipulações político ideológicas.

A prática e a teoria parecem, contudo, demonstrar a ingenuidade (ou a perversidade) de tais crenças. Primeiro a teoria. Desde há várias décadas que se defende que a ciência deve ser eticamente informada. Desde a Teoria Social de Horkeimeir (que reclama que o conhecimento está comprometido com a sociedade, assumindo uma visão instrumentalista do próprio conhecimento na denúncia da determinação social da produção e acesso a esse conhecimento e do seu papel na transformação do mundo) a Popper (e à sua vinculação do conhecimento à justiça social e à paz), a ciência é vista como uma prática eticamente comprometida. Pelo que qualquer autonomia relacionada com a prática científica não pode dispensar mecanismos de controlo ético externos. Vejam-se os debates em torno de determinadas investigações no domínio da genética. E o mesmo se pode dizer relativamente ao ensino.

Depois a prática. Serão as Universidades de hoje, com as suas autonomias, imunes à manipulação político ideológica? Quando professores universitários saltitam entre cargos políticos e a docência? Quando existem chumbos "políticos" em provas de doutoramento ou noutras etapas da carreira? Quando estudantes "do partido" se eternizam nos cursos e nas associações académicas? Não servem as autonomias para a perpetuação de vícios funcionais muito pouco democráticos, com prejuízo para a qualidade das instituições e do serviço que deveria prestar ao país?

A autonomia universitária estimulou ainda mais o poder discricionário docente. Vejam-se os desempenhos de muitos conselhos pedagógicos, que são sobretudo um mecanismo de desincentivação dos poucos que se atrevem a lutar contra a resignação face às injustiças, incompetências, abusos e perseguições. Reforçou os mecanismos caducos e por vezes "estalinistas" de reprodução e promoção do corpo docente. Que pensar então da autonomia universitária?

Acabar com ela também não parece ser a resposta. Mas a sua prática actual não pode continuar. Porque não serve a instituição, na medida em que a prejudica na prestação dos serviços que deve ao país. A autonomia não pode significar ausência de controlo exterior. Nenhuma instituição democrática desfruta de tal privilégio. Muito menos num país onde a cultura democrática é pouco evoluída e as pessoas tendem a usar mal o poder que lhes é confiado. O desenvolvimento de mecanismos internos de controlo de democraticidade e qualidade serão necessários. Mas poderão eles ser desenvolvidos a partir do interior? A auto reforma é possível? Alinho com JVC na descrença, pelo que a intervenção externa me parece inevitável. Perigosa situação? Sem dúvida. O exemplo é clássico. Sempre que a autogestão democrática não foi capaz de funcionar, a prepotência impôs-se

como solução, com os resultados que se conhecem. Mas o mal não está na autonomia, mas sim na incapacidade que as universidades revelam de ser autónomas num enquadramento de funcionamento democrático e num relacionamento sério e adulto com a sociedade que devem servir e que as justifica. E se as conquistas que se conseguiram algum dia se perderem, não venham culpar políticos e governos. É que o sub financiamento não justifica a maioria das práticas académicas que minam o sistema. As autonomias têm pré requisitos: uma sólida formação cívica e ética, sentido institucional e de missão.

UNIVERSIDADES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (11-08-04)

É Agosto. A Universidade foi de férias. Toda? Não! Há sempre uns resistentes à invasão do torpor e da preguiça. Uns por obrigação de terminar as "Never ending storys", outros porque estão tão envolvidos no seu trabalho que nem reparam no Verão, outros ainda por uma qualquer enfadonha necessidade. Para a Arqueologia universitária, esta é, contudo, a sua época de campo. Aproveitando as férias, professores e alunos rumam tradicionalmente para escavações nesta época do ano. Costumava ser assim, mas a coisa está a mudar, e a Arqueologia da Universidade, há uns tempos a esta parte, tem sido empurrada/atraída para o mercado que funciona todo o ano. De facto, também a Arqueologia se tem juntado a uma série de outras áreas onde as Universidades concorrem no mercado com as empresas e os profissionais liberais. Digo empurradas porque o próprio Estado as estimula explicitamente a isso, como forma de matizar e esconder

o sub financiamento a que as submete. Digo atraídas porque, perante essa situação de sub financiamento, muitas são seduzidas pelo volume de verbas que já circula no mercado de Arqueologia e património em Portugal.

E tal como nas outras áreas, esta participação reveste-se de fortes deslealdades (sendo o mesmo válido, por exemplo, para as Associações, Fundações e outras coisas do género). Esta concorrência desleal, para além de questões éticas e de direito, enfraquece a dinâmica económica e social do sector e prejudica as próprias saídas profissionais dos alunos que formam.

Daí que também para a Arqueologia se apliquem o seguinte parecer do Presidente da Autoridade da Concorrência relativamente à prestação de serviços pelas universidades.

"É sobejamente conhecido o facto de várias universidades prestarem serviços de consultadoria e elaboração de projectos, em concorrência desleal com as empresas dessa área. (...) A prestação de serviços, por estas entidades, constitui uma séria concorrência desleal movida às empresas que operam no mercado, as quais não usufruem de quaisquer apoios para manterem as suas estruturas produtivas e os seus trabalhadores, antes têm de pagar os seus impostos e contribuições ao Estado, do que aquelas entidades estão isentas."

Para acautelar estas situações de concorrência desleal, fazem-se as seguintes recomendações:

"1. Os Estabelecimentos de Ensino Superior (...) [em concorrência no Mercado] devem observar os princípios da transparência, da proporcionalidade e da não discriminação, em que assenta o funcionamento do mercado concorrencial.
2. No sentido de contemplar, de forma adequada, os princípios atrás referidos, as mesmas instituições deverão adoptar os seguintes procedimentos:

Separação da contabilidade(...) orientação dos preços aos custos [os preços devem reflectir os custos reais da actividade] (...) Não discriminação fiscal [os preços não devem reflectir isenções fiscais ou auxílio estatal] (...) Remuneração de capital [os preços não devem contabilizar a custo zero os custos de capital fixo envolvidos]”

Claro que se trata de recomendações e a essas leva-as o vento. Mas não era mal pensado que os “pensadores” responsáveis por pensar a autonomia e reforma universitária pensassem também nestas coisas. Mesmo numa altura que não convida muito ao pensamento.

DISSONÂNCIAS (02-09-04)

Ontem ouvi a senhora ministra do Ensino Superior falar de um programa destinado à reconversão ou reciclagem de licenciados que estão no desemprego, creio que em áreas onde a oferta de emprego é mais escassa (não percebi bem se é assim ou se é para toda e qualquer área). Os aspectos mais concretos e operativos do dito programa não foram revelados. Dizia-se apenas que, por exemplo, os desempregados em humanidades poderiam ser reconvertidos para áreas como o turismo cultural. Não sei, pois, se o que está pensado é praticável e se as instituições que serão chamadas a participar no programa estão preparadas para um trabalho consequente (pois é isso que se precisa e não de moratórias escolares que façam reduzir as estatísticas do desemprego). Mas, há primeira vista, a ideia parece-me boa, pelo menos revela a intenção de atacar um problema. A questão que coloco é se não seria conveniente atacá-lo também a montante, isto é, na gestão dos cursos disponibi-

lizados pelas universidades, nas vagas que os mesmos apresentam, nos currículos que os constituem. A sensação que fica é a de que se deixa multiplicar indiscriminadamente cursos (lembrem-se das preciosidades de que se falava há uns tempos na blogosfera) ao serviço dos interesses das universidades e respectivos corpos docentes, mas sem que se cuide da sua adequação às necessidades e carências do país. É que se aceita o afunilamento de acessos em áreas carenciadas para cuidar de interesses corporativos e que agora se pretende remediar um problema que não deixará de existir se não for atacado na origem.

O sistema de educação de um país, não tendo como objectivo exclusivo (longe disso) a formação para o desempenho profissional que preencha as suas necessidades, não pode ser pensado e gerido como uma entidade independente da sociedade em que está integrado e que deve servir. Não podemos ter grandes insuficiências numa área em que restringimos as produções universitárias (ex. medicina) e superprodução para desemprego noutras, onde, ainda por cima, se permite um aumento da oferta de novos cursos de maior ou menor exotismo.

Poder-se-ia dizer que, no limite, com a massificação do ensino a tendência seria para que cada vez mais pessoas com formação superior se encontrassem em situações de subemprego ou desemprego. Mas a realidade é que a percentagem de população portuguesa com formação superior é ainda muito baixa. Uma formação que sai cara a um país que é apenas remediado e que não se pode dar ao luxo de promover tais desequilíbrios.

O sistema de ensino deve estar interligado, de forma orgânica, com a sociedade em que está inserido. E sendo esta dinâmica, tal sistema tem de ser dotado da plasticidade necessária ao estabelecimento de equilíbrios dentro dessa

dinâmica. Não pode ser estático, nem comportar-se como uma entidade autónoma ou com dinâmicas próprias, desligadas do que se passa à sua volta.

Já basta o país arder e o Estado comprar submarinos.

ENTRADAS NA UNIVERSIDADE E ESPECIALIZAÇÕES (12.09.04)

Ouvi hoje na rádio que onze cursos não tiveram qualquer candidatura e que num caso, Engenharia Informática, a média de entrada era de 8,78. Continuamos, pois, com a perplexidade de se poder entrar no ensino superior com médias negativas.

O que é engraçado é que engenharia informática, assim à primeira vista, nem parece ser dos mais exóticos. Para quê tanto curso para os quais não há candidatos?

Naturalmente, a justificação de um curso não poder ser exclusivamente a sua adequação ao mercado de trabalho. Mas também, sobretudo se atinge determinada dimensão e se espalha por diversas universidades, não pode estar delas alheado. Nomeadamente, tem que demonstrar flexibilidade e capacidade de adaptação às necessidades e mudanças sociais. O que não acontece com muitos, que são construídos com a "prata da casa", frequentemente apenas para resolver problemas da "prata da casa", resumindo-se a isso a "visão estratégica" que os originou.

Isto remete para um dos problemas de hoje e que vai para além do ensino: a facilidade com que uma pessoa se especializa; ou melhor, a facilidade com que se considera e é considerada especialista. Tenho para comigo que o título, para ser credível, não se consegue com tanta brevidade. E acho que anda muita gente a confundir ter uma especialidade com ser nela especialista.

ESPECIALIZAÇÃO À BOLONHESA (15.10.04)

Já há tempos citei em parte Ortega a propósito da especialização. Agora, e por causa do que se tem dito sobre as consequências de Bolonha e pelo que vejo acontecer com as muitas teses de mestrado em Arqueologia, onde se verifica uma atomização do objecto de análise, volto a apresentar a citação, mas um pouco mais desenvolvida:

"Ele [o cientista sem precedentes na história] é uma pessoa que, de todas as coisas que uma pessoa verdadeiramente instruída deveria conhecer, só conhece uma ciência em particular, ou melhor, nem mesmo esta ciência. Conhece apenas aquela pequena porção com a qual se relaciona a sua investigação. Ele chega ao ponto de proclamar que é uma virtude não se dar conta de tudo o que fica fora do domínio restrito que cultiva e denuncia como diletante a curiosidade que tem como objectivo a síntese de todo o conhecimento.

Acaba por se verificar que ele, recluso da mesquinhez do seu campo de visão, consegue efectivamente ser bem sucedido na descoberta de novos factos, na promoção da sua ciência (que mal conhece) e na promoção, justamente com ela, do pensamento humano integrado – que, com total determinação, ignora. Como é que isto foi possível e como é que continua a ser possível? Porque se deve sublinhar bastante a importância deste facto inegável: a ciência experimental tem progredido em grande medida graças ao trabalho de pessoas fabulosamente mediocres e até mesmo menos que mediocres."

Naturalmente que o avanço da ciência não dispensa a especialização. Mas como diz Schrödinger, esta não é uma virtude, mas um mal necessário. O que pergunto é se o modelo de Bolonha mal aplicado, não contribuirá para reprodução deste tipo de cientistas e profissionais acantonados.

Ou, se bem aplicado, quais as reais possibilidades que dispõe para a matizar os perigos da hiper especialização.

IMPORTÂNCIA DE UMA FORMAÇÃO GENERALISTA (02.01.05)

Começo 2005 com um problema que se faz sentir com particular relevo na Arqueologia feita por empresas, mas que deveria preocupar também as Universidades, nomeadamente ao nível da gestão das estruturas curriculares.

Trata-se da especialização. Já aqui falei várias vezes da especialização, da sua necessidade e dos problemas que acarreta. Na prática arqueológica das empresas este é um dos problemas que se vai agudizando.

A situação pode resumir-se da seguinte forma: o desenvolvimento da disciplina e do conhecimento que produz na sua área de actuação, tal como nas restantes áreas disciplinares, torna hoje impossível a alguém dominar minimamente todos os assuntos, períodos e respectivas problemáticas. Existem ainda arqueólogos mais velhos que escavam e trabalham contextos do Paleolítico à Idade do Ferro, do Neolítico ao Islâmico, etc., etc., mas estão em vias de extinção. Ou estariam, não fosse a prática da Arqueologia de salvamento e de minimização voltar a colocar sobre a mesa a necessidade de uma formação generalista.

De facto é hoje fácil defender e perceber que um sítio neolítico será melhor abordado por um especialista do período do que por um outro arqueólogo rotinado nas questões e nos contextos romanos. As problemáticas específicas são de tal forma numerosas e diversificadas que já dentro destes períodos se vão criando compartimentos de especialização. É a evolução natural dentro de cada ciência.

Contudo, o que fazer quando se trata de um diagnóstico e não se sabe exactamente que contexto temos pela frente? E para as prospecções e avaliações patrimoniais a realizar, por exemplo, no âmbito de Estudos de Impacte Ambiental? Para estes casos, por vezes maioritários no âmbito da Arqueologia feita por empresas, um conhecimento generalista dos materiais mais característicos de cada período, dos problemas mais gerais que se colocam a cada um, dos tipos de contextos, dos padrões mais recorrentes de implantação no espaço, etc., etc., é um requisito fundamental. Ou seja, para determinados tipos de trabalhos, mais do que um conhecimento muito especializado num período ou tipo de contextos, necessita-se de um conhecimento mais abrangente e que será, necessariamente, menos profundo em cada matéria. Tal como na prática da medicina, precisam-se de “clínicos gerais”.

E ao contrário do que por vezes algumas vozes podem fazer querer parecer, esta formação mais generalista não resulta numa espécie de inferioridade relativamente ao especialista. Pelo contrário, a clínica geral é hoje vista como uma especialidade, com problemas, objectivos e requisitos próprios. A especialização, porque aprofunda e particulariza a escala de análise, não dá conta dos problemas que se colocam a outra escala, mais geral, e para a qual é necessária uma formação que permita razoavelmente “tocar vários instrumentos”.

Uma solução a médio/longo prazo para a Arqueologia poderia passar pelas Universidades organizarem currículos (inclusive entrando pelas fases de pós graduações) que assumissem efectivamente este carácter de especialidade de uma formação genérica orientada para trabalhos específicos que a requerem. Até lá, cada um procurará colmatar as necessidades e as insuficiências como pode e a “formação

em serviço”, que é diferente da reciclagem ou da actualização, deverá assumir um papel importante na actividade de qualquer empresa que se proponha a um bom trabalho.

Mas atenção, estes requisitos generalistas não são necessários exclusivamente a quem efectua escavações diagnóstico ou a quem prospecta e avalia património. São-no também para quem fiscaliza e avalia através dessa fiscalização. Isto porque é igualmente fácil perceber que uma escavação de um contexto romano será melhor fiscalizada e avaliada por alguém que também tenha alguns conhecimentos da matéria do que por alguém que apenas se interessa por Paleolítico.

UMA VEZ MAIS OS PROBLEMAS DA ESPECIALIZAÇÃO (14.01.05)

Agora segundo Castells

“O maior abismo no conhecimento nas nossas sociedades é precisamente a excessiva fragmentação e especialização do conhecimento, e a sua encapsulização em disciplinas burocraticamente definidas. Estas disciplinas não são definidas em termos das reais dinâmicas da ciência corrente. Resultam de tratados que fixam as fronteiras depois de guerras sangrentas entre gangs de académicos que defendem ou conquistam o seu quintal. Mas, como se passa com todas as fronteiras num mundo em rápido movimento (o mundo da geração de conhecimento), estas tornam-se quer obsoletas em termos de conteúdo, quer essenciais na preservação de interesses instalados. Assim, a investigação interdisciplinar torna-se essencial como ferramenta de descobertas.”

MANUEL CASTELLS E MARTIN INCE, *Conversas com Manuel Castells*, Campo de Letras,

p.162

ARQUEOLOGIA E BOLONHA 1 (18.01.05)

No documento de recomendações à aplicação de Bolonha nas Ciências Humanas a discussão em torno dos ciclos e das competências aponta para o seguinte modelo: o 1º ciclo de três anos não profissionalizante (o que significa que quem o fizer não poderá ser responsável por qualquer trabalho arqueológico); um 2º ciclo profissionalizante; a possibilidade de, para quem não optar pelo 2º ciclo, poder existir um ano complementar “com vista ao exercício de profissões concretas”.

Por outras palavras, se o modelo adoptado fosse este, para se poder exercer a profissão com responsabilidades de direcção de trabalhos arqueológicos, teria, pelo menos, que se ter 3+1. Na prática continuaria o modelo de quatro anos. É uma forma de mudar para que tudo fique na mesma.

Mas basta dar uma vista de olhos pelos perfis e pelas competências que o documento define para os alunos saídos do 1º ciclo para perguntar se não estariam habilitados para fazer prospecções, acompanhamentos, estudos de impacte ambiental, por exemplo.

No perfil do graduado de 1º ciclo diz-se: “Informação abrangente sobre vários tipos de património, incluindo a capacidade de situar e compreender cada exemplar ou conjunto de exemplares nos variados contextos de produção (geográfico, ambiental, técnico, cultural, económico, social e institucional); capacidade de realizar trabalhos de dinamização cultural, levantamento e estudo do património.” E nas competências: “capacidade de inventariação, classificação e conservação do Património” ou “Conhecimento das técnicas de identificação, registo e recuperação da informação arqueológica (prospecção e escavação)”.

Ora acontece que a proposta propõe (passe a redundância) que quem tem estes perfis e competências (entre outras)

não pode dirigir acompanhamentos ou levantamentos patrimoniais, o que me parece fazer pouco sentido.

Mesmo admitindo que determinados tipos de trabalhos arqueológicos (como direcções de escavação) obriguem a uma formação mais avançada, o melhor seria começar a pensar em estabelecer habilitações diferenciadas para trabalhos diferenciados.

PROCESSOS PÓS DEPOSICIONAIS (22.01.05)

A Arqueologia preocupa-se cada vez mais com os fenómenos pós deposicionais. A tafonomia tende mesmo a transformar-se numa subespecialidade dentro da disciplina. O problema é mais ou menos o seguinte: depois de depositados ou abandonados, os contextos arqueológicos foram sujeitos à acção de um conjunto de processos e dinâmicas naturais (erosão, sedimentação, lixiviação, bioturbação por acção animal ou vegetal, contaminação, etc.). Estes processos, para grande desgraça dos arqueólogos, interferem nos contextos, alterando-os, fragmentando-os, dispersando-os, actuando de forma diferenciada sobre os diferentes tipos de materiais e estruturas, o que por vezes muda radicalmente a relação de proporção dos mesmos. E se sabemos que o sentido das coisas lhes é, em grande medida, dado pelo seu contexto, facilmente perceberemos como estas alterações contextuais têm repercussões nas interpretações que a Arqueologia procura fazer. E facilmente se percebe também a importância de tentar compreender a que transformações pós deposicionais um qualquer contexto esteve sujeito.

Ao longo do tempo, a Arqueologia foi recorrendo ao auxílio

da geologia e da geomorfologia, e, há algumas décadas a esta parte, estas pontes deram origem à GeoArqueologia.

Há dias, citando Castells, falava de disciplinas burocraticamente definidas, de fronteiras fixadas que não se articulavam com as dinâmicas reais dos processos da investigação e que, por isso, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade acabavam por funcionar como mecanismos de permanente reorganização do edifício da produção de conhecimento.

Em Portugal, os geoarqueólogos disponíveis são raros. Uma mão chega para contá-los e sobrarão vários dedos. Ora aqui está uma área em que Arqueologia, Geografia física (Geomorfologia) e Geologia se poderiam entender a nível universitário, no sentido de suprimir uma real necessidade da Arqueologia portuguesa. Na Universidade de Lisboa, as duas primeiras até ficam no mesmo edifício e a terceira está mesmo ali ao lado.

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO REVELADORES (14.02.05)

Há vinte anos estava eu a meio de acabar o meu último ano da licenciatura de História. Cinco ou seis anos mais tarde (mais coisa menos coisa, a memória já falha e a preguiça impede-me de ir confirmar) terminava a Variante de Arqueologia. Duas grandes diferenças senti entre as duas licenciaturas: muitos dos professores da primeira já tinham sido "dispensados" (acertos de contas); os sistemas de avaliação começavam a mudar. Relativamente a este último ponto, lembro-me de na primeira licenciatura ter feito muito poucos testes. A avaliação era feita à base de trabalhos de análise crítica de textos e trabalhos "de fundo".

Estes correspondiam a trabalhos individuais ou de grupo, realizados ao longo do ano lectivo, frequentemente sobre fontes e com carácter original. Fui ler testamentos para a Torre do Tombo (ainda em São Bento), inscrições lapidares para o Convento do Carmo e outras igrejas, jornais do século XVIII e XX para a Biblioteca Nacional. Estes trabalhos eram feitos ao longo do ano e visavam treinar os estudantes na investigação histórica, não na memorização e conseqüente reprodução do memorizado. Mesmo os testes que efectuava eram diferentes. Lembro-me de fazer testes a História das Mentalidades do 3º e do 4º anos ou a Teoria da História em que ia carregado com dezenas de livros, consultados durante a elaboração desses testes, alguns dos quais duravam oito horas, com intervalo para almoço e tudo. Não havia preocupações com copianços nem com limites de páginas, porque o que era avaliado não era a capacidade de reprodução, mas a capacidade crítica, de análise, de manipulação da informação e de criatividade. Também tive, contudo, disciplinas em que as coisas se processaram de forma diferente. De uma forma que antevia o futuro.

A chegada desse futuro foi acelerada com a semestralização. Os trabalhos de fundo (que duravam um ano lectivo) naturalmente tenderam a desaparecer. Os testes, pelo contrário, tenderam a prosperar. Surgiram as "épocas" finais de semestre. Dos testes baniram-se as consultas e tudo o que passasse um limite "civilizado" de páginas, tornando-se cada vez mais parecidas com os "empinanços" da faculdade em frente ou da "Canção de Lisboa". A avaliação passou a traduzir, de forma particularmente fiel, um ensino cada vez mais dominado pela arte de memorizar e debitar o "academicamente" correcto (que, como sabemos, varia de instituição para instituição).

Resolvi então concluir que o "sistema de produção" havia

mudado porque se tinha mudado o "produto" a produzir: já não eram historiadores, mas professores de história ou simplesmente licenciados (para qualquer coisa) o que se produzia em massa. A variante arqueológica parece-me ter evoluído de forma semelhante. Sem a vertente docente, que entretanto lhe foi subtraída, e em prol de uma pomposamente designada via científica.

Resumindo e concluindo, na área da História e Arqueologia o treino e o ensino orientados para a investigação vem-se reduzindo ao longo da última década. Poder-se-ia pensar que isso representava uma aposta no treino e no ensino mais virados para as saídas técnico profissionais. Puro engano. A Universidade continua a afirmar que privilegia a formação para a investigação. Resultado: nem uma coisa, nem outra. Por isso considero Bolonha, apesar de tudo, uma oportunidade de esclarecimento. Embora também me pareça que poderá ser sobretudo utilizada como "bode expiatório".

Comentários:

Uma das coisas que poderá ser positiva com Bolonha será a falta de tempo a perder com lamentações e desenrascos. Ou se pensam em alternativas sérias e funcionais que motivem candidaturas, com perspectivas de saídas claras, ou acaba-se a corrida. Darwin deveria ficar feliz, com a aplicação da sua magna teoria às instituições universitárias...

(AA, 15.02.05)

«Resolvi então concluir que o "sistema de produção" havia mudado porque se tinha mudado o "produto" a produzir: já não eram historiadores, mas professores de história ou simplesmente licenciados (...) o que se produzia em massa». Exacto. De facto, parece-me que nos anos mais recentes as Faculdades de Letras deixaram-se converter com demasiada facilidade em autênticas "escolas de magistério", sem outros projectos ou ambições. Agora, com a crescente falta de saídas profissionais para grande parte dessas "formações" restritas, estamos a assistir a uma profunda crise de identidade das instituições universitárias, especialmente das Fac. de Letras e C. Humanas. Muitas começam finalmente a perceber, como dizes, que não são "nem carne nem peixe"... O que fazer? Será possível re-orientar as formações e voltar a dar ênfase à investigação? Não me parece... Ou pelo menos, não nos moldes do passado - terá de ser um outro tipo de investigação, menos fechada sobre si própria e mais voltada para a "sociedade civil". Ou a solução será antes apostar em novas áreas de "profissionalização"? Também não me parece... O que AA sugere - "alternativas sérias e funcionais que motivem candidaturas, com perspectivas de saídas claras" -é, de certo modo,

um contrasenso e acarreta o risco de se voltar a cair nos erros passados e na instrumentalização das instituições.

Seja como for, é como dizes: importa primeiro reflectir e esclarecer. Talvez no meio arqueológico isso já esteja a ser feito. Mas posso garantir-te que, noutros meios das “Letras”. estamos ainda muito, muito longe dessa abertura à reflexão. As pessoas continuam a preferir assobiar para o lado ou a meter a cabeça na areia. Temo as consequências trágicas a médio / longo prazo...

DK (15.02.05)

Duas observações sobre esta entrada. A primeira para dizer que é injusto afirmar que quando se pretende formar professores ou outros profissionais se tem que abandonar uma avaliação mais aprofundada, que privilegia a análise crítica do conhecimento e o desenvolvimento de competências de investigação. Se tiverem a paciência e a curiosidade em ler o relatório sobre as alterações de Bolonha no âmbito da formação de professores verificarão que uma das sugestões mais reiteradas é precisamente o desenvolvimento de competências de investigação educacional por parte de futuros professores. A questão não se pode reduzir à falsa escolha entre formar investigadores ou formar professores (ou outros profissionais). A segunda é que não se faz qualquer menção ao ratio professor/aluno desde meados dos anos 80 até aos nossos dias. Suspeito que um agravamento desse ratio foi-se tornando mais evidente ao mesmo tempo que aumentava a avaliação mais tradicional que é criticada.

Agora que Bolonha vem aí, com a separação de ciclos entre uma formação inicial e outra subsequente que pode assumir um carácter mais profissionalizante, sempre quero assistir ao regresso da excelência do ensino que certos cursos vão promover. Aí já não haverá desculpas. Não existe formação educacional que “roube” espaço ao currículo “científico”. Espero ver como, por exemplo, os alunos de história vão novamente regressar aos arquivos, aos museus e à investigação. E anseio testemunhar os testes de oito horas com consulta e intervalo de almoço. Vou esperar sentado para não me cansar...

Subscribo completamente o diagnóstico da DK com uma ressalva. É que as Faculdades de Letras e de Ciências não se transformaram em “fábricas” de formação de professores por designio estratégico livremente aceite. Na realidade, com algumas excepções, elas sempre desprezaram a formação de professores, que consideram um tumor que urge ser extirpado ou pelo menos controlado. A prova é que nas Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra e de Lisboa não existem departamentos de educação, o mesmo sucedendo com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Ao mesmo tempo que desprezavam a formação de professores estas faculdades nunca cuidaram de, pelo menos ao nível da pós-graduação, criar e desenvolver novas saídas profissionais. Veja-se, por exemplo, o subdesenvolvimento do ramo de tradução das licenciaturas em LLM da FLUP.

No fundo, o grande drama destas faculdades clássicas é que nunca reflectiram sobre a sua identidade, que era, no fundo, uma pseudo-identidade, e sobre o que verdadeiramente desejavam ao nível da sua afirmação institucional. Terminado o ciclo da formação de professores como “produto de exportação” sobreveio a crise que constitui uma ameaça muito séria sobre a qual ninguém quer pensar. É um caso clássico de negação no sentido freudiano do termo.

PJ (15.02.05)

PJ

Quanto ao ratio professor/aluno lembro-me que no início da década de oitenta entravam

200 alunos ano em História na Clássica de Lisboa. Disciplinas havia em que os inscritos eram mais de 100. Pelo menos naquela casa a situação era igualmente complicada na altura e este argumento não serve de justificação para a alteração da avaliação.

Quanto à ironia para com os testes de oito horas ou regresso aos arquivos, apenas lembro que o que está em causa é uma estratégia de avaliação que se vincula a uma concepção de ensino/aprendizagem que valoriza o desenvolvimento de espíritos críticos e analíticos, de maturidade e autonomia intelectual. A ideia de ensino centrado no aluno, cara a Bolonha, até parece bem adequada a isto. Mas frequentemente a distância entre o sucesso e o insucesso da aplicação de determinadas reformas está mais na motivação e no empenhamento com que são concretizadas do que nas eventuais deficiências do projecto.

Holocénico (15.02.05)

Tenho dificuldade em perceber como é que um professor universitário com 100 alunos consegue concretizar uma avaliação com as características que mencionas. Se, por exemplo, cada aluno realizar um trabalho escrito de 30 páginas sobre um determinado tema são três mil páginas de leitura garantida... Repara que eu não estou de forma alguma contra esse tipo de avaliação. Eu próprio, enquanto aluno, realizei dezenas de trabalhos escritos e sempre pensei que esse tipo de investimento foi particularmente útil na minha formação pessoal e académica. Quando, em diversas ocasiões, perguntei ao Luís Aguiar-Conraria qual a perspectiva de aplicar as metodologias que como teaching assistant usa em Cornell (exames, trabalhos, participação nas aulas, etc.) a resposta dele nunca foi positiva.

A última vez que dei aulas teóricas repetia três vezes a mesma aula para três anfiteatros cheios, nalguns casos com alunos a sentarem-se no chão. As aulas teórico-práticas nalguns casos tinham mais de 40 alunos. Em Direito há tradição de os professores doutorados não corrigirem exames, mas creio que é a excepção. Da minha experiência, que tem aspectos muito particulares, saliente-se, cada semestre de avaliações “clássicas” (exames, frequências) implica um gasto com correcção de aproximadamente 4 semanas, tempo este em que não se consegue fazer rigorosamente mais nada. Com isto não pretendo dizer nada há a mudar. Quero simplesmente salientar a existência de factores objectivos que condicionam muito fortemente o sistema de avaliação no ensino superior.

PJ (15.02.05)

3// Arqueologia e Profissão

DA NECESSIDADE DE UM ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA (06-04-04)

Nos últimos anos, com o advento das empresas de Arqueologia e com o progressivo aumento do número de licenciados e profissionais, tem vindo a nascer um conflito até há pouco inédito na área: o conflito de natureza sindical. É hoje patente que existem profissionais de Arqueologia a trabalhar nas piores condições possíveis, mal pagos (quando simplesmente não pagos), deixados a si próprios numa qualquer frente de obra, em contextos onde, por vezes, a complexidade social envolvida é bem superior à arqueológica, e para a qual nunca foram alertados ou preparados na sua formação universitária (que, como aqui se tem debatido, é por vezes surrealista).

Esta dramática situação de muitos jovens licenciados em Arqueologia (intencionalmente não lhes chamo arqueólogos, porque entendo que muitos ainda não o são) tem levado alguns a diabolizar as instituições para quem trabalham (maioritariamente empresas, mas conheço algumas situações do género relacionadas com trabalhos geridos por universidades e por câmaras municipais), sugerindo como solução o investimento na prestação de serviços individual. Gostaria de ser frontal nesta matéria. No meu entender, esta solução não interessa à Arqueologia, aos seus profissionais e à sociedade que servem.

A Arqueologia é hoje, cada vez mais uma actividade complexa, que não se compadece com amadorismos, nem com voluntarismos individuais. Mesmo quando não

originada por desígnios científicos, a actividade arqueológica tem de ser cientificamente informada e o seu produto tem de poder ser cientificamente utilizável (de acordo com os requisitos do estado da arte em cada momento). Não me refiro apenas a conhecer materiais e estruturas e a saber relacioná-los com períodos e cronologias (coisas bem diferentes), mas também a técnicas e metodologias, já para não falar de enquadramentos epistemológicos e teóricos que se encontram a montante. A especialização é afunilante; a interdisciplinaridade é um requisito; a exigência de qualidade é um imperativo. Por outro lado, os problemas de quem contrata Arqueologia são também para ser tidos em conta e resolvidos a contento de todas as partes e variáveis envolvidas (como já disse anteriormente, a Arqueologia está no mundo e não o contrário). Tudo isto é cada vez mais incompatível com o trabalho individual. Os investigadores individuais em Arqueologia (como provavelmente em todas as áreas disciplinares) estão em vias de extinção e o mesmo só não acontece ainda com os profissionais liberais individualistas porque o mercado não é ainda suficientemente exigente e a fiscalização é deficiente.

Uma Arqueologia de qualidade, do acompanhamento ao grande projecto de investigação, só pode ser feita com enquadramento em instituições, sejam elas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. As exigências de resposta, e de resposta com qualidade, já não estão ao alcance de uma simples pessoa experiente, quanto mais se for inexperiente. Os problemas ocorrem todos os dias, mesmo quando existem equipas bem oleadas. Os equipamentos e recursos necessários para respostas adequadas e qualificadas não são os de uma pessoa, mas os de uma estrutura. Só o enquadramento de uma instituição, de uma estrutura, de uma equipa, permite ao jovem licenciado

ganhar experiência; só esse enquadramento lhe proporciona os meios técnicos e logísticos para desempenhar o seu trabalho com qualidade, só esse enquadramento lhe garante a coordenação e a orientação que necessita para a execução de um bom trabalho.

Argumentarão: mas a maioria das instituições, nomeadamente muitas empresas, não é isso que proporciona, muitas nem sequer estrutura têm, bem pelo contrário. Seja. Mas então é essa situação que é necessário combater.

Para que a Arqueologia portuguesa se desenvolva, para que proporcione trabalho condigno (nas condições e nos salários) e realizado com qualidade, para que se afirme e desempenhe o seu papel social (afinal a justificação de todo o trabalho que realizamos), é necessário que se promova a qualidade das instituições que a praticam, sejam elas as universidades, as empresas, os museus, os institutos ou outros serviços públicos. O profissional liberal mantém todo o sentido em Arqueologia, mas desde que sempre enquadrado por numa instituição, numa estrutura, numa equipa. E desde que ele próprio tenha qualidade, se valorize e progrida, porque se há situações de arqueólogos mal pagos, também os há bem pagos demais.

PROBLEMAS DE UM MERCADO EMERGENTE (16-04-04)

O recente mercado criado em Arqueologia sofre ainda daquilo a que chamo o problema do consumo obrigatório. Um mercado normal constitui-se porque há pessoas que querem consumir e querem consumir o melhor possível. Sendo que as possibilidades de cada um variam, há mercado para o mau e barato e para o bom e caro.

Mas normalmente quem pode quer o bom. Ora a procura de Arqueologia ainda é hoje, na sua grande maioria, obrigada a “consumir” um serviço que não quer. O mercado em Arqueologia vive predominantemente de trabalhos de minimização e salvamento, impostos por legislação comunitária (e derivadas portuguesas), que representam custos que os promotores de empreendimentos não desejam ter e que só assumem por imposição normativa. A tendência é, pois, para consumir barato, sem grande preocupação pela qualidade. Ao contrário do que acontece noutras áreas, a concorrência cria problemas aos que querem ser melhores e não aos piores.

A situação só poderá ser resolvida de duas maneiras. Na primeira, quem obriga a que se realizem trabalhos arqueológicos de minimização e salvamento, isto é o Estado através da sua tutela, deverá ser exigente com a qualidade mínima dos trabalhos e um atento, eficaz e imparcial fiscalizador. Ou seja, não se trata de uma verdadeira resolução, porque assenta apenas na coacção.

A segunda, bem mais complexa e demorada, será uma progressiva mudança de atitude face ao património em geral e ao arqueológico em particular por parte da sociedade, de modo a que se comece a “consumir” Arqueologia, e boa Arqueologia, porque se quer e porque se acha importante, para além de a isso se ser obrigado legalmente. E efectivamente, como já aqui disse anteriormente, há já hoje em Portugal alguns significativos investimentos privados na valorização de património arqueológico para além da obrigação. Mas são pontuais. Porque a atitude prevalecente é ainda a de não reconhecer ao património, nomeadamente ao arqueológico, uma função social que vá para além de uma, mesmo assim para alguns duvidosa, utilidade como recurso de exploração turística. Ou seja, não se lhe reconhece a sua verda-

deira função social na construção das memórias e das identidades colectivas e pessoais; o seu papel de âncoras permanentemente presentificadas, que funcionam como referências essenciais à nossa orientação no tempo e no espaço.

Mas essa função não se decreta (embora a legislação e a fiscalização tenham o seu papel fundamental). Tem que ser incentivada por todos os agentes ligados ao património, pois ele só gera identidade quando é conhecido, percebido, vivido (experimentado). Só nessa altura se constitui verdadeiramente como património e é valorizado. Aí as pessoas têm outra atitude.

Nessa altura florirá uma procura com outra apetência para a qualidade. Trabalhar para isso será uma utopia? Seja. Mas é também a obrigação de quem está ligado ao património. Uma obrigação orientada, como dizia há dias a propósito de outro assunto, por um ideal talvez nunca atingível, mas cuja concretização se manifesta através de práticas. Como resultado, as coisas vão mudando.

VALORIZAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DA ARQUEOLOGIA (21-04-04)

A pressão social para que haja boas práticas (e, a montante, boa qualidade no ensino) é bem diferente de área para área. Num mundo que vive cada vez mais preso ao imediato, que implicações tem, para a grande maioria da “sociedade civil” a má prática arqueológica? Com o que se vai sabendo, situações existem que corresponderiam, por exemplo num hospital, a uma anestesia mal dada e a uma morte inevitável, ou numa obra, à queda de uma estrutura provocando danos materiais e humanos. Ao contrário do rigor posto

noutras áreas (que mesmo assim é baixo cá no burgo) na Arqueologia não há arqueólogos suspensos, não há inquéritos, não há processos, não se pede responsabilidades a ninguém e, naturalmente, ninguém se sente muito responsável. O mesmo quadro pode ser traçado outras áreas disciplinares / profissionais.

De facto, as actividades a que as variadas profissões se dedicam estão longe de ter uma valorização social semelhante. Por essa razão, há profissões mais prestigiadas e responsabilizantes do que outras e também por isso a profissão é um recurso ao serviço da diferenciação social. Por exemplo, por mais importância que se atribua ao ensino, a saúde ou a justiça são mais valorizadas pelas pessoas, porque os seus problemas têm um reflexo mais imediato e mais perceptível. E, embora essas pessoas possam achar interessante determinando vestígio arqueológico, a maioria tende a valorizar mais a auto-estrada ou o edifício. Nestes exemplos, e na arena onde se produzem e reproduzem as relações sociais, o médico e o advogado têm vantagem sobre o professor, assim como o engenheiro sobre o arqueólogo.

É por isso que tenho insistido em que uma valorização profissional consistente tem que passar por uma simultânea valorização social da actividade, a qual decorre da valorização social do produto dessa mesma actividade. E para isso é preciso que o produto seja bom. Ou seja, é fazendo e divulgando boa Arqueologia e insistindo em desenvolver na sociedade o interesse e a apetência por "consumir" e exigir boa Arqueologia, que os profissionais da área poderão aspirar a (e reclamar por) uma melhoria geral e sustentada da sua situação profissional. E isto é válido tanto para os que se dedicam à investigação programada como para os que trabalham como profissionais liberais.

A justificação do nosso trabalho é a satisfação de necessi-

dades socialmente sentidas e consciencializadas (mesmo que apenas por uma minoria), por isso a nossa valorização profissional será sempre delas correlativa.

Se apostarmos exclusivamente nos jogos de poder, não construímos nada de estruturante e sólido, e ficaremos sempre vulneráveis às flutuações e contingências dos caprichos políticos e das correlações de forças, ao ritmo que qualquer processo eleitoral ou de qualquer "Roseta" dos ventos.

MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA (24-05-04)

"A cultura como mercadoria, as ideias, as criações e as artes como produtos vendáveis ou bens de "consumo cultural" segundo as leis de um mercado de rápida rotação, é tudo o que o capitalismo sabe de cultura.

(...)

De facto, a mudança cultural em curso consiste... Em desvalorizar o pensamento e a teoria, não só a filosofia como crítica e criação conceptual, também as artes, a criação sensível, toda a actividade criativa... promovendo em seu nome a informação e a comunicação ou, pior ainda, as "opiniões" do mercado.

(...)

Toda a actividade criadora sofre já este tratamento, este recondicionamento imposto pelos meios de comunicação, esta redução a uma produção de "acontecimentos" culturais susceptíveis de mediatização.

(...)

a crítica desapareceu, ou quase, soçobrou perante o mercado, tornou-se ela própria uma forma de marketing, de promoção comercial, um prolongamento da publicidade por outros meios. É ao mesmo tempo que o jornalismo e os media

usurpam o pensamento e a crítica e se arrogam a função de descobridores de talentos e que promovem como nova figura do vedetismo mediático o “intelectual”, ou seja, o pensador-comunicador, especialista de opinião e disc-jockey das ideias, grande animador da conversa democrática, agente comunicativo do Universal.

(...)

Banalidade dos acontecimentos, banalidade do mundo, a realidade como um insulto objectivo ao pensamento: mediocridade geral dos modos de vida, vulgaridade dos valores reinantes, nulidade da comunicação mediática, todo um estreitamento do campo das possibilidades.”

SOUSA DIAS, Esforços de Guerra

Poderá a empresarialização de uma actividade cultural escapar a esta banalização pautada pelo Mercado? Como próprio Sousa Dias refere, a criação cultural reside na excepção, na fuga à regra (por natureza oposta a essa fuga), na contestação aos poderes instituídos. A criação cultural está ligada à inovação, à postura aberta e crítica, à temeridade, à permanente capacidade de ver além, de ver diferente. Mas não é isso que significa também “empresa”? Não lhe estão associados termos como arrojo, iniciativa, inovação, criatividade? O problema é que frequentemente esta criatividade se encontra exclusivamente limitada pelo mercado e pela concorrência. Ter a capacidade de encontrar um equilíbrio entre os desejos do mercado, os constrangimentos impostos pela concorrência e uma criatividade crítica, torna possível fugir à banalidade e à nulidade, influenciar as exigências (baixas) do próprio mercado, actuando com desígnios de excelência.

Comentários:

O grande desafio dessa busca de equilíbrio reside, pois, na criação de um público crítico e exigente. Enfim, é o clássico problema do conflito entre as exigências da criação cultural

inovadora, o elitismo e a sociedade democrática - e para o qual não se vislumbram soluções totais, mas sim uma negociação permanente e difícil.

Mas é sempre fácil concluir pela importância da criação de um público crítico. Os problemas surgem ao nível da concretização: quais são os mecanismos disponíveis? A educação e os media estão certamente entre os principais, mas, por isso mesmo, eles têm-se convertido nos instrumentos estratégicos ao serviço do mercado e da formação de mentes dóceis e manipuláveis.

Creio que estamos muito, mas muito longe de uma ordem social em que a criatividade crítica possa - e deva - influenciar de forma significativa as exigências do mercado e impor-lhe “desígnios de excelência”. Infelizmente, o mercado parece estender cada vez mais os tentáculos a todas as áreas do conhecimento.

Talvez a única esperança seja pensar que, de negociação em negociação - na convergência das práticas quotidianas de cada um - podemos lentamente chegar a pequenas revoluções...

Cassandra (24.05.04)

“EMPATAS” (16-06-04)

Não tenho por hábito falar muito sobre a Arqueologia empresarial neste espaço. Aconteceu duas ou três vezes. Mas prestarei sempre esclarecimentos, pelo que este post procura responder, com a minha perspectiva (que vale o que vale), às dúvidas colocadas por Yvan sobre os acompanhamentos arqueológicos. Até me dá jeito, pois dia 25 irei à Galiza falar sobre as experiências de Arqueologia empresarial em Portugal e sobre as respectivas problemáticas de uniformização de critérios metodológicos e de qualidade. A prática de acompanhamento arqueológico de empreendimentos que interfiram com o património ou com áreas onde potencialmente possa existir património arqueológico é recente em Portugal e ainda cheia de ambiguidades. Umhas obras são obrigadas a acompanhamento outras não, sendo os critérios pouco perceptíveis ou, arriscava, mesmo inexistentes.

De qualquer forma, desde 1997, com a criação do IPA, que a prática progressivamente se foi generalizando, mas nem

sempre da melhor maneira. Os acompanhamentos são uma imposição e toda a gente sabe como o país ainda não interiorizou o conceito de desenvolvimento sustentado. Como tenho dito, parte da culpa cabe a quem se dedica a essas coisas do ambiente e do património, que nunca se preocupou verdadeiramente (quero dizer com convicção) com a divulgação e a criar necessidades e apetências por essas vertentes culturais e ambientais junto da "sociedade civil", mormente junto da que promove empreendimentos com impactes negativos. Não é pois de estranhar que junto de empreiteiros e engenheiros o sentimento mais generalizado seja o de "empatas", preocupados com coisas que para nada servem e que só prejudicam a concretização de empreendimentos vistos e apresentados como mais valias do desenvolvimento. A mais valia de uma estrada, de uma barragem, de um sistema de esgotos é bem mais evidente para a população em geral do que meia dúzia de sítios em que se descobrem uns restos de cacos e pedras de uns sujeitos que ali viveram há uns tempos. O trabalho de valorização desse património e a justificação da sua protecção ou minimização têm que ser bem explicados, sob pena da atitude do empreendedor não mudar.

E não mudando o resultado é este: contratar o mais barato possível, porque não lhe interessa a qualidade do trabalho, e, se possível, que não se faça nada ou se finja que se está a fazer. Mas se esta atitude, embora compreensível e explicável, não pode deixar de ser condenada, que dizer dos profissionais que se prestam ao mau trabalho e de uma tutela ineficiente na fiscalização?

Aqui reside, hoje, um dos principais problemas dos acompanhamentos arqueológicos, que num número que não posso contabilizar, mas que suspeito grande, são mera cosmética. Cada vez há mais histórias, que circulam oralmente ou na net, sobre indivíduos ou empresas que se

prestam aos chamados acompanhamentos itinerantes: uma pessoa acompanha vários empreendimentos ao mesmo tempo, onde vai de tempos a tempos (argumentando com uma grande capacidade de coordenação com os empreiteiros), por vezes sem viatura própria, estando dependente do próprio empreiteiro para se deslocar de um local para o outro (por que não associar os acompanhamentos à fiscalização da obra). Outras histórias falam-nos de ameaças para se olhar para o lado, de relações comprometidas entre pessoas pertencentes às entidades promotoras e empresas que realizam os trabalhos, de chantagem sobre empreiteiros para obtenção de novos trabalhos, etc. São histórias bem conhecidas no meio, em todo o meio, mas para as quais dificilmente se conseguem provas válidas, pelo que nada se pode fazer ou denunciar. A ter fé no que se ouve, e ouve-se muito, teremos que concluir que nos trabalhos de acompanhamento arqueológico há corrupção e graves atentados à ética profissional.

A tutela pouco faz. Poderia fazer mais, mas também ela se debate com dificuldades, nomeadamente numa luta pela sobrevivência no seio do aparelho de Estado e com a tradicional falta de pessoal. E este problema só poderá ser debelado com uma forte, eficaz, homogénea e imparcial fiscalização.

A Associação Profissional de Arqueólogos devia preocupar-se mais com o assunto, nomeadamente sendo mais irreverente no questionar de situações e na ordem de prioridades que estabelece para a sua actuação (o fogo tem que ser atacado já, antes de outras carências), mas também o seu raio de acção é limitado. Pode questionar a tutela, pode denunciar, mas só pode actuar sobre os seus associados, dado que é uma associação de direito privado e o máximo que pode fazer é expulsá-los, sem que isso tenha

consequências na actividade profissional daqueles (daí que uma ordem, de inscrição obrigatória para obtenção de carteira profissional seja outra fórmula de atacar a doença). Outro problema que esta situação levanta é o estímulo à incompetência, à mediocridade e à corrupção, pois quem quer fazer bem não é competitivo. Acompanhamentos mal feitos e itinerantes, onde “quase nada aparece” permitem apresentar orçamentos bem mais baixos, para além de proporcionarem aos clientes os “resultados” esperados. A imponderabilidade da Arqueologia está, nestes casos, bem mais reduzida. Posicionamentos que impliquem metodologias adequadas e acompanhamentos sérios e rigorosos dificilmente conseguem vencer estas práticas que cada vez mais se enraízam. Mais, chegam notícias alarmantes de que “as pessoas se estão a mexer” para acabar com esta situação de “empatas”. A falta de homogeneidade de actuação da tutela, intransigente nuns casos, complacente noutros, dá argumentos e estimula estas iniciativas. E todos sabemos, como já aqui disse, que o peso dos ministérios e dos ministros não é o mesmo.

As despesas com a minimização de impactes são argumento fraco. O desenvolvimento sustentado tem custos. Noutros países eles já são contemplados (através de uma percentagem) no orçamento do empreendimento e um trabalho prévio bem feito (em que não se regateiem tostões) e minimizações feitas a tempo (e não deixadas estrategicamente para o decorrer das obras, para depois se argumentar com os custos e todos os outros inconvenientes de uma obra parada) tornariam todo o processo mais eficaz e barato. E, convenhamos, por vezes o que se discute para um trabalho bem feito são “migalhas” no orçamento global de uma obra. Bem piores são os trabalhos a mais e os “imponderáveis” que surgem na execução das obras.

Situação diferente é, contudo, a de particulares que não tenham avultados recursos, para os quais deveria haver um regime bem definido, onde o princípio do “poluidor pagador” teria uma aplicação condicionada.

Sem dúvida que o bom senso deve imperar, mas a falta de confiança e as tentativas de “contornar” as situações e a falta de seriedade, nomeadamente de muitos arqueólogos, fazem extremar posições. A situação portuguesa evoluiu rapidamente, avançando na boa direcção, mas está a derivar, como é costume neste país, para uma esperteza saloia que apenas nos empobrece. E por falar em empobrecer, convém referir que sem um trabalho em que se exija qualidade, competência e respeito por quem o executa, não há a mínima possibilidade de se praticarem, na actividade profissional em Arqueologia, salários condignos com a exigência técnica em causa e com a qualidade de vida mínima que se pretende para um país que se quer desenvolvido.

FRACA EMPRESARIALIZAÇÃO (14-07-04)

Há umas entradas atrás referi-me a uma fraca empresariação em Arqueologia. Não queria com isso dizer que há um reduzido número de empresas. Pelo contrário, em sete anos apareceram cerca de 4 dezenas, o que para o território que temos e para a maneira como habitualmente por cá se trata o património, não deixa de ser um número muito significativo.

Referia-me, entre outras coisas, ao facto de poucas criarem estrutura. O que se observa, genericamente falando, é a ausência de instalações próprias com alguma dimensão; a ausência de quadro de trabalhadores; o reduzido número

de funcionários com formação diversificada (topógrafos, conservadores/restauradores, desenhadores, gestores, informáticos, contabilistas, etc.); capacidade logística reduzida; a ausência ou reduzido investimento, nomeadamente em formação (inicial e contínua), inovação e divulgação do trabalho realizado.

Em grande parte, esta situação ficará a dever-se à rapidez da mudança face à falta de tradição empresarial no sector do património, mas também a uma mentalidade adversa à iniciativa privada nesse mesmo sector, que enferma mesmo muitos dos que a ela se dedicam, como se de um pecado se tratasse (embora haja quem ande a pecar muito para além do que a “plasticidade ética” é capaz de suportar). Por outro lado, observa-se ainda alguma incapacidade de superação de amarras incompatíveis com uma actividade profissional e empresarial adulta.

Resulta daqui, para além das questões relacionadas com a capacidade de resposta a solicitações e da qualidade dessa resposta, que se verificam situações de pouca autonomia e uma menor capacidade de intervir nas decisões de fundo que afectam a Arqueologia. A capacidade de afirmação perante os restantes interlocutores é menor, nomeadamente perante a tutela, instituições de formação, associações profissionais, meio científico e entidades promotoras de empreendimentos. A incapacidade de se fazer ouvir não resulta apenas de atitudes de fechamento por parte dessas instituições. Resulta muitas vezes também de nada ter para se dizer ou, simplesmente, por não se ter uma voz forte e reconhecida (leia-se estrutura e trabalho de qualidade) para se fazer ouvir.

Não crescendo, não investindo numa estrutura, reduz-se também a capacidade de criar boas e estáveis condições de trabalho, ao mesmo tempo que não se desenvolvem

competências que permitam potenciar o mercado de trabalho, quer em termos de quantidade como, essencialmente, de qualidade.

Em suma, precisam-se de empresas que sejam parceiras, adultas e sem complexos, no desenvolvimento da actividade arqueológica em Portugal, que sejam responsáveis e responsabilizáveis, e não meras intermediárias invisíveis entre empreiteiros e arqueólogos por conta própria. Só assim a Arqueologia empresarial terá futuro neste país.

REGRESSO (01-09-04)

Arqueologicamente falando, este Verão está a ser atípico. As tradicionais notícias televisivas ou em jornais relativas a escavações e descobertas, sempre muito importantes, parecem não ser este ano assim tão numerosas, já que o silêncio mediático raramente foi quebrado. Não que a actividade tenha decrescido (apesar da ausência de verbas com que o Estado presenteou este ano a investigação programada e a valorização), mas não há competição possível por um pedacinho de visibilidade com uma substituição governamental, com um europeu de futebol, com uns jogos olímpicos, com um reinício do campeonato de futebol, com a sazonal mortalidade rodoviária ou com as medievalidades que se vão sucedendo por esse mundo fora.

De facto, apenas vi uma notícia sobre Arqueologia (porsinal repetida várias vezes). Tratava-se de uma escavação no Norte, onde um grupo de voluntários (alunos e professores e, presumo, alguns arqueólogos) escavava e restaurava sob a orientação de um arqueólogo.

O ambiente de trabalho era típico, o “normal” de há várias

décadas em Portugal. Um professor universitário, alguns alunos, voluntários (normalmente jovens estudantes e professores do ensino básico e secundário) e, eventualmente, alguns outros arqueólogos. Grande parte do trabalho que realizei em Fornos de Algodres nos últimos dezassete anos foi assim, com voluntários (arqueólogos e não arqueólogos) e alguns campos de trabalho do Instituto da Juventude.

E esta questão do “ambiente de escavação” é, precisamente, uma das grandes diferenças entre esta Arqueologia e a Arqueologia profissional. O envolvimento com o trabalho, com o sítio, com a terra e as suas gentes é outro, o qual, normalmente mais prolongado no tempo, gera novos sentimentos de identidade (por vezes também de repulsa).

Esta Arqueologia tem a grande virtude de estar mais perto das pessoas, de as envolver e de mais facilmente transformar os vestígios em património activo e os discursos científicos em conhecimento partilhado.

Existe, naturalmente, um reverso da medalha, mas fica para outra altura. Quanto à Arqueologia profissional só teria a beneficiar se procurasse formas que lhe possibilitassem relacionar-se com os contextos sociais onde trabalha. Seria uma espécie de regresso.

PROBLEMAS CURRICULARES (14.09.04)

Por razões profissionais, o meu currículo é frequentemente avaliado por entidades ou pessoas que pouco ou nada têm a ver com História e Arqueologia. Também no desempenho das minhas funções avalio currículos com grande frequência, normalmente de licenciados em História e Arqueologia, mas também de outras áreas como Museologia, Conservação

e Restauro, Antropologia ou até Arquitectura.

Estas experiências de avaliador/avaliado, com ou sem grande familiaridade com as áreas a que respeitam os currículos, têm vindo a criar em mim a convicção que os estes são documentos que necessitam de um intenso processo hermenêutico.

De facto, a principal questão com que me deparo é esta: até que ponto os currículos representam (de forma aproximada, pois há sempre subjectividade envolvida) os níveis de conhecimento, experiência e competência dos seus titulares? Para quem tem, com regularidade, de escolher entre várias pessoas, o problema não é de somenos importância.

Que representa a média final de uma licenciatura? Os problemas do ensino superior, continuamente debatidos, têm também aqui repercussões. Conhecer os diferentes meios universitários de uma determinada área disciplinar, os seus docentes e respectivas práticas pedagógicas e níveis de exigência, possibilita perceber as grandes diferenças que podem existir entre uma média de 13 ou 15 numa universidade e noutra ou, dentro da mesma universidade, mas com percursos diferentes em termos de docentes. De facto, embora as pessoas apresentem certificados de habilitações e médias semelhantes, o que isso representam, por vezes, situações muito diversificadas.

Por outro lado, que significa escrever num currículo que se participou, durante a faculdade, na escavação do sítio tal? Que se interpretaram e registaram contextos? Ou simplesmente que se carregaram baldes de terra para o crivo? Uma vez mais é necessário ter a noção da diversidade de situações que a participação na investigação de professores universitários pode assumir.

E um título de um artigo, ou até de 50 artigos? Serão artigos essencialmente descritivos? Serão textos problematizantes e inovadores?

E assim por diante, no que diz respeito a outro tipo de experiências que podem constar num currículo.

Porque hoje a qualidade do ensino é muito variável (minando a confiança nas instituições que o ministram e credenciam competências e conhecimentos); porque é fácil publicar independentemente da qualidade; porque se pode participar em actividades várias e pouco ou nada fazer ou aprender; por tudo isso (e mais alguma coisa) é cada vez mais difícil avaliar o verdadeiro significado de um currículo que tenhamos à nossa frente, sobretudo se ele ainda é "curto". É-o para quem conhece o meio. É-o muito mais para quem com ele não está familiarizado. Terá sempre sido assim, mas parece-me que a situação se tem vindo a agravar.

Como instrumento de seriação, os currículos estão, a meu ver, a perder gradualmente credibilidade numa leitura imediata, necessitando de um esforço hermenêutico apurado por parte de quem tem que os analisar. Percebo, pois, alguns entraves e algumas exigências que o IPA vem fazendo no que respeita a autorizações para trabalhos arqueológicos. A situação casuística e a falta de critérios bem estabelecidos, contudo, tende a criar disparidades e a gerar algumas perplexidades. Urge resolver o problema da credenciação em Arqueologia. Não basta evocar a obrigatoriedade de determinados títulos. É necessário ter em atenção o que eles realmente podem ou não significar.

INVESTIGAÇÃO (28-09-04)

Como referi ontem, o outro assunto a florado em Beja foi a dicotomia investigação / actividade técnica. O consenso generalizado é o de que essa dicotomia não faz sentido e

que investigação e actividade técnica se pressupõem uma à outra. Não podia estar mais de acordo.

Todavia, em Portugal tem sido frequente ouvir uma outra máxima, a qual poderia ser facilmente confundida com a anterior: todo o trabalho arqueológico é investigação. Esta máxima, em tantos lados repetida, parece ser quase unânime. Digo quase porque, pelo menos eu, correndo o risco de estar sozinho, não concordo com ela e acho-a muito enganadora. De facto, todo o trabalho arqueológico é um trabalho de interpretação e de registo dessa interpretação. A ideia de que escavar e registar são actos mecânicos, acríticos, a problemáticos ou ateóricos, é inaceitável. Contudo, isso não nos deve fazer confundir todo o trabalho arqueológico com investigação, porque investigação é muito mais do isso.

Uma investigação parte de uma problemática, define objectivos, escolhe as fontes, selecciona e apura metodologias adequadas ao questionário e às fontes, redirecciona, sempre que entende, o trabalho em função dos objectivos de natureza científica, tem um ritmo próprio que lhe permite uma gestão mais orientada por esses mesmos objectivos de natureza científica.

A maioria dos trabalhos de emergência não são isto. Repito, a maioria. O contexto a intervir é aquele porque é aquele que vai ser afectado. A essa escolha não preside uma problemática, mas uma directiva minimizadora. Não há questionário prévio que tenha motivado o trabalho. Há constrangimentos de tempo e financeiros. A área a escavar não é determinada pelo questionário, mas pela abrangência do empreendimento. Ou seja, a motivação, os objectivos, e toda a gestão do processo são diferentes. Por outro lado, denominar de investigação um acompanhamento arqueológico que regista ocorrências e desvia tubos de água, ou uma prospecção que visa identificar património numa área de

implantação de aerogeradores, é, no mínimo, caricato.

O que me parece correcto é afirmar que todo o trabalho arqueológico deve ser cientificamente informado (conhecimento das problemáticas em aberto, domínio da bibliografia específica), metodologicamente adequado (a todas as variáveis envolvidas no processo, incluindo as problemáticas científicas aplicáveis) e os seus resultados deverão poder ser cientificamente utilizáveis, podendo a intervenção dar mesmo origem a um processo de investigação, como já várias vezes vi acontecer.

Porquê então esta insistência na ideia de que tudo é investigação?

Talvez porque uma parte significativa das pessoas não a faça verdadeiramente e apelide de investigação trabalhos de registo, acompanhados de meia dúzia de paralelos para cacós e estruturas e por uma repetição dos chavões interpretativos da moda. De facto, muita gente, mesmo em projectos ditos de investigação, escava porque é arqueólogo, não porque tenha perguntas para responder. Utiliza uma metodologia porque lhe ensinaram assim, não porque a pense criticamente mais correcta e adequada às variáveis envolvidas no processo (questionário, tipo de fonte, disponibilidade financeira, disponibilidade de tempo, qualidade e quantidade dos recursos humanos e técnicos disponíveis, etc.). O discurso que produz não é inovador, não responde a quase nada, porque quase nada se perguntou. Repete os discursos dominantes, é extremamente descritivo e frequentemente de grande inconsistência teórica. De facto, também muitos dos trabalhos ditos de investigação não o são verdadeiramente, com a agravante de que poderiam e deveriam ter sido.

Há, contudo, alguns trabalhos de minimização que podem ser abordados numa perspectiva de investigação. Trata-se daqueles casos em que há programação e algum

tempo para preparar um projecto e executá-lo. Foi assim que foi pensada a minimização de Alqueva. Aí, apesar das condicionantes financeiras e de projecto serem também grandes, a definição de problemáticas e o seu peso na gestão do processo assumem de facto um carácter de investigação. Um médico quando opera ou um engenheiro quando faz a ponte não estão a fazer investigação. Todavia, é de toda a conveniência que estejam ambos cientificamente informados, conheçam as metodologias adequadas, que inovem e que produzam um trabalho que responda aos objectivos, mas que, se for caso disso, possa ser aproveitado pela investigação ou a ela dar origem. É o que tem acontecido com uma série de trabalhos de minimização e salvamento que foram realizados pela instituição em que trabalho. Sim, porque a investigação, não sendo todo o trabalho arqueológico, também não é exclusivo de ninguém.

4 EM 3 (07.10.04)

Hoje no Público, quatro ordens profissionais manifestam-se contra a designação de licenciatura aplicada ao 1º ciclo de formação superior do novo modelo de Bolonha. A ideia é que menos tempo de formação significará uma formação inferior, pelo que a mesma, se bem percebi, não deveria ser equiparada a uma licenciatura. A proposta é designar por bacharelato o 1º ciclo e por mestrado o 2º. Uma discussão semelhante ocorreu há pouco tempo no Professorices (.blogspot.com). À partida poderia parecer uma discussão sem grande importância em torno de nomes. Que interessa chamar uma coisa ou outra? A designação de licenciatura entraria em vias de extinção e de futuro teríamos bacharéis, mestres e doutores.

O problema, contudo, é de conteúdo. De facto não se pode fazer em 3 anos o mesmo que se faz em 4. Sobre isso não há dúvidas. Pelo que, se não se pode fazer o mesmo, terá que se fazer diferente. E penso, sem estar particularmente por dentro do processo, que essa é a intenção (boa) de Bolonha (porque há quem lhe veja intenções mais perversas).

Manter os níveis de qualidade actuais (nalguns casos assustadoramente baixos) da formação reduzindo o seu tempo só poderá ser feito repensando e reorientando toda a sua programação. Há tempos escrevi um texto em que defendia que a elaboração de um currículo de licenciatura (no caso concreto era Arqueologia) deveria passar por duas etapas: 1º definir o que se queria formar, isto é, que tipo de competências se pretendia que os alunos tivessem à saída; 2º escolher as disciplinas necessárias à obtenção dessas competências e organizá-las adequadamente num curriculum dotado de flexibilidade e capaz de estabelecer pontes com outros currículos. Dizia também que, contudo, o que frequentemente se observava eram currículos e alterações curriculares feitas à medida dos corpos docentes e dos seus interesses. Se assim for, a reorganização será efectivamente difícil, porque a tendência será para manter mais ou menos as mesmas estruturas curriculares e, aí, fazem todo o sentido as preocupações das organizações profissionais. Se os formatos curriculares se mantiverem tendencialmente os mesmos, é óbvio que as competências dos formados serão reduzidas relativamente aos seus predecessores.

Na área de Arqueologia, contudo, os profissionais não parecem muito preocupados. A associação profissional, que até ambiciona transformar-se em ordem, tem-se abtido de debater publicamente o assunto e os profissionais por si próprios não têm feito mais. Há dias, numa conversa com um grupo de professores de Arqueologia de uma universidade,

observei uma profunda preocupação com a redução da qualidade da formação, precisamente porque se assumia a perspectiva que Bolonha seria por em 3 anos o que anteriormente se fazia em 4.

Receio, pois, que em Arqueologia não se avance para um profundo repensar do que se pretende formar e dos respectivos currículos, tomando em consideração os recursos humanos (mas não se centrando nestes) e logísticos existentes em cada instituição e as necessidades sentidas no exercício da profissão (o que obrigaria a estabelecer um diálogo onde tem residido o silêncio). Este receio leva-me a partilhar das preocupações que li hoje no Público. E leva-me a colocar uma questão: se a formação será tendencialmente pior (porque simplesmente se quererá pôr 4 em 3), como será feita a creditação para exercício da profissão? Se se mantiver a designação de licenciatura, significa, de acordo com a legislação actual, que esses novos licenciados poderão exercer a profissão, mas terão menos competências que os já existentes (e sabe-se como esses apresentam graves insuficiências em muitos aspectos técnicos e teóricos importantes no desempenho profissional). Se se alterar a designação para bacharelato significa que, de acordo com a legislação actual, não o poderão fazer e só a ela terão acesso com o mestrado (o que, em princípio, significaria uma melhoria de qualidade de quem vai entrar na vida profissional). Mas será esta última solução aceitável, politicamente suportável, ou até desejável? Provavelmente, se a designação for alterada, a lei será também alterada. É que há quem suspeite que um dos interesses por trás de Bolonha é o dos estados reduzirem 1 ano nas despesas que têm com o ensino superior público. Um ano vezes vários milhares de alunos é muito dinheiro. O problema é se a esta (eventual) perversidade se juntar a perversidade do imobilismo universitário.

RITUAIS (03.11.04)

Ontem fui a um jantar de doutoramento. A loja não era a minha. A especialidade também não. Mas o ambiente, os rituais, as conversas bem podiam ser.

Continua a ser visto, sentido, vivido como um momento muito marcante da vida das pessoas. Uma espécie de sacramento que as acompanha para o resto da vida. Bolonha acarreta consigo (pelo menos em espírito) a desvalorização desta carga simbólica.

Será como transformar o dito numa espécie de casamento pelo registo, com pouca pompa e menos circunstância. Deixará de ser tão marcante. Mas a academia necessita desses rituais e desses simbolismos (para além de necessitar de mecanismos de afunilamento de acesso ao poder). Estou pois curioso para ver como vai solucionar a questão. Valorizar mais o patamar seguinte?

À SAÍDA (15.12.04)

Um dos aspectos interessantes da discussão de segunda-feira foi o da preparação dos recém licenciados em Arqueologia para o desempenho da profissão. Diziam os docentes que a preparação com que os alunos saíam era insuficiente para que se pudessem responsabilizar por trabalhos arqueológicos, os quais, na sua quase totalidade, exigem níveis de conhecimento e experiência que eles ainda não possuem. Respondeu um recém licenciado que, pagando as suas propinas e fazendo o seu trabalho durante quatro anos, deveria estar apto. Se não estava, então a responsabilidade seria da instituição.

Ambos tem a sua quota parte de razão. Por um lado, a Universidade não produz profissionais "acabados". Ela dá uma formação superior que necessita de ser complementada para que os seus licenciados possam estar convenientemente habilitados para o desempenho de determinadas tarefas complexas e de responsabilidade. Por isso noutras áreas existem estágios profissionais, especializações, etc. É natural que, antes de assumir determinadas responsabilidades, os recém licenciados ganhem experiência e aprofundem os seus conhecimentos, actuando de forma "tutelada", integrados em equipas, enquadrados em qualquer tipo de entidade.

Por outro lado, também é verdade que as universidades licenciam e passam Certificados de Habilitação (que como o nome indica, habilitam) a alunos que revelam insuficiências significativas, quer em termos de conhecimentos práticos e teóricos, quer em termos de experiência. Só como auto crítica, portanto, se pode aceitar certas críticas dirigidas por docentes aos seus recém licenciados. Ou seja, a bitola de exigência nas universidades baixa e os próprios corpos docentes sentem-se desconfortáveis com o "produto" que produzem.

O problema é que esse produto são pessoas. Pessoas com direito a trabalhar. Pessoas com expectativas relativamente à sua formação e ao que ela lhes permitirá fazer. Acresce que no meio arqueológico os recém licenciados são rapidamente lançados no mercado de trabalho, frequentemente sem formação complementar, frequentemente sem apoio ou integração verdadeiramente tutelada por estruturas solidamente montadas e oleadas.

O problema da formação e da sua articulação com a vida profissional é pois um dos problemas prementes da Arqueologia portuguesa. A qualidade do ensino universitário tem que melhorar e os seus certificados têm que ser revalorizados.

zados. Os mecanismos de integração na vida profissional têm que ser desenvolvidos. É estranho que problemas tão importantes para a Arqueologia portuguesa apresentem tamanha incapacidade de mobilização dos arqueólogos.

NAS ENTRELINHAS (25.02.05)

Compromissos de amanhã levaram-me a reler o relatório para as Ciências Humanas relativo à Implementação do Processo de Bolonha. Desta vez, fixei o meu olhar nas seguintes afirmações:

[O 2º ciclo] "Terá um perfil de formação avançada incluindo a iniciação à investigação e capacidade de construção de conhecimento a nível internacional";

"O segundo ciclo deverá existir em ambiente de investigação, sendo pois reservado a um número (a determinar) de instituições, segundo avaliação de qualidade.";

"Um graduado de segundo ciclo é capaz de criar, planificar, gerir e executar tarefas complexas, com elevado grau de responsabilidade e autonomia."

Estas três afirmações parecem-me desenhadas com apenas um objectivo: a desvalorização, total e absoluta, do 1º ciclo, por forma a que todos tenham que ter o 2º para poderem aspirar ao que aspira hoje um licenciado. O que, aliás, se concretiza antes:

"... propõe-se um primeiro ciclo de 3 anos, que ofereça uma formação geral com relevância profissional mas que não fornece as competências específicas para o exercício de profissões concretas..."

Para o acesso a estas competências propõem-se:

"... cursos complementares de 1 ano, próximos das neces-

sidades concretas do mercado de trabalho [como saberão as Universidades quais são elas ?] e focados na especialização, aplicação e desenvolvimento em contexto profissional das capacidades adquiridas em primeiro ciclo e finalmente programas de segundo ciclo de dois anos que fornecem competências profissionais plenas integrando capacidade elevada de autonomia, responsabilidade, planeamento e desenvolvimento." O ano complementar permite " a inserção em profissões específicas", mas só o 2º ciclo permite o " exercício profissional concreto".

Note-se pois que os alunos do 1º ciclo não poderão estar aptos para o exercício profissional. Aliás, só no 2º ciclo terão "iniciação à investigação", o que é notável, sobretudo quando há quem afirme, irreflectidamente diga-se, que todo o trabalho arqueológico é investigação. E aí, em apenas dois anos, terá a capacidade de (repito) "criar, planificar, gerir e executar tarefas complexas, com elevado grau de responsabilidade e autonomia" e "Grau elevado de especialização e competências genéricas avançadas relevantes para o desempenho de elevado nível no âmbito de investigação, gestão de projectos e processos e exercício de responsabilidade profissional.

Ou seja, ao fim de três anos não se está apto para nada, a não ser ajudar no trabalho de outros. Mais dois anos, e pela adjectivação utilizada, já se é certamente catedrático na matéria. E, no entanto, nas competências específicas do 1º ciclo prevê-se, entre muitas outras (e para a área da Arqueologia e Património) "Conhecimento crítico das principais teorias, correntes e problemáticas em Arqueologia; Familiaridade com os sistemas mentais, culturais e tecnológicos relevantes na compreensão e contextualização do património; capacidade de inventariação, classificação e conservação do Património". Tudo coisas em que, como sabemos

de experiência, um actual recém licenciado (de quatro anos) é altamente versado.

E depois de tanta contradição e intenção mal disfarçada, a cereja no topo do bolo:

“Capacidade de realizar operações fundamentais na produção de conhecimento arqueológico como plantas arqueológicas, cortes estratigráficos, desenho técnico, bases de dados.”

São pois estas as “operações fundamentais” na produção de conhecimento arqueológico.

Comentários:

Julgo que estás a desenvolver um raciocínio algo dualista e dicotómico relativamente à filosofia subjacente ao processo de Bolonha. Sejam os claros numa matéria. Se, um dos objectivos de Bolonha, passa por competir com os EUA na criação de um espaço europeu de qualidade no ensino superior, convém saber um pouco o que por lá se faz. Tanto quanto sei o curso de Bachelor, que tem 4 anos de duração, corresponde, com as necessárias adaptações, ao nosso 1º ciclo. Haverá, em determinadas áreas do conhecimento, introdução a temáticas relacionadas com a investigação, mas esta é essencialmente reservada aos cursos de pós-graduação, cujos alunos constituem a elite discente do sistema. Para muitas profissões de nível superior nos EUA exige-se a obtenção um PhD que está longe de se reduzir à tese propriamente dita.

PJ, (26.02.05)

Hoje, no debate na Universidade Nova, praticamente assumia-se que o estatuto de arqueólogo só se obtém com o 2º ciclo e perguntava-se: então e os que ficam pelo primeiro ciclo? Porquê estudar mais três anos se estarão habilitados a fazer o mesmo que um técnico com o 12º ano? O problema é que o trabalho arqueológico é muito variado e se determinadas competências são exigíveis para a direcção de uma escavação complexa, outras serão para uma sondagem diagnóstica, para uma pesquisa prévia no âmbito de estudo de impacte ambiental ou para prospecções. A minha proposta é que o primeiro ciclo possa conferir grau que habilite à realização de determinados trabalhos arqueológicos, o 2º ciclo outros e o doutoramento outros.

Actualmente a licenciatura dá habilitação para tudo. O que me parece é que se está a transportar isso para o mestrado. Não esquecer que Bolonha apela à questão da empregabilidade e que ela difere de área para área.

Holocénico, (26.02.05)

4// Arqueologia: alguns

detalhes aqui e ali

PLANO NACIONAL DE TRABALHOS ACADÉMICOS, PERDÃO, ARQUEOLÓGICOS (25-02-04)

O júri do concurso do PNTA de 2003 decidiu excluir um projecto do concurso por, pasme-se, a equipa concorrente para a valorização de um sítio arqueológico português, dirigida por um português e com a participação de instituições portuguesas, ter “envolvência quase exclusiva de técnicos estrangeiros”; “por não existirem quaisquer contrapartidas financeiras do país de origem dos investidores”; “Por se considerar que, atendendo a verba disponível, se devem considerar somente candidaturas nacionais”.

Ou seja, poderemos ter a melhor equipa do mundo, com os mais reputados técnicos internacionais e o mais interessante dos projectos, que o Estado português não o financia porque “há demasiados estrangeiros” e pouco dinheiro, o qual deve ser reservado para os portugueses (presume-se que independentemente do mérito, basta ser português ou ter poucos estrangeiros e já não se é excluído).

Trata-se de um proteccionismo, que dada a composição do júri, terá muito de corporativo (medo da concorrência?, pouca vontade de partilhar um bolo assumidamente reduzido por falta de alternativas de financiamento?), sendo totalmente contrário ao espírito de integração europeia e de livre circulação de profissionais na comunidade (segundo parece os estrangeiros eram todos espanhóis) e, nesse contexto, provavelmente ilegal, para não dizer totalmente contrário

ao interesse nacional e ao interesse do desenvolvimento da valorização e gestão do património português.

Numa altura em que se pugna por uma Arqueologia dialogante entre os dois países ibéricos (e já se anuncia o 4º Congresso de Arqueologia Peninsular), esta decisão é, no mínimo, chocante. Como não deixa de ser chocante ter sido aceite pelo IPA (entidade que promove o concurso) e homologada pelo Ministro da Cultura que, provavelmente, nem leu o documento (só assim o podemos perspectivar).

Não é desta forma que Portugal se tornará num país desenvolvido e competitivo, capaz de ombrear nas diversas áreas com os restantes parceiros (será que é assim que os vemos?) europeus. Esta visão colbertiana da relação com o estrangeiro não colhe no espírito da União. São políticas de investimento e desenvolvimento que promovam a formação profissional de excelência, a iniciativa, a inovação, a qualidade e o mérito (repetimos, o mérito) que nos permitirão ombrear com os outros. Não atitudes conservadoras e retrógradas como esta, ou simplesmente ao serviço de interesses corporativos.

TIPOLOGIAS DE ARQUEÓLOGOS. TIPO 1: YIPPIE (28-02-04)

A criação de tipologias é uma tarefa comum em Arqueologia e resulta da ideia de que o comportamento humano tende a reflectir-se na padronização da cultura material. As tipologias seriam uma forma de chegar a essas padronizações e, através destas, ao comportamento humano. Mas as tipologias aplicam-se a tudo, sendo a classificação um processo estruturante da mente humana. Aplicam-se por exemplo, e no acto de reflexividade necessário a qualquer disciplina científica, às próprias pessoas que fazem Arqueologia.

Recentemente, Vitor O. Jorge ensaiou uma classificação dos arqueólogos portugueses (publicado na revista ARKEOS nº13), à qual voltarei no futuro. Para já gostaria de divulgar uma tipologia já clássica desenvolvida por Binford (um arqueólogo americano famoso, para quem não saiba). Como os tipos são vários e as descrições algo longas, farei um post diário de cada tipo.

O tipo de hoje é o Yippie: para ele (no dizer de Binford) o progresso disciplinar reside na auto consciência, na introspecção de natureza Freudiana, numa abordagem humanista com o objectivo de nos melhorarmos a nós próprios. Os não Yippies são designados por imperialistas intelectuais, colonialistas do conhecimento que desumanizam a humanidade e impõem as suas verdades absolutas aos outros, de forma constringedora. Estão convencidos que têm razão e proclamam o fim da lógica e da própria razão.

São, pois, uma espécie de pós-holocénicos (ver post de abertura deste blog). Em Portugal ainda existem poucos. Alguns são-no de forma exacerbada e outros são-no sem disso terem efectiva consciência.

Amanhã tomaremos contacto com os Yuppies.

TIPOLOGIAS DE ARQUEÓLOGOS. TIPO 2: YUPPIE (29-02-04)

São peritos tecnologicamente dependentes e constituem-se como verdadeiros empiristas puros. Enquanto o Yippie olha para dentro de si, o Yuppie olha para dentro de um microscópio. Não se preocupam com o debate de como produzimos conhecimento, mas apenas em olhar, com assistência tecnológica, a realidade a partir do maior número possível de perspectivas, garantindo assim o verdadeiro conhecimento da coisa.

O progresso ganha-se inovando, tecnologicamente claro. A sua vida é muito competitiva. Um Yuppie de sucesso é o que utiliza pela primeira vez uma tecnologia ou método, que reclama melhor que os outros. Manter-se no topo significa manter um apertado controlo ao acesso à nova tecnologia ou método. Também por cá temos alguns, mas igualmente poucos.

Asua confiança na máquina e na razão humana fazem lembrar Bernardo Soares (Livro do Desassossego): "A meio caminho entre a fé e a crítica está a estalagem da razão. A razão é a fé no que se pode compreender sem fé, mas é fé ainda, porque compreender envolve pressupor que há qualquer coisa compreensível". Uma autêntica antecipação de Fernando Pessoa à pós-modernidade.

TIPOLOGIAS DE ARQUEÓLOGOS. TIPO 3: GUPPIE (01-03-04)

São muito antigos. Quando iniciaram a sua carreira os Yippies ainda não tinham nascido. Por vezes aceitam a ajuda da tecnologia yuppie, mas nada substitui um conhecimento baseado em ver os artefactos (milhares deles), em escavar os artefactos: conhecer mais material, mais dados, eis o caminho para o aumento de conhecimento e para uma boa argumentação. Basicamente são uns "dinossauros" empiristas de tendências atecnológicas. Os que estão errados estão-no porque são inexperientes, viram poucos materiais. São normalmente simpáticos e prestáveis, mas podem tornar-se violentos.

Ainda existem por cá. Poder-se-ia pensar que estariam em vias de extinção. Mas ainda há alguns representantes no activo e com acesso a mecanismos de reprodução, pelo que a diversidade da espécie está garantida por mais algum tempo.

TIPOLOGIAS DE ARQUEÓLOGOS. TIPO 4: PUPPIE (02-03-04)

São aspirantes a guppies ou yippies que procuram ganhar credibilidade associando-se, dedicadamente, a um guppie ou yippie conhecido e influente no meio. Em troca asseguram-lhe uma permanente audiência e outras coisas. Um dia, quando o guppie ou yippie se retirar e ficar a deleitar-se na contemplação dos seus feitos, o seu puppie ascende ao lugar, em vez de qualquer outro pretendente, e faz-lhe uma sentida homenagem. Os puppies são também úteis quando enviados para discutir com um outro guppie ou yippie rival. Esta estratégia é entendida, no meio, como uma forma subtil de insulto ou desconsideração.

Existem bastantes no nosso território, pois este é o sistema instituído no país para a "renovação" das nossas instituições. Naturalmente, tal como noutros tempos, os filhos segundos, os bastardos e os outros, por mais qualidades que tenham, não têm acesso à herança e, ou entram na "carreira religiosa", ou procuram lá fora o seu lugar ao Sol, com o invejável sucesso que se vem conhecendo.

Com este tipo termina a tipologia de Binford. Naturalmente todos sentiremos que esta tabela tipológica está hoje, face à realidade portuguesa, incompleta. Mas será sempre assim com as tipologias, pois estas não têm aplicação universal, sendo sempre relativas ao universo que procuram organizar.

Nota: Ainda sem ter caixa de comentários, Marcos Osório do blog Arqueoblogo perguntou-me como o classificaria segundo esta tipologia.

RESPOSTA (04-03-04):

Caro Marcos. As classificações (e as tipologias são classificações) são a forma como organizamos o mundo à nossa volta. Fazemos corresponder um “tipo ideal” (por exemplo a definição idealizada de “guppie”) a uma classe onde colocamos todos os elementos que nos parecem compartilhar um número significativo de características que elegemos para definir esse tipo ideal. Assim, as classificações dependem das características que valorizamos e, naturalmente, do universo com que lidamos. Ora a classificação de Binford já tem mais de 20 anos. O universo dos arqueólogos não é o mesmo, até em Portugal, onde determinados tipos apareceram mais tardiamente. E certamente muita gente, podendo partilhar algumas das características de cada um dos tipos definidos, já se encontra fora da “margem interna de variabilidade de classe”. Como referi a tipologia já não está totalmente adaptada à actual realidade, mas conserva muita da sua utilidade como sistema crítico de reflexão. É para isso mesmo que ela ainda serve (e daí as entradas). Mais que para nomear, a sua verdadeira função é fomentar em cada um de nós um processo de crítica reflexiva, ou seja: não nos preocuparmos só com o conhecimento, mas com as condições sociais de produção de conhecimento, as quais necessariamente o condicionam e moldam.

MISSÃO (11-03-04)

O Professorices (professorices.blogspot.com) falava anteriormente da falta de espírito de missão nas universidades portuguesas, ou se preferirmos, dos corpos docentes

(e outros) das ditas universidades. Não podia estar mais de acordo (embora algumas excepções devam ser consideradas), nem podia estar menos surpreendido. De facto, a falta de espírito de missão grassa por uma parte significativa do funcionalismo público e a sua não aceitação (de que se lamentava o Professorices) é perfeitamente compreensível. O espírito de missão mina as justificações da incompetência, os argumentos que escondem o acomodamento, as cosméticas que disfarçam a actividade em exclusivo proveito próprio ou as razões de ser de privilégios incompreensíveis. A falta de meios, de condições, de recursos deixaria de ser desculpa ou encobrimento para muita coisa.

Por isso toda e qualquer “sociedade civil” (definida como o que está para além de qualquer comunidade específica, e, portanto, muito flutuante) é fundamental. Porque aí reside, e estou em crer residirá sempre, uma reserva de liberdade, ética e dedicação (essências do espírito de missão) sempre pronta a questionar e “missionar”. E a blogosfera é um dos seus mais recentes palcos de actuação. A Arqueologia dos últimos anos tem demonstrado isso mesmo, na medida em que muitos dos motores de progresso, inovação e difusão da actividade arqueológica se situam fora dos tradicionais centros de poder (onde se incluem as universidades, naturalmente). O ataque a esses tradicionais centros de poder tem sido, precisamente, uma das características destas últimas décadas de modernidade amadurecida (para alguns) ou pós modernidade emergente (para outros). A Arqueologia não foge à regra e esperamos, pró activamente, ver em que é que tudo isto resulta.

PUBLICAÇÕES ARQUEOLÓGICAS (19-03-04)

Hoje o Arqueoblog (arqueoblog.blogspot.com) apresenta uma revisão crítica ao novíssimo Dicionário de Termos Arqueológicos. Classifica-o de incompleto e pouco rigoroso. A minha classificação é de muito mau. Claramente uma situação de arcaísmo...

Mas serve o presente caso, sobretudo, para sublinhar uma situação que se vem revelando problemática. É que hoje é muito fácil publicar. Refiro-me apenas à Arqueologia, mas poderíamos, creio, falar do mesmo em qualquer outra área. O número de candidatos a publicar aumenta exponencialmente como resultado do incremento dos sistemas de ensino e do conseqüente aumento do número de arqueólogos. A acelerada multiplicação do número de trabalhos arqueológicos por todo o país cria enorme pressão sobre as necessidades de publicação. As disponibilidades tecnológicas fazem o resto. Hoje, quanto mais não seja, pode publicar-se num blog.

Contudo, apesar das facilidades e da abundância de "matéria publicável", continua a ouvir-se a crítica de que se publica pouco na Arqueologia portuguesa. Mas o problema não se resume a uma questão de quantidade. Na minha opinião há quem publique e quem não publique; há quem publique "em tempo" e quem publique "fora de prazo"; há quem publique bem e quem publique mal; há quem publique textos de qualidade e quem publique textos "pobrezinhos"; há quem tenha coisas interessantes para dizer e quem não tenha nada a acrescentar, etc., etc. Penso sobretudo que estas disparidades nas publicações acabam por reflectir as diferentes Arqueologias que hoje se praticam em Portugal, as diferentes formas de pensar o papel social da Arqueologia e as diferentes formas de conceber o conhecimento científico.

A facilidade com que se publica fará com que a heterogeneidade das publicações arqueológicas aumente. O que se por um lado é bom, por outro obriga a um maior esforço para separar o trigo do joio e a lamentar muito tempo e dinheiro mal gastos.

OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS E A ARQUEOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA SOCIAL (21-03-04)

A Arqueologia faz-se através de materialidades. Como já aqui disse, o arqueólogo procura produzir um discurso sobre o passado tendo como fontes os vestígios materiais desse passado.

Esta particularidade da disciplina, contudo, fez, e continua a fazer, com que muitos arqueólogos se centrem nas materialidades, assumindo-as como o objecto da Arqueologia, como ponto de partida e de chegada do discurso Arqueológico. Por isso, para muitos, investigação arqueológica e estudo de materiais são uma espécie de sinónimos. Os tais estudos de materiais consistem em discursos descritivos e classificativos, acompanhados de umas datas e de uns paralelos (a Arqueologia do Paralelo ainda é muito vulgar em Portugal), em que muitas vezes não se faz ideia das razões teóricas por que se utilizam determinadas metodologias e não outras, nem se vislumbra qualquer questionário que justifique e oriente o trabalho.

Para quando a generalização de uma Arqueologia orientada por problemas? Para quando a generalização de uma Arqueologia que não confunda homens com cacos? Para quando a generalização de uma Arqueologia com preocupações teóricas e epistemológicas? Como é que se pode continuar a afirmar que se faz "investigação" sem enquadramentos

teóricos conscientes, pensados e assumidos? Sem questionários justificados? Sem metodologias pensadas e adaptadas? Sem pensar sequer o que é conhecer e que tipo de conhecimento se considera acessível à disciplina? Quando se deixará de ouvir que o arqueólogo é o sujeito que anda à procura de cacos e de pedras, para nele se reconhecer um investigador do social?

MESA REDONDA DE ONTEM (01-04-04)

Estive ontem na mesa redonda intitulada “Da investigação à gestão do património pré-histórico europeu” que decorreu em Lisboa. Saí de lá mal disposto e irritado.

À pergunta “o que é que a Arqueologia portuguesa tem para mostrar aos cerca de 3000 arqueólogos estrangeiros que nos visitarão em 2006 durante o congresso Mundial da UISPP (que decorrerá em Portugal)” as respostas foram quase todas NADA, seguidas de um rol de queixas, de miserabilismos e de críticas contra o Estado, que não investe, etc. etc. etc.

Até compreendo que os mais jovens possam ter perspectivas muito reducionistas das coisas. Estão na Arqueologia há pouco tempo, naturalmente a sua memória é menor e vivemos tempos difíceis. Mas ouvir a geração anterior, que está ou esteve instalada no poder, dizer que não há nada é mais estranho. Então ...

Bom, eu que sou bastante crítico da situação da Arqueologia portuguesa relativamente a uma série de aspectos, não tenho essa visão derrotista. E para quem a tem, sugiro uma breve retrospectiva. Quando me iniciei nestas lides, há cerca de 23 anos atrás, a Arqueologia Portuguesa correspondia a “meia-dúzia” de pessoas que viviam num ambiente feudal

(cada um com o seu feudo), em conflito mais ou menos permanente (como é normal entre senhores feudais). Publicavam-se umas revistas (quatro ou cinco). O actual poder universitário tinha chegado às universidades há pouco tempo. Ninguém na sociedade portuguesa falava de Arqueologia. As obras iam destruindo o que havia, sem qualquer tipo de acção preventiva ou remediadora.

De então para cá, em simplesmente 23 anos, passou-se o seguinte (resumo). A Arqueologia institucionalizou-se. Primeiro com o IPPC, depois com o IPPAR e mais recentemente com o IPA (o que vem a seguir ainda não se sabe) a Arqueologia passou a ter um enquadramento na organização pública e legislação foi produzida, tanto por iniciativa interna, como por imposição dos normativos comunitários. A profissão de arqueólogo foi reconhecida.

Nas universidades o ensino da Arqueologia foi crescendo e autonomizando-se, primeiro com variantes, ultimamente com licenciaturas. Hoje há Arqueologia em Braga, Porto, Coimbra, Tomar, Lisboa (duas universidades), Faro, e disciplinas arqueológicas integradas noutros cursos em Évora ou Vila Real (para não falar em privadas). Os museus multiplicaram-se, as associações de protecção, investigação e divulgação do património também. Apareceram os Estudos de Impacte Ambiental (primeiro de pior qualidade, mas progressivamente melhorando). Surgiu um mercado e hoje temos cerca de 30 empresas de Arqueologia (embora verdadeiras empresas sejam só 4 ou 5), as quais empregam um número crescente de arqueólogos, que hoje ascenderão a meio milhar ou mais. Tivemos evolução na investigação, que passou do trabalho individual e amador para o trabalho de equipa e profissional, organizada por projectos melhor construídos. Estabelecemos pontes com outras áreas do saber. Surgiu um laboratório de datações de radiocarbono no ITN

e mais recentemente ali se constituiu um grupo dedicado à investigação em arqueometria. Tem vindo a ser dura a luta pela institucionalização do CIPA, mas o seu trabalho existe e tem sido extraordinariamente importante. Temos hoje novas publicações de mérito e renome internacional. Há cada vez mais sítios arqueológicos musealizados numa lógica democrática. Fomos capazes de salvar o Côa. Nova lei abre portas à criação de parques arqueológicos e as primeiras experiências estão aí. Alqueva, apesar dos seus muitos aspectos criticáveis, foi algo que nunca, pela sua dimensão, se havia feito no país. Os congressos e reuniões de Arqueologia multiplicam-se. A Arqueologia, como disse alguém ontem, foi transportada para a conversa do motorista de táxi (começando finalmente a cumprir o seu papel social, diria eu).

Tudo isto em cerca de duas décadas. Como poderemos dizer que não temos nada para mostrar? A crítica é essencial, é um processo reflexivo fundamental. Há muita coisa que está mal e muita coisa a fazer (haverá sempre). Mas não se pode cair num cepticismo paralizante, numa autoflagelação incapacitante. Precisamos de crítica, mas num contexto empreendedor, onde se saiba apontar o que está mal, o que deve ser mudado, mas com a noção de que também fazemos bem, podemos fazer bem, sabemos fazer bem.

Sobretudo devemos interiorizar que somos nós que temos que fazer e não ficar à espera que o famoso Estado faça. Somos todos muito bons se tivermos as melhores condições do mundo. E há muita gente que continua à espera que alguém lhas dê, sem perceber que são também elas que têm que construir ou contribuir, na sua esfera de actuação, para a essa construção. É o que procuro fazer na minha, sempre com atitude crítica relativamente ao presente, mas com o optimismo que me é dado pelo confronto desse presente com um passado não muito distante.

APROVAÇÃO E FINANCIAMENTO DE PROJECTOS (06-04-04)

Este ano a tutela não abre o concurso do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos. Tradicionalmente este concurso aprova os trabalhos arqueológicos do ano (que não sejam de salvamento ou minimização) e financia alguns. Este ano não há concurso e a razão é que não há dinheiro para financiamentos. O problema é que aqueles que têm financiamento e não necessitam do apoio do Estado não podem, assim, desenvolver projectos novos.

Projectos com financiamento privado, com financiamento autárquico, com financiamento comunitário não podem legalmente funcionar, a não ser com recurso a alguns expedientes. Urge pois que se separe a aprovação de projectos (que deveria ser possível de realizar em qualquer altura) do financiamento do Estado (esse, sim, com periodicidade estabelecida).

Urge também que o Estado assuma as suas responsabilidades relativamente ao património e à investigação. Mas se não for capaz de fazer, pelo menos que deixe fazer.

PROCRONIA ARQUEOLÓGICA (10-04-04)

Estava a reler um texto de Arqueologia e de repente lembrei-me de Gosse e do seu conceito de "procrónico", do qual tomei conhecimento através de um livrinho de Stephen Jay Gould intitulado Adam's Navel.

Gosse foi um naturalista inglês do século XIX que procurou resolver o problema da incompatibilidade da cronologia bíblica para a criação da terra com os dados que a ciência geológica e a paleontologia iam acumulando. No seu livro

Omphalos (que em grego significa umbigo), Gosse associava aquele problema ao problema do umbigo de Adão: se este tinha sido criado por Deus, porque razão havia de ter umbigo, como se tivesse nascido naturalmente de uma mulher?

Resumindo, a solução de Gosse, para compatibilizar o “tempo” do criacionismo bíblico com o “tempo” sugerido pelo aspecto do mundo, foi afirmar que todas as coisas funcionavam por círculos (tipo ovo e galinha) e que Deus quando as criara o fizera dando-lhes, no momento da criação, os traços das etapas anteriores desses círculos, traços que, portanto, não tinham resultado de existência real. A partir desse momento tudo se processaria da forma natural circular prevista. Do mesmo modo, as evidências geológicas de maior antiguidade da Terra eram mera cosmética de antiguidade, uma “pintura” divina que evoca traços passados de um processo que só teria existência real depois da criação. Aos processos reais, que aconteceram após a criação, Gosse chamou diacrónicos; aos traços virtuais de antiguidade e de história anterior à criação chamou procrónicos. Um umbigo de Adão era um traço procrónico.

Nesta história da História da Ciência o que se pretendeu foi reduzir o passado, encurtá-lo. Mas o processo inverso é igualmente comum: o procurar dar aspecto antigo a coisas recentes (dotando-as de procrónia), dando-lhes uma dimensão no tempo que não tiveram. Vendem-se por todo lado objectos novos de aspecto envelhecido, há uma gosto especial pela patina do tempo. Situações que, sem dúvida, nos falam da importância do passado para cada presente. Mas o texto a que me refiro lembrou-me algo de mais perverso: o envolvimento de uma situação recente por traços procrónicos como forma de evocar precocidade e uma autoridade que advém do tempo.

É frequente o sentimento de que se apresentam como novas

coisas já muito antigas, mas é igualmente verdade que se apresentam com roupagens de antiguidade coisas que só há pouco se desenvolveram. Seria melhor que cada um fosse capaz de assumir, sem complexos, o seu percurso e os seus timings.

DIVERSIDADE DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA (11-04-04)

A Arqueologia portuguesa é hoje muito diversificada. Diversas são as instituições que a praticam: universidades, empresas, tutela, estruturas municipais, museus, associações e, fora de enquadramentos institucionais, arqueólogos. E, claro, dentro de cada conjunto de instituições a diversidade é igualmente grande.

Por outro lado, a abordagem ao trabalho arqueológico é plural: investigação programada, salvamento, minimização, inventariação, valorização, divulgação, gestão e fiscalização (classes que frequentemente surgem conjugadas).

Finalmente, os enquadramentos teóricos são igualmente muito variados, resultando em Arqueologias bem diferentes. Temos desde a Arqueologia que descreve e conta (onde praticamente não existe Homem), até à Arqueologia especulativa ou próxima de um existencialismo sensorial; de uma Arqueologia que acredita que conhece o real, à Arqueologia dos possíveis, em que nós somos o único limite. Pelo meio temos os de tendência funcionalista, os mais próximos do materialismo histórico, os ecologistas, os estruturalistas, os contextualistas moderados e os que misturam um pouco de tudo isto (o estado de pureza teórico é raro).

Depois temos uma divisão da Arqueologia por períodos muito nítida, com instituições que preferencialmente trabalham num período, ou com enquadramentos teóricos

dominantes entre a maioria dos arqueólogos que se dedicam a determinado período.

A Arqueologia portuguesa é hoje um palimpsesto de práticas muito diversificadas (e todos teremos opiniões diversas sobre as boas e as más). Ao contrário do que por vezes parece transparecer dos debates, não é algo de monolítico. E essa diversidade, nos confrontos que proporciona, no debate que suscita, na concorrência que estimula, é geradora de dinâmica e de mudança. É um bem a preservar e não um mal a combater. Assim se saiba funcionar com ela dentro de um espírito de cultura democrática.

ARQUEOLOGIA E RELAÇÕES ARQUEOMÉTRICAS (14-04-04)

Pela natureza das suas fontes a Arqueologia mantém hoje uma estreita relação com várias ciências da natureza (no sentido mais genérico do termo). Essa interacção redundou no que hoje se chama Arqueometria. Começando por métodos químicos e físicos (com a matemática e a estatística inerentes) utilizados para resolver problemas arqueológicos, desde as datações absolutas às análises de pastas de cerâmicas (para determinar proveniências e tecnologias de fabrico) e de metais, rapidamente as solicitações alastraram para além do tradicionalmente considerado arqueométrico. Da geologia vieram as análises de matérias primas de artefactos líticos e, na sua interface com a Geografia Física, as análises geoarqueológicas; da antropologia física as colaborações para os estudos de osteologia humana; da botânica e ecologia as colaborações para as reconstituições paleoambientais, de ecossistemas e determinações de restos de floras presentes em sítios arqueológicos (antracologia e carpo-

logia); da zoologia para a determinação de espécies presentes em sítios arqueológicos (fornecendo importantes informações para o conhecimento da economia e estratégias de exploração de recursos, mas também para a reconstituição paleoambiental); da genética, com estudos de ADN, etc.

Esta apetência da Arqueologia para um estreito relacionamento com as ciências da Natureza tem gerado, no meu entender, alguns equívocos sobre a natureza desse relacionamento, os quais por vezes se reflectem quer na área da formação arqueológica, quer na própria relação que se estabelece entre os arqueólogos e os especialistas de outras áreas. Porque o assunto é extenso e a entrada já vai longa, vou-me cingir à primeira situação.

Tem sido frequente, nos últimos anos, ver os alunos a reclamar disciplinas orientadas para estas temáticas e vemos surgirem em cursos de licenciatura e mestrado cadeiras dedicadas a arqueozologia, arqueometria, antropologia física, etc. etc. Vemos alunos de Arqueologia tirarem mestrados em arqueometria, onde vão eles próprios para os laboratórios. Creio que se caminha para uma situação pouco adequada, nomeadamente no âmbito das licenciaturas.

No post de ontem, em que comento o curriculum de Arqueologia da FLUC, defendi a necessidade de uma disciplina de introdução à Arqueometria. Mas o que defendo é uma disciplina em que se ensine aos alunos quais as potencialidades desse relacionamento interdisciplinar. Que problemas a arqueometria de cerâmicas nos pode ajudar a resolver, qual a importância das datações absolutas, que materiais são datáveis e por que método, que cuidados a ter no campo para não inviabilizar futuras análises, que informação pode um especialista retirar dos ossos de animais, que problemas poderemos procurar resolver com análises petrográficas ou metalográficas, etc. etc. E, sobretudo, que devemos recorrer

a estas análises porque temos problemas para resolver e não porque temos apenas oportunidade ou disponibilidade financeira, ou porque a coisa dá um aspecto mais científico. Uma disciplina de introdução à Arqueometria ou à interdisciplinaridade com ciências naturais (face ao estado das coisas, não era nada mal pensado uma dedicada à interdisciplinaridade com as ciências sociais, com os mesmos objetivos) deverá, na minha opinião, preparar o arqueólogo para o diálogo com o especialista de outras áreas do saber, não para o substituir. Nas áreas de intercepção disciplinar, devemos privilegiar o trabalho em equipa com os especialistas das outras áreas. Numa investigação a sério, que sentido faz andar a aprender como se faz difracção de raio X, a analisar lâminas delgadas, a aprender microscopia óptica, a procurar colmatar a ausência de formação em matemática e estatística, quando nunca o poderemos fazer tão bem com as pessoas que se formaram a fazer isso. Se a situação actual o justifica é só porque a nossa capacidade de nos relacionarmos com as outras áreas do saber e de atrair os seus investigadores é ainda incipiente e até há pouco funcionava na base do conhecimento pessoal e da amizade. Quando quis fazer um manual sobre análise espacial em Arqueologia, Ian Hodder escreveu-o com Clive Orton, um reputado especialista de estatística.

Mas a situação em Portugal também está a mudar. A própria tutela tentou montar um laboratório com especialistas (embora alguns venham da Arqueologia) nas áreas de intercepção disciplinar com a Arqueologia; o regulamento dos trabalhos arqueológicos obriga à presença de um antropólogo físico nas escavações de restos humanos (reconhecendo assim a mais valia do especialista na matéria), no Instituto Tecnológico e Nuclear criou-se uma área de Património Cultural e Ciência dedicada a essa relação inter-

disciplinar (trabalham com arqueólogos, não querem fazer de arqueólogos). Neste contexto de mudança, a formação em Arqueologia parece querer, por vezes, enveredar por uma contra corrente, a qual só poderá ser compreendida desde uma perspectiva meramente corporativa.

A Arqueologia é, para mim, uma disciplina do social. Com um relacionamento privilegiado com as ciências naturais que deve estimular e desenvolver no ambiente de equipa. Mas o arqueólogo deve ser um cientista do social, ou perde a identidade disciplinar que o justifica socialmente. Dantes (até há meia dúzia de anos) engenheiros, arquitectos, médicos, coronéis, padres, geólogos podiam fazer Arqueologia. Agora a legislação diz que só licenciados em Arqueologia e História Variante Arqueologia (e pós graduações na área). Porque será?

NOTA AO POST ANTERIOR (14-04-04)

A entrada anterior é susceptível de deixar muitos equívocos. É natural quando abordamos assuntos complexos de forma telegráfica (e a entrada foi enorme).

Há um possível equívoco que, contudo, quero desde já esclarecer. Não estou a defender uma posição de hiper especialização. Simpatizo com o filósofo espanhol José Ortega y Gasset quando apelida de gentalha estúpida o cientista especializado. É forte, mas percebo-lhe o sentido. Descreve-o assim:

“Conhece apenas aquela pequena porção com a qual se relaciona a sua investigação. Ele chega ao ponto de proclamar que é uma virtude não se dar conta de tudo o que fica fora do domínio restrito que cultiva e denuncia como

diletante a curiosidade que tem como objectivo a síntese de todo o conhecimento.”

Embora a especialização seja um processo inerente ao próprio processo de conhecimento, deve evitar-se uma extrema focalização “na árvore”.

Talvez para que não fiquem dúvidas sobre o que pretendo dizer, gostaria de reproduzir um excerto de Schödinger:

(...)linhas do relatório da Comissão para a Reforma Universitária na Alemanha(...)

Cada professor numa universidade técnica deve possuir as seguintes capacidades:

a) conhecer os limites da matéria da sua disciplina. Nos ensinamentos que ministra deve fazer com que os estudantes conheçam esses limites e deve demonstrar-lhes que para além destes limites entram em acção forças que já não são completamente racionais, mas que surgem como resultado da vida humana e da própria sociedade.

b) Mostrar em cada disciplina o caminho que leva para além dos seus próprios limites restritos até horizontes mais vastos e próprios.

(...)Creio que elesse aplicama qualquer professorem qualquer universidade, ou melhor, em qualquer escola do mundo.

Por mim formularia essa exigência da seguinte forma:

Nunca perca de vista o papel que a sua disciplina em particular tem no seio do grande espectáculo que é a tragico-média da vida humana, mantenha-se em contacto com a vida – não tanto com a vida prática mas com o pano de fundo ideal da vida, que é cada vez mais importante. E mantenha a vida em contacto consigo. Se não puder – a longo prazo – dizer a todas as pessoas o que tem estado a fazer, então o que tem feito foi inútil.”

Para que não fiquem dúvidas.

PERMANENTE CONFUSÃO DE PLANOS (24-04-04)

Um dos grandes problemas que sempre caracterizou a Arqueologia Portuguesa (mas que não lhe é exclusivo) é o da grande dificuldade em deixar no plano pessoal o que é do plano pessoal.

Essa incapacidade relaciona-se com uma outra: a de não se saber criticar e aceitar a crítica. Frequentemente a crítica ultrapassa o objecto a que se deveria restringir e atinge a pessoa deliberadamente. Por outro lado, com igual frequência a crítica é recebida como um ataque pessoal, mesmo que com todo o cuidado tenha sido mantida dentro dos limites do objecto criticado. De uma maneira geral, está ainda mal interiorizada a asserção de Popper de que toda a ciência deve assentar numa tradição crítica construtiva, isto é, na aceitação do desacordo e do debate de ideias diferentes como factores de progresso de conhecimento. Ou seja, o progresso do conhecimento está indissociado de um comportamento ético, que se traduz em determinado tipo de atitudes que têm que ser assumidas pela comunidade científica, nas relações profissionais entre os seus membros e com a “sociedade civil”.

Mas a situação está bem longe de ser satisfatória. Apesar de alguma evolução verificada nos últimos anos, a Arqueologia Portuguesa continua marcada por comportamentos inaceitáveis, com origem em desentendimentos pessoais, permitindo que estes passem para o plano do ensino e da produção científica. Contribuições científicas (mais ou menos relevantes) são silenciadas nas universidades, com evidentes prejuízos para os alunos (frequentemente surpreendidos por nunca terem tido conhecimento de certas coisas); boicotam-se reuniões promovidas por outros, ou veta-se, nas próprias, a participação de certas pessoas; ignora-se a produção cien-

tífica de outros em trabalhos que se pretendem de natureza científica; tenta-se, desesperadamente, que os conflitos pessoais se tornem hereditários, passando-os aos mais novos (cuja imaturidade os torna vulneráveis); etc.

Fazem-se tréguas de antigas quezílias, fumam-se umas cachimbadas da paz, mas logo outros fossos se abrem. Afastamentos e aproximações sucedem-se. Nada disso é anormal, faz parte das relações humanas e tem que ser aceite com serenidade. Não temos que gostar todos uns dos outros, nem temos que nos dar bem, em termos pessoais, com toda a gente. Mas não podemos deixar invadir o terreno das obrigações profissionais no ensino e da prática do trabalho científico por problemas dessa natureza. Situações como as acima descritas não são aceitáveis, não são compatíveis com a ética que deve presidir ao ensino e à produção científica. Estar no ensino universitário e na investigação científica exige um esforço de separação de águas que, reconhecendo que é por vezes difícil de alcançar, não posso deixar de considerar como requisito para por ali se andar.

Comentários:

O seu texto lembra-me a questão do objectivo final do ensino e da investigação. No plano dos princípios, espera-se que o discípulo vá mais longe do que o mestre. Na prática, muitas vezes a realidade é outra.

Como se o conhecimento não fosse uma aventura colectiva, para além do tempo de uma pessoa/geração particular.

MJMatos (24.04.04)

VERBO (29-05-04)

A simplificação da linguagem preocupa-me também profissionalmente. E se fosse só simplificação, já não era mau. Mas a escrita e a oralidade dos recém licen-

ciados de Arqueologia é, em termos gerais, cada vez pior. De um licenciado espera-se que escreva razoavelmente e saiba expor, de forma minimamente inteligível, as suas ideias. Mas, com alarmante frequência, não é isto que se verifica. E mais grave ainda, a situação é aceite com arrepiante naturalidade. Textos há que nem sequer foram relidos uma única vez, sendo apresentados como documentos finais. O problema torna-se dramático quando pensamos que a verbalização não é apenas uma materialização do pensamento, mas que a linguagem é em si matéria de pensamento. Norbert Elias afirmava que o que não estava simbolicamente representado na língua de uma comunidade linguística não é conhecido pelos seus membros. Daí que o fenómeno de "estrumpfização" da linguagem seja preocupante. Não é apenas uma questão formal. Representa uma redução das possibilidades do pensamento. Ora este fenómeno existe e é comum entre pessoas com formação superior. Os estudantes e recém licenciados, tendo responsabilidades, serão os menos culpados. O clima geral de condescendência com a mediocridade tornou-se num contexto que potencia o agravamento e aceitação da situação. Basta ver as intervenções dos jornalistas em entrevistas de rua.

Mas voltando à Arqueologia, seria bom que os arqueólogos, actualmente a viver um jovem processo de profissionalização, tomassem consciência de que este problema é, para o profissional, tão ou mais importante que conhecer os princípios metodológicos de Barker/Harris, saber montar quadriculas ou desenhar um alçado (com ou sem estação total).

CADERNOS DE CAMPO 3 (07-06-04)

Hoje as coisas começaram a ficar mais interessantes na Quinta das Rosas. Mas o dia ficou marcado (para mim e mais alguns) pelo início dos trabalhos de restauro e escavação no Castro de Santiago, um sítio que escavei entre 1988 e 1995. Apresenta-se actualmente com as estruturas (muralhas) muito degradadas, responsabilidade do principal agente “erosivo” da actualidade: o Homem.

De facto desde que se rompeu um caminho pelo meio da pedrenia, monte acima, que o local foi sofrendo a progressiva acção erosiva humana. Os simpáticos visitantes, ao longo dos últimos anos, balearam e depois roubaram a primeira placa explicativa, destruíram estruturas de lareira e, por último, destruíram parte do corredor de acesso intra muralhas e roubaram algumas das lajes que o revestiam.

Perguntam, pois, para que o estou a restaurar. Porque sou teimoso e optimista. E porque, talvez para ganhar ânimo, procure ver as coisas por múltiplos prismas.

Um deles é a consciência de que muito do que a “elite” considera património não é ainda sentido e vivido como tal por uma parte da população. Algum tempo e muitas dores de alma terão que passar para que tal se efective. Parar agora seria não ter consciência que estas coisas da identidade e das mentalidades demoram tempo.

O roubo de pedras ao fim e ao cabo acaba por ser a continuidade de uma prática tradicional de utilização destes sítios arruinados, para muitos sem significado extraordinário, como fontes de matéria prima já parcialmente transformada. Condenar tais actos? Com certeza (e eu, que o escavei e me liguei emocionalmente àquele espaço, serei o primeiro a fazê-lo). Mas não será isso que transformará aquele sítio em património para a generalidade das populações locais.

Recuperá-lo, contudo, poderá ajudar.

A ideia de declarar um sítio património e depois escondê-lo não me agrada de todo (embora reconheça que em alguns casos não resta alternativa). Só conhecido e vivido, repito, ele se poderá constituir como património e ser activo enquanto tal.

CADERNOS DE CAMPO 4 (11-06-04)

Dentro em breve chegam 70 miúdos da primária. Vão ver as “pedras” do museu e eu vou contar-lhes umas histórias à cerca das ditas “pedras” e do trabalho de as “apanhar”. Afinal, é também para falar sobre as “pedras” a este pequeno público que se justifica o andar a “apanhá-las”.

O retorno social, por pouco que seja, tem que sair da retórica da justificação do subsídio para a prática quotidiana.

RAZÕES PARA MANTER UM IPA (16-07-04)

Vem aí um novo ministro da cultura (ministra segundo ouvi dizer). O assunto da odisséia da fusão IPA/IPPAR, da legalização do CIPA, do financiamento e fiscalização da actividade arqueológica vão voltar às bocas do mundo arqueológico. Será? Credo que sim, resolvi colocar aqui a minha participação no fórum on line que há dois anos se formou para debater as primeiras duas questões. Convicto que a futura detentora da pasta ministerial não é leitora deste blog, deixo na mesma a contribuição, pois penso que mantém alguma actualidade.

Relativamente à actuação ministerial, creio que foi, antes de mais, precipitada. Não compreendo a tomada da decisão em causa sem uma prévia divulgação das linhas orientadoras da acção governativa para o sector, sem a apresentação dos respectivos objectivos e sem proceder a uma avaliação correcta do desempenho do organismo em questão, para então se decidir da sua adequação enquanto instrumento da administração para por em prática a política pretendida e atingir os fins programados. As notícias que circulam (não sei se verdadeiras) descrevem um Ministério da Cultura confuso, desinformado e humanamente descapitalizado. Não me parecem, pois, estarem sequer reunidas as condições para a tomada de decisões conscientes, competentes e consequentes para os interesses do país. Porque é, efectivamente, destes interesses que a discussão deve tratar.

Quanto à importância e desempenho do IPA, muito aqui se tem dito. Partilho de muitas opiniões, discordo de algumas e desconfio de outras. Penso sobretudo que se tem discutido um pouco ao lado e de forma, por vezes, contraproducente e pouco objectiva.

Ao contrário do que já foi sugerido, a expansão da Arqueologia portuguesa não tem como causa única o IPA. O instituto enquadra-se na evolução global da sociedade portuguesa das duas últimas décadas e explica-se pelas mudanças estruturais (económicas, sociais, políticas, mentais e culturais) que o país tem sofrido. Durante aquele período a Arqueologia sofreu um desenvolvimento profundo: o ensino específico da disciplina multiplicou-se na Universidade, o consequente aumento "demográfico" estimulou e sustentou o ritmo de crescimento, os arqueólogos acederam às autarquias, desdobram-se as associações e os museus, a aplicação das directivas comunitárias e a generalização do interesse e preocupação pelo património arqueológico trazem definitivamente a

Arqueologia para a arena do Ordenamento do Território, surge uma consciência e uma organização profissional, o património arqueológico entra no turismo cultural, um mercado emerge e multiplicam-se as empresas, responsáveis por uma fatia significativa da actividade arqueológica, pela saída profissional de uma elevada percentagem das "produções universitárias" e por uma dinâmica económica já não desprezível.

O IPA é criado no decurso deste processo, que o proporciona e explica e onde vai buscar, precisamente, a sua essencial razão de ser. A administração pública necessita de uma instituição como o IPA porque a sociedade portuguesa tem vindo a desenvolver, em várias áreas, necessidades que exigem um instrumento de regulação de uma actividade com especificidades próprias. A sua criação não resultou de um capricho político, mas de uma resposta (ainda que com imperfeições) a determinadas exigências sociais.

A importância do IPA não tem decorrido tanto de uma série de aspectos que, apesar de tudo justamente, têm sido trazidos para o primeiro plano da argumentação. É sem dúvida de enaltecer a existência de uma política de publicações pautada pela regularidade e qualidade, ou a criação de condições de acesso generalizado da investigação a colaborações em áreas de intercepção disciplinar, quer em casa própria (com o CIPA), quer com outras instituições através de protocolos (facto pouco lembrado). Todos, de uma forma ou de outra, temos usufruído destes benefícios, tanto mais de elogiar, quanto evidenciam capacidades que outras instituições, naturalmente mais vocacionadas para tal [referia-me às universidades e museus], não têm mostrado possuir, suprimindo as suas incapacidades através do instituto. Mas seria isto, e só isto, suficiente para justificar a defesa de um organismo como o IPA?. Penso que não. A sua razão de ser, volto a sublinhar, são as suas competências

(ainda limitadas) em matéria de gestão dos recursos arqueológicos, regulamentação eficaz e criteriosamente estabelecida da actividade, fiscalização geral coerente e equitativa dessa mesma actividade, avaliação do desempenho dos agentes arqueológicos no decurso da sua prática, participação activa na gestão e ordenamento do território, por forma a responder à sua missão estruturante e potenciadora do sector num contexto de desenvolvimento sustentado.

É isto que tem que ser dito a quem decide: que este papel tem que ter continuidade e ser desenvolvido e aperfeiçoado. Que os problemas da Arqueologia há anos que não dizem só respeito aos arqueólogos, que têm já um significativo peso económico, social e cultural, que definitivamente se enraizaram nas questões de cidadania e que o sector, embora parte integrante da questão patrimonial global, atingiu uma dimensão e apresenta uma dinâmica que justificam a sua emancipação.

Os erros e pecados de percurso, que não devem ser esquecidos ou branqueados, perdem, neste contexto, protagonismo. A existência de uma estrutura autónoma com estas competências (alargadas e aperfeiçoadas) é necessária. Em termos financeiros, estou mesmo em crer que o país acabará por perder mais (através dos problemas criados ao sector em geral e já não a meia dúzia de arqueólogos) do que poupará se terminar com uma estrutura deste tipo.”

PESSOAS EM FORMA DE CAMPÂNULA (01-10-04)

Um pouco na linha da última entrada, uma das curiosidades de certo discurso cá do burgo é a manutenção da referência a um “povo campaniforme”. Para quem não saiba e por aqui passe,

campaniforme é um tipo de recipiente (inicialmente em forma de campânula invertida) associado ou não a um conjunto de organizações decorativas (tendencialmente padronizadas) que se produziu e usou por toda a Europa Ocidental e Norte de África entre meados do 3º e meados do 2º milénio AC. Um dos “tiques” interpretativos de certa Arqueologia já velhinha é a de associar conjuntos recorrentes de materiais arqueológicos a grupos étnicos específicos, assumindo que conjuntos artefactuais diferentes correspondiam a povos diferentes e conjuntos artefactuais semelhantes correspondiam a um mesmo povo. Ora com os conjuntos de materiais campaniformes (que para além dos recipientes, apresentam também outros artefactos que lhes podem surgir associados, como metais e adornos) aconteceu precisamente isso. Com os desenvolvimentos teóricos dos últimos 40 anos, a maneira de olhar para estas coisas mudou significativamente. Não deixa, pois, de ser interessante a forma como discursos caducos, perfeitamente datados, continuam a perdurar aqui ou ali e até por corredores universitários. Converte-se, de forma mais ou menos automática, tipos de artefactos em tipos de pessoas. Não que identidades colectivas não se expressem através da cultura material, mas essa expressão não é um reflexo directo e, embora os objectos não andem sozinhos, os movimentos e a espacialidade dos grupos humanos não se justapõem na perfeição aos movimentos e distribuição espacial da (variada) cultura material que produzem.

Vem isto a propósito de estar a escrever um texto sobre algumas problemáticas do fenómeno campaniforme e ter olhado com um pouco mais de atenção para o tapete do rato do computador. Nele está estampada uma cena da tapeçaria de Bayeux, que representa um conjunto de cavaleiros normandos a caminho da invasão da Inglaterra saxónica. Uma imagem que, com as devidas adaptações de

equipamento, já passou (continuará a passar?) por algumas cabeças em relação aos campaniformes (cacos ou pessoas, é difícil de distinguir).

OBJECTOS (02.11.04)

Hoje no Público o Dr. Prado Coelho escreve sobre a importância dos objectos. Recomendo a leitura aos arqueólogos que ainda têm uma visão passiva da cultura material, uma visão do objecto como mero produto determinado pela cultura e tecnologia, os quais, paradoxalmente diga-se, são dos que mais se deixam emocionar e tocar pelos objectos do passado. Diz o Dr. Prado Coelho que na nossa preocupação com “os dramas do sujeito” nos esquecemos “da vida social e afectiva do objecto”. Nem mais. É o que a Arqueologia Contextualista anda a proclamar há 25 anos. Que o objecto é socialmente activo, que é produto mas simultaneamente veículo e influente nas práticas sociais. Que o Homem, ao dotar os objectos de sentido, lhes confere uma capacidade de comunicação e de actuação sobre o próprio Homem. Quantas e quantas acções (projectos de vida mesmo) são movidas pelo significado de objectos que pretendemos? Pensar o social sem objectos activos seria como pensar o Homem sem corpo. Há muito, também, que a filosofia diz que nós somos em interacção com as materialidades que nos rodeiam e que a dicotomia sujeito/objecto é apenas uma visão do mundo historicamente ancorada.

É pois interessante, muito interessante mesmo, esta chamada de atenção para a importância dos objectos no fenómeno social, sobretudo numa sociedade onde o seu carácter activo tem sido cada vez mais estimulado. Mas agora pergunto:

porque falou o Dr. Prado Coelho no assunto? Terá sido por influências de uma ciência social que tem como matéria prima fundamental os objectos na sua relação com o homem? Não é tola a hipótese, pois o Dr. Prado Coelho já participou em debates onde a perspectiva arqueológica estava representada. Poderá mesmo ter tomado contacto com o “theoretical drift” que a Arqueologia Contextualista imprimiu na abordagem da cultura material através de leituras da bibliografia da especialidade. Mas seria talvez ingénuo pensar que serão elevadas as probabilidades de assim ser. Ingénuo porque a Arqueologia em Portugal, que tal como nos outros países se reclama das ciências sociais, tem muito pouca visibilidade no que respeita, precisamente, ao seu carácter social. A sua visibilidade e a sua influência social fazem-se sentir no espectacular, no exótico, no aventureiro, no emocional (e aqui é mais uma vez bem visível o poder que o objecto antigo exerce sobre as pessoas). Mas o seu discurso social, no que de mais proveitoso poderia ter para contribuir para a compreensão do humano, parece acantonado, dentro dos limites da disciplina e de círculos de investigadores da área. Por isso acho bem mais provável que o Dr. Prado Coelho se tenha inspirado na filosofia ou sociologia para falar sobre o desempenho social do objecto, sem recorrer à disciplina que com mais propriedade deveria saber falar em público sobre o assunto, mas fala pouco e fala baixinho.

A “REVOLUÇÃO NEOLÍTICA” POR FAZER (04.11.04)

O fenómeno da Neolitização é uma das temáticas que, dentro da Pré-História peninsular, mais se tem mostrado estanque ao “theoretical drift” da Arqueologia contextualista

dos últimos 25 anos. Dominantemente, o processo continua a ser abordado de uma perspectiva que considera apenas os processos económicos, demográfico-adaptativos e tecnológicos. Ou seja, continua envolvido por um forte determinismo ecológico e por uma visão adaptativa da cultura, reduzindo o fenómeno a uma nova estratégia económica, que envolve novas tecnologias e materiais e uma nova relação com o território, (quase) sem uma palavra para os sentidos das acções dos homens que foram realizando a mudança.

Defendo que a análise do processo de neolitização deverá focalizar-se também nas percepções e representações simbólicas do espaço e da paisagem. A capacidade de produzir estimula a noção de transformabilidade do espaço, relativamente a um espaço dado e inalterável; a interacção identitária com a paisagem estabelece-se sobre novos fundamentos de maior emancipação do homem relativamente ao natural; as relações com o território assumem diferentes níveis de sedentarização, mobilidade, valorização e demarcação. O processo manifesta-se também na gestão da morte, na expressão artística e religiosa, na arquitectura, etc. A expansão da economia produtora deve ser vista como um processo diversificado e arritmado, em que o subsistema económico se encontra em constante interacção com outros subsistemas do todo social que, em situações e espaços diferentes, poderão desempenhar um papel tão ou mais importante na dinamização dessa transformação cultural global e na própria expansão ou adopção da economia produtora.

Já foi sugerido que a presença de muitos dos elementos da cultura material "produtora" (como a cerâmica) poderão ter inicialmente, entre comunidades de organização caçadora-recolectora, um carácter mais simbólico que propriamente funcional. O subsistema ideológico teria

aqui um papel particularmente activo na adopção, prática e expansão da economia produtiva e da cultura material associada, sem que sejam descartáveis razões de foro ecológico, demográfico ou outras.

A "domesticação económica" é acompanhada, se não mesmo em certas situações precedida, por uma "domesticação social e simbólica" estimulante da mudança económica e da inovação tecnológica, numa espécie de materialismo invertido. Trata-se da ideia de que o simbolismo estruturante da neolitização, ou seja, o controlo do selvagem e as representações e conceptualizações cognitivas que isso implica, estarão presentes desde o início do processo. Como diz Ian Hodder "(...) it is at least clear that the growth of Neolithic symbolism does not occur after the domestication of the economy" (Hodder, Domestication of Europe).

Na abordagem da neolitização à escala da sociedade e da longa duração, a ideia é, pois, resistir à centração, mais ou menos dogmática, nas alterações económicas e nas inovações tecnológicas, procurando, em cada comunidade, quais as vertentes do todo que são mais susceptíveis à inovação e ao desenvolvimento de tendências catalizadoras da mudança global.

No questionário devem, assim, surgir questões como: Que possíveis percepções teriam os agentes (ou grupos de agentes), nos casos concretos em estudo, das alterações em curso? Que opções dispunham e consideravam? Porque optaram por umas, rejeitando outras? Que resistências ou modificações sofrem as inovações ao longo do seu percurso de expansão/difusão? Como se processou a sua integração? De que forma as novas realidades materiais veiculam/geram as acções, as relações sociais, as identidades individuais e colectivas? Que "minorias inovadoras" intervieram na dinamização do processo e porquê? Etc.

É todo um questionário virado para a escala de análise do agente (difícil de conseguir) ou do grupo de agentes (mais acessível), e para a construção de discursos de carácter mais interpretativo, que tem estado ausente das abordagens da neolitização peninsular.

ESCUultores (06.11.04)

Ontem vi um documentário sobre Miguel Ângelo. Na parte dedicada à escultura de David, foi expressa admiração pela capacidade de olhar para aquele gigantesco bloco de pedra e “ver-lhe lá dentro” a figura que é hoje considerada a mais bela estátua. A própria personagem de Miguel Ângelo no documentário afirma que David estava dentro do bloco de pedra e que ele se limitou a deixá-lo sair.

A escultura é isso. A capacidade mental para idealizar uma forma no interior de um bloco de pedra, a capacidade mental de conceber uma sequência operatória e a capacidade técnica para a executar.

Estas capacidades cognitivas de imaginação e antecipação surgem pela primeira vez há cerca de 1,5 milhões de anos em África com o Homo Erectus. Produto final de uma operação mental (sapiens) e técnica (faber) conjugadas, o biface, instrumento cortante talhado em ambas as faces e realizado a partir de seixos, é o primeiro artefacto a revelar as capacidades de “ver” uma forma no interior de uma pedra, de mentalmente conceber uma cadeia operativa de procedimentos para “extrair” essa forma e a capacidade técnica para o fazer. Surgiram aí os primeiros escultores. Daí para cá diversificaram-se as matérias primas, apuraram-se as técnicas. Mas a capacidade cognitiva básica mantém-se: a idealização mental

do que não existe ainda materialmente e que permite que o objecto se transforme numa representação material da ideia. Esta foi, de facto, uma das portas abertas para a Humanidade. E este é também um exemplo de como a Arqueologia (a chamada Arqueologia cognitiva) pode dar uma mãozinha às ciências da mente.

DESERTOS E OÁSIS (21.11.04)

Recuperado, física e informaticamente, retomo a actividade bloguística sublinhando mais uma iniciativa no Porto, desta feita da ADECAP: seminário interdisciplinar sobre uma obra de Tim Ingold (que estará na FLUP em Maio de 2005). Mais um exemplo do que deve ser a “cultura universitária”, que continua a não ter eco nas restantes faculdades com Arqueologia em Portugal. E, contudo, à conversa com o organizador, ambos concluímos que o principal é querer, ter iniciativa. Os lamentos são, vezes demais, desculpas e pretextos para nada fazer. O que descapitaliza os lamentos fundamentados.

As particularidades desta iniciativa são, de facto, pouco comuns na nossa Arqueologia, ainda pouco dada a interdisciplinaridades que transcendam as realizadas no âmbito das arqueometrias e metodologias de campo. E as reuniões para discutir assuntos concretos ou obras entre investigadores de várias áreas das ciências sociais promovidas e/ou participadas por arqueólogos (com excepção do que vai acontecendo no Porto) são raras ou mesmo inexistentes. Não querendo ser determinista, até parece que o clima e o relevo terão a sua interferência. Todos sabemos que o sul de Portugal está a ser afectado por fenómenos de desertificação.

O seminário agora organizado faz lembrar outros panoramas universitários que não o arqueológico português. Recordando leituras recentes, cito as reuniões preliminares ao desenvolvimento das ciências cognitivas em Princeton, onde grupos de cientistas eram convidados a reunirem-se (por vezes durante longos períodos de tempo) para falarem sobre desenvolvimentos recentes das respectivas áreas de actuação nas investigações cognitivas, ou a versão inglesa, o Ratio Club, que reunia fisiologistas, engenheiros, físicos, psicólogos e outros investigadores que comungavam do interesse pela investigação da mente. Como toque revolucionário (ou anarca) este grupo tinha uma regra interessante e algo reveladora: qualquer membro que atingisse o estatuto de catedrático seria afastado, porque passaria a ter um controlo potencial sobre os restantes membros. Naturalmente, esta catedrática maldade seria uma injustiça para muitos, mas revela também um dos factores que podem estar na origem dos processos de desertificação.

COMO SE DEFINE A RELEVÂNCIA SOCIAL DE UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO? (21.12.04)

Eis uma excelente pergunta (de DK), de resposta difícil. Arriscando, contudo, diria que a relevância social de um sítio arqueológico nasce quando este congrega um conjunto relevante de sentidos (que podem ser múltiplos) para um conjunto de pessoas. Essa relevância será tanto maior, quanto esses múltiplos sentidos forem partilhados por números cada vez mais abrangentes de pessoas. Mas isto é num plano genérico, já que na prática a coisa é mais complexa e funciona a várias escalas. Em última instância

o património não existe sem a sua activação enquanto tal. Só existe depois de concebido e nomeado ou, simplesmente, vivenciado como tal. Por outras palavras, o património não são as pedras, mas determinadas vivências (relações) que se estabelecem na interacção entre as pessoas e essas pedras: pedras, sentidos e vivências associadas resultam numa valorização das primeiras como elemento patrimonial de relevância social.

A sua importância é, assim, resultado de acções sociais que remetem sobretudo para o campo das identidades, memórias, sentimentos, estéticas, curiosidades, conhecimento. Neste contexto, o património é, e será sempre, fluido e socialmente negociado e disputado, para além de ideologicamente e economicamente manipulado. Por isso o que é patrimonialmente relevante hoje poderá não ser amanhã; por isso produzimos e activamos permanentemente património.

Mas interferindo com esta dinâmica do fenómeno da patrimonialização, fazendo parte dela, existe o processo de oficialização do que é ou não é património. Esta oficialização acaba por interferir profundamente, funcionando como uma espécie de juiz destas disputas sociais, mas também como factor de estabilização da fluidez e da dinâmica que caracteriza os processos sociais “naturais” de patrimonialização. Acarreta também consigo uma certa “artificialização” do património, no sentido em que faz nascer como tal “objectos” que ainda não adquiriram relevância social, invertendo o processo. Aquilo que determinadas elites concebem como importante para as identidades e memórias colectivas, mas por estas ainda desconhecido, é constituído como património, que só depois partirá em busca de construir a sua relevância social.

Os dois processos funcionam em conjunto e interpenetram-se e o que me parece mais importante, para quem faz

gestão patrimonial, é a concepção de património como um processo social dinâmico de significação e de relacionamento. Não como um conjunto de objectos/sítios, extraídos aos respectivos contextos, apresentados isoladamente através de discursos oficiais cristalizados no tempo e sem concorrência. Mas lá estou eu outra vez com a poesia...

QUE REGISTRAR? (25.12.05)

A consciencialização de que a escavação é um processo "de autor" e destrutivo, impossibilitando o retorno à "fonte", tem gerado posicionamentos e práticas aparentemente antagónicas no que respeita ao registo feito pelos arqueólogos.

Por um lado, a escavação, porque é destrutiva, apenas permite uma leitura (as posteriores só podem recorrer ao registo que foi feito e observado). Por outro, a abertura da disciplina a novas problemáticas e temáticas criou uma grande avidez por dados, sejam eles de carácter arqueológico, paleoecológico ou outro. Gerou-se, assim, a ideia de que é fundamental o registo exaustivo das realidades em estudo. Que, numa descrição, seria melhor pecar por excesso que por omissão. A fixação no registo é tal, que por vezes este parece ser o objectivo último da Arqueologia e é quase assumido como uma "fotocópia" da realidade.

Numa outra perspectiva, aparentemente oposta, afirma-se a ideia de que a escavação, para além de destruidora, é um processo "de autor" em que as leituras produzidas não podem ser confundidas com a realidade em observação, sublinhando-se o carácter contextual, portanto relativo, do conhecimento produzido, tanto ao nível da interpretação e da explicação, como aos níveis mais baixos da produção de

dados e das escolhas metodológicas. O registo total é, assim, considerado uma miragem e é equiparado à crença positivista numa mente liberta de todos os constrangimentos e absolutamente objectiva. A observação e descrição totais são uma impossibilidade, pois são sempre o resultado de uma selecção. E essa selecção, assim como a investigação em geral, depende:

do posicionamento teórico do investigador; das suas escolhas metodológicas (teoricamente enquadradas); do questionário que orienta a investigação e das questões ideológicas que lhe subjazem (os documentos só respondem ao que lhes é perguntado e nós não perguntamos tudo, ou porque não temos meios, ou porque não consideramos importantes certas questões ou porque certos problemas ainda não existem para nós; dos recursos disponíveis (técnicos, financeiros, humanos); da própria organização "administrativa" da actividade científica (enquadramento legislativo e institucional); dos próprios condicionalismos biológicos da espécie (minimizados, mas não abolidos, pelo socialização e desenvolvimento tecnológico).

Conclui-se, pois, que os arqueólogos não registam acontecimentos passados mas realizam um acto contemporâneo de leitura, processo em que participam e que é relativo a determinado contexto, e que, da mesma forma, não registam a realidade existente em qualquer sítio arqueológico, mas sim uma leitura dessa realidade.

Estas duas posições, contudo, só aparentemente são contraditórias e ambas apresentam os seus perigos, se levadas ao extremo.

Efectivamente, a centração num registo exaustivo e desmedidamente minucioso pode resultar no transformar o registo no principal objectivo do trabalho arqueológico enquanto prática científica e na tendência para o confundir

com a realidade em análise, ou seja, numa pretensa objectividade absoluta. Por outro lado, a aceitação da dependência das “observações” e das metodologias em relação à teoria, ao questionário, aos recursos, etc. não poderá legitimar práticas preguiçosas, incompetentes e desonestas de “deitar fora, ou simplesmente não procurar, tudo aquilo que se considera não relevante, no momento e para o tipo de enquadramento teórico que seguimos”

RAPOSO, in Alarcão e Jorge, 1997: 58.

Falar de um registo mínimo vital não implica inconsciência da subjectividade que lhe está inerente nem do seu carácter contextual. Resulta tão só da inultrapassável necessidade de apresentar um corpo documental semi-neutro em termos de teoria, obtido através de recursos metodológicos actualizados e pensados, passível de ser aceite e usado por defensores de teorias diferentes, proporcionando uma gama de utilizações o mais ampla possível, guardando-se o confronto entre as diferentes posições teóricas para níveis mais elevados de explicação e interpretação.

A subjectividade inerente a qualquer registo poderá ser sempre minimizada dotando-o de replicabilidade, isto é, clarificando os critérios em que se basearam as “observações”, “avaliações”, “caracterizações”, “classificações”, etc., permitindo a sua crítica e utilização por outros investigadores. O que significa que não basta exigir um registo mínimo. É necessário que este seja acompanhado de uma clarificação dos conceitos e dos critérios que lhe subjazem. Por outro lado, os critérios em que assentaria um registo têm o seu período de vigência e deveriam ser periodicamente sujeitos a revisão.

Mas se estas considerações de natureza teórica podem ajudar a superar a questão da possibilidade e validade da existência de um registo mínimo, não ajudam a estabe-

lecer os seus limites. Dificilmente nos poderemos cingir a um único, por mais generalista ou mais rígido que seja. Não se confunda a busca de uma homogeneização de padrões de qualidade com o estabelecimento de procedimentos extremamente rígidos ou com a elaboração de cartilhas de actuação para serem seguidas sem critérios ou acriticamente. O patamar que se pretende alcançar terá que ser o resultado de um confronto permanente entre as diferentes perspectivas e sensibilidades existentes em cada momento. Deverá ser atingido através de debates abertos que envolvam todas as entidades que praticam a actividade, cujas conclusões consensuais sejam periodicamente transformadas em norma. Tal permitirá que esses padrões se vão adaptando ao evoluir da disciplina e das exigências sociais, contribuindo para um efectivo crescimento da qualidade da Arqueologia que praticamos.

Mas deste objectivo decorre igualmente a questão de quem estabelece as normas.

Deverá ser o Estado, através dos seus serviços, a definir e impor padrões mínimos de qualidade? Deverá ser o Estado a fazê-lo ouvindo previamente, e levando efectivamente em conta, a opinião das entidades e dos profissionais que desenvolvem a actividade? Deverá o Estado delegar nos profissionais do sector, organizados numa estrutura socio-profissional, a definição desses padrões mínimos e compartilhar com ela a avaliação do desempenho de quem faz Arqueologia? Ou, numa perspectiva diferente, deverá existir uma espécie de liberalismo, em que será a comunidade arqueológica e a sociedade em geral, actuando como mercado, a eliminar naturalmente aqueles que exibem padrões de baixa qualidade?

Parece claro que presentemente, face à juventude da moderna Arqueologia no nosso país, às deficiências que

ainda existem na sua organização como profissão e no seu enquadramento jurídico e perante uma sociedade civil ainda pouco exigente, a eficácia da definição de tais padrões dependerá, em grande parte, do suporte institucional que lhe for conferido.

TEMPOS (01.03.05)

No Sábado ouvi dizer que apenas nas Universidades se fazia investigação fundamental em Arqueologia. Tal não é desejável, para além de ser falso.

Por investigação fundamental entendia-se (assim foi descrita) uma investigação programada, com tempos próprios, sem grandes pressões.

Sem dúvida que essa é uma das funções da Universidade. Uma das suas missões, uma das suas vocações. E é por elas desenvolvida; melhor por algumas, pior por outras, como em tudo na vida.

Mas a Universidade está muito longe de estar sozinha neste campo. Outras instituições públicas e privadas o fazem. No trabalho de há muitos anos de museus, como o MAEDS, há investigação fundamental. No trabalho de organismos da administração pública também (no CIPA, ou no parque do Côa, por exemplo); nas autarquias ou, para falar de dentro, em algumas empresas (como a ERA no complexo arqueológico dos Perdigões).

Mas mesmo em contexto de minimização ou até de salvamento se pode fazer investigação (não, não se faz sempre, como alguns defendem). Há vários exemplos disso. Alqueva planeou a sua minimização através de projectos de investigação. Aí muito do trabalho, muitas das sondagens arqueo-

lógicas, foram previamente enquadrados por questionários e objectivos de natureza científica, embora estes, inevitavelmente, tenham sido condicionados pela natureza do empreendimento (na delimitação do espaço de estudo e no tempo, por exemplo).

Outros trabalhos de minimização e salvamento têm menos planeamento e tempo (compensados por vezes com mais meios), contribuindo para o avanço do conhecimento científico, gerando novos dados, problemas e respostas. Alguns dão origem a projectos de investigação programada: foi o caso, por exemplo, do Porto Torrão em que a REN resolveu financiar o estudo aprofundado dos importantes dados resultantes da minimização dos impactes de um apoio de uma linha de alta tensão, projecto que a comissão da avaliação do PNTA, constituída exclusivamente por universitários, entendeu não ser suficientemente importante para financiar.

Na realidade, não há investigações sem constrangimentos. Financeiros, de tempo, de recursos humanos e técnicos, etc.. E não poucas vezes o reclamar por tempo é alibi para nada de palpável se produzir. Um projecto de investigação deve ter um princípio e um fim, produzindo resultados, mesmo que depois seja aprofundado e mais desenvolvido. Foi isso que levou, por exemplo, o IPA a adoptar a metodologia de projectos utilizada pela então JNICT, com tempos que podem ir do 1 aos 4/5 anos, objectivos bem definidos, concretizáveis e orçamentados. Deixou muita gente incomodada, com saudades de uma investigação socialmente descomprometida (e portanto inútil), "livre" e ao sabor dos ritmos do investigador, que reclama permanente financiamento e promete, promete, promete...

5// Patrimónios

PATRIMÓNIO 1 (06-03-04)

Aparentemente o IPPAR terá autorizado a destruição de parte do Aqueduto das Águas Livres (Monumento Nacional) como consequência da construção de um troço da CRIL:

“A única atitude de um homem superior é o persistir tenaz de uma actividade que se reconhece inútil, o hábito de uma disciplina que se sabe estéril, e o uso fixo de normas de pensamento filosófico e metafísico cuja importância se sente ser nula.”

BERNARDO SOARES, O Livro do Desassossego, p.118

PATRIMÓNIO, “SOCIEDADE CIVIL” E O PROBLEMA DA DIVULGAÇÃO (15-03-04)

O património não existe em si. Ele é reconhecido como tal. O estatuto de património é uma atribuição contingente, logo só pode ser constituído como património aquilo que for conhecido.

A razão do investimento na inventariação, protecção e investigação do património só se justifica porque a este é atribuído valor. Valor esse que reside na sua “função” de materialidade (embora também já haja património não material) que permite o diálogo entre passado e presente, alimentando a memória e os jogos de identidade. Mas mais uma vez, o património só pode desempenhar esta “função” se for conhecido. Assim, o seu conhecimento é uma condição necessária

à sua própria existência e ao seu desempenho social, pelo que inventariar, proteger e investigar sem divulgar não serve de muito (a não ser para o pequeno círculo de “inventariadores, protectores e investigadores”). Ao contrário do muito que se diz e, sobretudo, se faz, a divulgação é a etapa mais importante, porque é nela que o património verdadeiramente se constitui como tal.

São, pois, legítimas algumas questões: Quem decide o que é património? Será o património instituível por decreto? Como está a ser divulgado aquilo que é considerado património (neste caso arqueológico)? A quem serve o património? Corresponderá a pulverização de patrimónios a um afronto à manipulação ideológica e tecnocrata do património?

PATRIMÓNIO ESTADO E “SOCIEDADE CIVIL” (16-03-04)

O património são os recursos materiais e orais que cada presente activa como elementos representativos de passados mais ou menos distantes ou de momentos contemporâneos, que assim se tornam em elementos activos na permanente construção de tradições, das identidades e memórias individuais e colectivas e em factores de disputa e legitimação político/territorial e ideológica. Ou seja o património é um recurso simbólico.

Neste sentido, e ao contrário do que é costume dizer-se, a existência de património é bem mais antiga do que o século XIX (onde se costuma localizar a emergência das preocupações patrimoniais). Eventualmente tão antiga como a humanidade. Na realidade, se pensarmos que uma comunidade neolítica olha para um dólmen já desactivado como um referencial na organização e legitimação de um território,

associando-o aos seus antepassados e a eventuais histórias partilhadas, verificamos que está a activar aquele contexto como património, ainda que não o formalize como tal.

Creio mesmo que é nesta formalização de algo como património que se encontra a originalidade da atitude que se desenvolveu a partir do século XIX. Aí e na progressiva institucionalização e industrialização que se foi constituindo, ao longo do século XX, em torno dessa ideia de Património.

Esta institucionalização facilitou algo que também não é propriamente novo: a manipulação ideológica e política do património, tal como há muito se já fazia com a História. Assim, no caso português, o património constituiu-se sempre como resultado da iniciativa do Estado. Podemos pensar nas intenções políticas do impulso legislador da I República (ao nível da classificação de monumentos nacionais) ou na utilização do património, nomeadamente o Arqueológico, ao serviço da ideologia dominante ao longo do Estado Novo. Durante este período, o património é definido a partir de cima e apresenta um discurso oficial unitário, legitimador e doutrinador. O Estado foi, até ao último quartel do século XX, o detentor do poder de “patrimonializar”.

Os últimos 30 anos têm vindo a alterar esta situação e o desenvolvimento global do país tende a laicizar a consciência patrimonial e os saberes. Essa laicização, naturalmente, tem gerado conflitos em torno da manipulação do património, com a “sociedade civil” a reclamar um papel mais activo na definição do que sente como património, na construção dos discursos que acompanham o património, nas gestão e fruição desse mesmo património.

Por isso fazem hoje sentido duas perguntas que há tempos coloquei:

Será possível ao Estado abdicar do seu monopólio sobre o património e superar um certo paternalismo relativa-

mente à sociedade civil, vista sobretudo como público para o discurso oficial e como imatura para proteger, gerir e pensar o seu próprio património?

Estará a sociedade portuguesa pronta para receber o modelo de um Estado que, sendo definidor de políticas gerais e um rigoroso fiscalizador, é capaz de reconhecer na iniciativa privada um papel interveniente na gestão do património e na produção de discursos (necessariamente mais plurais) sobre a memória colectiva?

PATRIMÓNIO E INICIATIVA PRIVADA (17-03-04)

Naturalmente que às duas questões de ontem subjaz sempre uma escolha ideológica. Uma perspectiva mais estatizante e dirigista, assumindo o património como uma área mais ou menos exclusiva de intervenção do Estado (Governo Central, municípios, instituições públicas), ou uma outra mais liberal em que, cabendo ao Estado um papel regulador e fiscalizador, se abre à sociedade a possibilidade de participar activamente em todo o “processo patrimonial”. Será fácil de perceber que perfilho esta última opção. Nomeadamente o que nela permite iniciativa e combate à imagem do consumidor de património passivo. Gosto de poder não pensar e gosto de pensar; gosto que pensem comigo e gosto que os outros pensem, mas não gosto muito que pensem por mim. No âmbito do património arqueológico, as últimas décadas têm assistido, por todo país, a inúmeras iniciativas de protecção, valorização, divulgação que não partem do Estado ou das instituições públicas, mas sim da “sociedade civil”. É o património a constituir-se como verdadeira vivência social. Contudo, esta dinâmica social em torno do património parece

ainda estranha ao Estado tecnocrata ou, melhor, a quem está no Estado e usa o poder do lugar para manter exclusivos, sob a capa da argumentação do “interesse público colectivo”. Um sinal desta “incompreensão” do Estado pode ser observado no Regulamento do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, onde a categoria B, relativa a projectos de valorização de sítios arqueológicos, apenas admite a concurso (e à aprovação necessária para a realização dos trabalhos) sítios que sejam classificados. Isto é, se um proprietário tiver, na sua propriedade, um sítio arqueológico não classificado e o quiser restaurar ou valorizar, não o pode fazer por ausência de cobertura legal para esse tipo de trabalho, a não ser que o insira num projecto de investigação científica (trabalhos de categoria A) ou se invente uma emergência qualquer (trabalhos de categoria C). Ou seja, o legislador nem sequer imaginou que alguém, que não o Estado, por iniciativa própria, pudesse querer valorizar o património arqueológico que se encontra na sua propriedade. Contudo, eles existem, e conheço vários casos de proprietários privados que estão a investir avultadas somas na investigação, valorização e divulgação de património arqueológico não classificado existente nas suas terras. E eles não estão simplesmente a substituir-se ao Estado nas suas funções, estão a fazer o que também compete à “sociedade civil”. O que o Estado deveria fazer era apoiá-los. Mas não. Prefere apoiar-se a si próprio.

PATRIMÓNIO: DO SÍTIO À PAISAGEM (18-03-04)

O desenvolvimento, nas últimas décadas, do conceito de Património Natural tem vindo a matizar o antropocentrismo que, inevitavelmente, sempre nos caracterizará.

A crescente acção destruidora sobre o planeta gerou sentimentos e preocupações que têm levado a um certo “retorno à terra”, processo que, entre outras coisas, tem conduzido a uma valorização patrimonial de elementos naturais, do território, das paisagens. Hoje temos formações geológicas classificadas, paisagens protegidas, pegadas de dinossauros igualmente classificadas, espécies igualmente protegidas, parques e reservas naturais, etc.

Em Arqueologia, a consciencialização de que o Homem só existe, só é explicável e inteligível, integrado no todo natural que o rodeia já tem uma longa tradição, de que se destacariam dois grandes “momentos teóricos”: um primeiro marcado pela Arqueologia Espacial (de características funcionalistas e muito ligado ao “site catchment analysis”) e um segundo ligado à Arqueologia da Paisagem (de tendências estruturalistas ou pós processualistas). A investigação deslocou-se do sítio e da comunidade para os territórios, redes de povoamento, paisagens, numa contextualização espacial abrangente que os explica e lhes confere sentido.

Como reflexo no “processo de patrimonialização arqueológica”, vemos hoje iniciativas que procuram proteger e valorizar paisagens culturais como contextos espaciais que permitem perceber de outra forma os sítios arqueológicos que encerram. Temos já algumas iniciativas entre nós, como o vale do Côa ou o recente concurso de ideias para a valorização do Vale do Ocreza. A legislação já se abriu à tendência, com a recente publicação do normativo relativo à criação de Parques Arqueológicos.

Contudo, esta nova concepção trás consigo grandes dificuldades que não são compatíveis com amadorismos ou iniciativas isoladas. A patrimonialização de paisagens arqueológicas têm que ser feita no contexto do ordenamento e gestão integrada do território nacional, tanto ao nível central,

como, sobretudo, regional e municipal (ou intermunicipal). É um processo com fortes implicações na vivência e no desenvolvimento de qualquer região ou local, pois não se resume ao preservar um contexto arqueológico, mas a procurar equilíbrios entre as várias tendências que operam em parcelas de território onde vivemos. O que só será possível se a Arqueologia amadurecer e souber comunicar com a sociedade, para, socialmente reconhecida, ganhar um lugar à mesa onde estas coisas se negoceiam e decidem.

USO PRIVADO E DESTRUIÇÃO PÚBLICA (21-03-04)

No Expresso de ontem, Fernando Madrinha, criticava a recuperação do convento dos Inglesinhos, no Bairro Alto, para ser transformado num condomínio privado. Protestava, também, contra a ausência de protestos relativamente à venda de património para usufruto de poucos. Devo dizer que o Bairro Alto está cheio de edifício setecentistas, mais ou menos apalaçados, grande parte em ruínas (que só investimentos privados poderão recuperar) ou que, transformados em escolas ou outros departamentos do Estado, foram “arruinados” por autênticos atentados arquitectónicos na sua adaptação a repartições e salas de aula sem condições. O convento dos Inglesinhos é um destes casos. Pelo que, se o Estado não sabe tomar conta do seu património (o convento dos Inglesinhos nem sequer está classificado), não me ofende nada que o entregue a quem dele poderá fazer alguma coisa (os azulejos dos Inglesinhos a que se refere Madrinha, por exemplo, estão a ser recuperados no âmbito do projecto). Quanto ao usufruto de alguns, a prática noutros países, como a França ou a Inglaterra,

demonstra o contrário, e o património em mãos privadas é aberto a visitas ao público.

Insisto em que o Património não é, não pode e não deve ser, um exclusivo do Estado. Aliás, os resultados estão há vista. No mesmo jornal, lá mais para a frente, noticiava-se que o IPPAR vai autorizar a destruição de 180m do Aqueduto das Águas Livres (este sim, monumento nacional) para a construção de um troço da CRIL. Vamos à Lua e não conseguimos arranjar soluções alternativas para viabilizar a obra sem destruir o aqueduto?

SENTIMENTOS PATRIMONIAIS (22-04-04)

A relação com o património é uma relação possessiva, como o é normalmente toda a relação humana que envolve sentimentos de pertença, identidade e amor. É interessante verificar que, após dezassete anos de trabalho em Fornos de Algodres, as “pedras” antigas passaram a ser vistas e vividas de outra forma em muitas freguesias, ao ponto de ser por vezes difícil, e em alguns casos impossível, levá-las para o centro de interpretação recentemente criado. As disputas pela “posse administrativa” de sítios arqueológicos emergem, lembrando “combates” semelhantes, mas mais “veementes”, em torno da localização de uma ou outra capela. O património arqueológico vai, aos poucos, constituindo-se como tal, acabando por entrar para a arena das disputas e rivalidades identitárias, onde é utilizado como recurso de união e diferenciação perante o outro, perante o vizinho. Definimo-nos pelo que somos e pelo que não somos, pelo que temos e pelo que não temos, em função de nós, mas também em função dos outros. Neste jogo identi-

rário o património ganha um relevo tal que, se não for bem gerido, poderá conduzir a situações “difíceis”. Devemos estimular a emergência de sentimentos patrimoniais fortes. Mas mexer com sentimentos requer sempre muito cuidado.

RELEVÂNCIA SOCIAL (27-04-04)

O incómodo epistemológico de que falava anteontem tem, claro, a sua aplicação arqueológica. Creio que qualquer arqueólogo conhece os chavões da justificação para a “sociedade civil” pagar para que os arqueólogos façam Arqueologia. Memória colectiva, identidade, sendo coisas tão importantes, começam a tornar-se banalidades e sobretudo palavras ocas de sentido prático, que se proferem a torto e a direito como fundamentação. Isto porque se evoca um desígnio social relevante, mas pratica-se o conhecimento pelo conhecimento. E às vezes nem isso, porque se chama conhecimento ao registo arqueológico e à descrição de materiais.

Tenho insistido em que o património não é prévio ao seu conhecimento, mas que se constitui precisamente com o seu conhecimento e valorização enquanto tal. Todo o discurso arqueológico dito científico só será relevante na construção de memórias e identidades se for partilhado. E essa é uma obrigação, para não dizer o objectivo, que muitos arqueólogos ainda não assumem. Estaria, contudo, a ser extremamente injusto se dissesse que tudo é assim. De facto muito tem sido feito no sentido de criar património (no sentido que lhe dou), sobretudo em muitas autarquias deste país, por acção de núcleos municipais, associações e arqueólogos individuais.

Mas uma grande parte da actividade arqueológica, seja

da investigação planeada, seja da prevenção e do salvamento, passam ao lado da "sociedade civil", que paga, mas não usufrui.

Como quer a investigação planeada ser financiada se nada de socialmente útil dela parece resultar aos olhos de quem financia?

Como querem as empresas que o mercado procure excelência e seja exigente, se poucas são as que investem em divulgação e em qualidade, para que o resultado do seu trabalho não seja simplesmente armazenamento de informação, que quem paga não percebe para que serve?

O crescimento da actividade arqueológica e a relevância social do papel do arqueólogo são indissociáveis de uma concepção consequente de conhecimento orientado por desígnios sociais relevantes. Um conhecimento verdadeiramente comprometido com a sociedade, que a transforma e que reflecte sobre essa transformação e sobre o papel que nela desempenha.

Ou não vale o que custa.

CONSERVAR PARA QUÊ? (26-05-04)

Há tempos, vindo do Porto de um colóquio intitulado "Conservar para quê?" escrevi qualquer coisa, e, num comentário, M.J.Matos fez-me essa mesma pergunta. Prometi resposta. Vale mais tarde do que nunca.

Num intervalo desse colóquio, eu e um colega (de conservação e restauro) discutia-mos essa pergunta. Ele observou, e eu concordei, que a questão da conservação era estrutural na existência humana. De facto, é a capacidade mental de conservar que permite que nos movimentemos no mundo.

Embora nem todas as capacidades mentais de conservação estejam presentes desde o início da vida (segundo Piaget a conservação de substância apenas se desenvolve por volta dos oito anos de idade: ex. da conservação da quantidade de água em recipientes morfológicamente diferentes), é certo que a nossa existência só é possível porque temos capacidade de conservar, memorizar. Dos três tempos, o presente "parece" ser o mais fugidivo, e as mais das vezes pensamos vive-lo em função de "seres projecto" idealizados e ambicionados (aspirações), mas cujas referências provêm de memórias e experiências passadas permanentemente presentificadas. Mas os três tempos estão de tal modo interligados, que poderíamos dizer que é só um: o Presente.

Aqui o importante é associar "conservar" a "presentificar". O existencialismo (por inerência presentista) de Sartre leva-o a dizer (na sua Náusea) que "O melhor seria escrever os acontecimentos dia a dia. (...) Está claro que já não posso escrever nada com nitidez sobre aquelas histórias de sábado e de anteontem, já estou muito longe delas." Afirmação que gera confusão a quem perspectivar a memória como "o passado". Mas não, memória é presente. É uma presentificação de vivências passadas. É uma recordação e uma interpretação do agora, sobre "vestígios" de um passado mais ou menos distante. Por isso, "a frio" as coisas parecem outras do que quando "a quente". E são de facto outras.

Neste sentido, "conservar" um sítio arqueológico representa a materialização de ideias presentes sobre algo do passado. Não conservamos o passado. Materializamos o presente a pensar o passado. Porquê? Porque sem referências não há memória, sem memória há não consciência e sem consciência não há Homem.

"Conservar para quê?" Para viver, para ser, para existir projectando.

Eu já andava admirado. A época balnear teve início e ainda não tinham começado a surgir as tradicionais notícias “de Verão”, as que saem quando, seguindo os critérios jornalísticos, não há nada de importante a relatar. As notícias sobre Arqueologia são, normalmente, notícias de Verão. Até porque tradicionalmente (apenas com a Arqueologia empresarial a situação se alterou) só decorriam escavações arqueológicas no Verão. Mas, pensando bem, este início balnear tem sido fartinho em acontecimentos de grande projecção mediática, pelo que a época das notícias “light” chegará lá mais para a frente.

De qualquer forma, no Expresso de ontem, citando o Diário das Beiras, lá vinha uma noticiuzinha sobre Arqueologia. O título não deixa dúvidas: “Coimbra descobre cela de S. António.”

Quando fiz o secundário, lá para os finais dos anos 70, altura em que as disciplinas mudavam todos os anos e em que os alunos eram introduzidos a tudo e mais alguma coisa, tive Introdução ao Jornalismo. Aí aprendi algumas das técnicas de redacção de uma “boa notícia” e que o título era sempre muito importante. Devia captar a atenção do leitor e levá-lo a ler a notícia, mesmo que para isso “desinformasse” um bocadinho. Depois, se juntar-mos isso ao tradicionais superlativos com que são embrulhadas as notícias de descobertas (o maior, o único, etc.), temos uma boa notícia de Verão, capaz de manter o veraneante mais curioso interessado durante breves segundos.

É o caso. Senão vejamos: na notícia a questão da cela de S. António é colocada no condicional, enquanto no título surge numa afirmativa. Depois a argumentação e as evidências apresentadas são de uma solidez inquestio-

nável: sabe-se que o popular santo terá estado no convento em questão, que os vestígios da cela encontrada se situam “no local aproximado que a tradição popular aponta” e que a cela é pequena e, portanto, condizente com o despojamento material que todos reconhecem ao dito santo. Fez-me logo lembrar aquela curiosa atribuição (esta publicada em artigo pelos autores e não em jornal por jornalistas) de um sítio arqueológico ao Neolítico Antigo porque tinha mós pequenas e como na altura as populações ainda apresentavam estratégias de ocupação do território de grande mobilidade, se fossem mós grandes ...

Mas voltando à notícia da Coimbra, é mais um exemplo acabado do sensacionalismo e da inconsistência a que a disciplina se tem de submeter para ter visibilidade mediática (necessária, por exemplo, para o seu financiamento ou justificação e capitalização política e de imagem). Em grande medida a responsabilidade nem é dos arqueólogos (embora nalguns casos a tentação mediática seja incontável). Neste caso quem fala ao jornal é o vereador da cultura e é ele que apresenta a impagável argumentação. Mas também não garanto que não tenham existido umas pinceladas da lavra do jornalista, para além do título, claro. Já falei para jornais, e por mais do que uma vez, sobre descobertas arqueológicas para depois me surpreender com o que foi impresso, mesmo entre aspas. Por isso é sempre grande a ansiedade até a notícia estar cá fora. Nunca se sabe o que é que vai sair (mesmo entre aspas, repito), mas uma coisa parece quase certa: a tónica nunca aparece onde o arqueólogo a colocou (embora existam excepções no bom e no mau sentido).

Serve esta conversa toda para dizer que este tipo de notícias não é divulgação arqueológica. Aspectos importantes, centrais à investigação e às razões da realização dos trabalhos, normalmente não interessam aos jornalistas, que apenas

procuram sensacionalismos, coisas exóticas, polémicas e, se possível, algum sangue. Recentemente, ao participar numa entrevista televisiva, nada de particularmente interessante consegui dizer sobre o trabalho que estava a ser feito em Fornos de Algodres, pura e simplesmente porque os autores da dita não estavam interessados no eu tinha para dizer, mas na história que já tinham concebido e para a qual apenas precisavam de figurantes. Desta forma, os arqueólogos para verem o seu trabalho conhecido publicamente (uma das razões que o justifica, como não me canso de afirmar) acabam por ceder a estes “requisitos” mediáticos. E assim se vai construindo um imaginário sobre a Arqueologia e os arqueólogos que pouco tem a ver com a realidade. Cada vez mais vivemos do outro lado do espelho.

E como dizia António Carlos Silva ao abordar o papel dos “media” na imagem da Arqueologia: “Julgo, porém, que a tentação para a valorização do pretensamente insólito ou do extraordinário, continuará a contribuir para uma visão hollywoodesca da Arqueologia, desligada de toda e qualquer realidade local e, portanto, cultural e socialmente inútil.”

RETORNO SOCIAL (01-07-04)

Já abordei este assunto, creio mesmo que por mais de uma vez, mas acontecimentos recentes levam-me a ter vontade de a ele voltar.

Muita gente defende a importância da Arqueologia, evidenciando o seu papel na construção das memórias colectivas, nos sentidos de identidade e na compreensão dos fenómenos sociais. Já o afirmei: é um discurso que se repete na altura de justificar subsídios, investimentos ou obrigações que

decorrem de impactos negativos.

Com demasiada frequência, contudo, os resultados de tão importantetrabalhosocialficam-seporumatese, feita para o círculo de especialistas de determinada área e para progressões na carreira e valorizações curriculares; ficam-se por relatórios (nem sempre de grande qualidade) nos arquivos da tutela nunca divulgados; são publicados (por vezes muitos anos depois) em revistas da especialidade formatadas (no discurso e no design) para o referido círculo restrito. E o retorno social não se verifica.

Felizmente, há cada vez mais arqueólogos que assumem a sua missão profissional até ao fim. Os trabalhos de valorização e divulgação vão surgindo, com dimensão, qualidade e filosofias variadas. O património e o conhecimento sobre ele produzido, com mais ou menos recursos, vão sendo postos à disposição das populações. Mas a prática não está ainda generalizada e, com frequência, é pontualmente realizada por alguns como meio de afirmação social e exibição pessoal, onde o papel reservado à sociedade civil é o de público para protagonismos.

A situação tem vindo a agravar-se na Arqueologia de minimização e salvamento, onde a maioria dos agentes não se tem preocupado, nem dá mostras de se vir a preocupar, com a divulgação dos resultados mais significativos do seu trabalho. Depósitos entulham-se de materiais, arquivos entulham-se de relatórios, mas muito de tudo isto tem sido pouco ou nada útil. Nem junto do público em geral, nem junto da comunidade profissional do sector. Porque será?

Investem-se avultadas quantias em processos de minimização patrimonial, mas esse património constitui-se apenas como “patrimóniozinho”. Destruído por necessidade de construir uma qualquer via ou coisa do género, vendo os resultados do trabalho realizado ficar apenas no conhecimento de meia

dúzia de iniciados ou veteranos, é caso para perguntar como é que esse património contribui para o desenvolvimento do conhecimento disciplinar, para a memória colectiva, para os processos de identificação ou para a compreensão dos fenómenos sociais por parte de uma sociedade que, de uma maneira ou de outra, pagou esses trabalhos.

Não estranhem, pois, que a maioria das pessoas continue a não perceber porque se gasta tanto dinheiro com a Arqueologia, que chame aos arqueólogos, na melhor das hipóteses, empatas e que procurem convencê-los, parece-me que com progressivo sucesso, a olhar para o lado.

A ausência de retorno social ao investimento em Arqueologia tem como retorno a ausência de interesse social em financiar a Arqueologia.

ONDE ACABA O PATRIMÓNIO? ONDE O HOMEM NÃO CHEGA!

(27-09-04)

Voltei das minhas lides alentejanas. Não estive muita gente colóquio. Problema essencialmente para quem não foi, pois penso que acabou por valer a pena lá ter ido. Muito se ouviu relativamente aos problemas dos impactes ambientais, muito concretamente sobre o património; vários problemas se levantaram e algumas possibilidades de resposta foram aventadas. Dois aspectos me preocuparam particularmente: a dicotomia teoria / prática, aqui sob a forma de investigação / trabalho técnico, e a questão da definição de património. Para já, digo qualquer coisa sobre a segunda. Creio, (já não tenho bem a certeza e não me apetece ir ver) que já disse qualquer coisa sobre o assunto há uns meses.

A ideia com que facilmente se fica nos debates destes temas

é que o património é um conceito em permanente generalização, abarcando e agregando cada vez mais temas, aspectos, materialidades, caminhando a passos largos para uma visão holística, totalizante (tudo é património). O que na minha modesta opinião significa, se não fizermos um esforço disciplinador (ainda que de uma disciplina necessariamente dinâmica), caminhar para a sua inoperacionalidade, tanto por causa da abrangência totalizante, como pela arbitrariedade de tendência atomista em que poderá cair.

Hoje, património são os vestígios materiais do passado, como os arqueológicos, os arquitectónicos, as paisagens antropizadas, etc, mas também os elementos imateriais, avançando-se para a patrimonialização de "produtos" intangíveis, que vão de uma canção, a qualquer tipo de práticas (maneiras de fazer) ou até de gestos, movimentos e ideias. O património começa, aos poucos a ser sinónimo de vivência humana total, na sua relação social e com o meio, tanto relativa ao presente como ao passado.

A pergunta que se coloca é, pois, como conciliar esta visão cada vez mais abrangente e holista, com um trabalho pragmático de estudo de impacte ambiental.

Foram avançadas algumas ideias, como um escalonamento de importância, mas o problema existe e só tenderá a agravar-se. Sobretudo porque várias áreas de abordagem do fenómeno social se vão institucionalizando (entrando no "sistema disciplinar" e no universitário, com a consequente produção de "profissionais" ávidos de exercer a sua profissão); porque a especialização vai aumentando (o que aumenta a compartimentação dos enfoques, dando origem a mais perspectivas de abordagem), o que resultará sempre num maior número de pressões "corporativas" para o alargamento dos âmbitos de avaliação deste tipo de estudos.

Normalmente, depois, estes fenómenos desencadeados

a partir de cima são interiorizados pelas populações, as quais começam, também elas, a “sentir” esses patrimónios, tornando-se naturalmente exigentes relativamente a eles. Em suma, o património é uma dinâmica social e não algo de estático e exclusivamente material que se defina e delimite de uma vez por todas. Trabalhar com patrimónios é como trabalhar com o conhecimento. Reconhecendo-lhe a sua contingência e dinâmica, é necessário criar-lhe plataformas provisórias de preposições tidas como verdadeiras. Com o património passa-se algo de semelhante e urge discutir e começar a construir essas plataformas.

Será pois, penso, altura para um congresso, sério e consequente (significa isto, com a presença de várias perspectivas e agentes envolvidos, munidos de uma atitude pró activa e de um pensamento reflectido), que procure criar uma plataforma de entendimento para os próximos anos (já que a produção dos recursos patrimonializáveis é permanente), a qual tenha aplicação prática, informando os estudos de avaliação patrimonial e de avaliação e minimização (correção, no dizer dos colegas de Compostela) de impactes.

DIVULGAÇÕES (06-10-04)

Aos poucos vai-se consolidando, entre a comunidade arqueológica portuguesa (mesmo entre a académica), a ideia de que é fundamental investir (dinheiro e trabalho) na divulgação pública dos contextos e discursos arqueológicos. A concepção de que uma das finalidades do discurso científico é, como dizia Mattoso, transformar-se em senso comum, lá se vai aos poucos enraizando, levando as pessoas a perceber que a sociedade civil só suportará os avultados

investimentos que a Arqueologia cada vez mais consome se perceber nesta um retorno social que valorize.

Tenho constatado, contudo, que se vai muitas vezes criando um grande fosso (não sei se defensivo) entre os “discussões de ponta” na disciplina e os discursos disponibilizados ao grande público. Estes são frequentemente demasiado “primários”, antiquados, continuando a transmitir interpretações largamente questionadas nos debates internos da disciplina ou ignorando novas perspectivas de investigação. A argumentação tem sido de que o público só consome se for simples, directo e que não obrigue a pensar muito. Que o público quer “a papinha já feita” e que não se interessa pelos problemas e pela maneira como a “ciência arqueológica” é feita. Por outro lado, às vezes os discursos são de tal forma “intimistas”, que só com grande esforço se percebem. Ou seja, existem ainda muitos arqueólogos que têm uma visão algo paternalista do “público” ou simplesmente uma atitude de “falar para si próprio”, abdicando da sua missão formativa, dando ao público, não o que têm (ou deveriam ter) para dar, mas o que acham que o público quer, quando, de facto, pensam nele. Sobretudo, confunde-se o formato da informação, que naturalmente tem que ser apelativo, atractivo e adequado para a diversidade de públicos existente, com simplicidade e superficialidade de conteúdos.

Enquanto as problemáticas disciplinares vão alterando o discurso científico, dando origem a vários discursos concorrentes entre si, o discurso único simples e repetitivo (ou mais ou menos impenetrável) para “o turista” ainda se vai mantendo.

Comentários:

Pois é. Para já não falar da “síndrome da grande descoberta” que insensatamente afecta muitas das divulgações de trabalhos em curso, quiçá para ganhar as atenções dos “media”, dos financiadores ou do distinto público. Quantos arqueólogos aparecem

a anunciar, bombasticamente, achados “únicos”, ou que revolucionarão o estado actual dos conhecimentos, ou que serão “os maiores” ou “os mais antigos” na sua espécie, fazendo rebolar de riso os seus confrades e até os amadores mais informados? E quantos não são forçados a “engolir” posteriormente as cronologias e outras conclusões que apressada e levianamente anunciaram?

Que os “media tenham esse tipo de discurso é, talvez, difícil de evitar. Não se compreende é que os próprios arqueólogos o promovam deliberadamente. E que, ainda por cima, depois se venham queixar de que o público continua a vê-los como “Indiana Jones”...

Gomez (06.10.04)

BAIRRO ALTO (10.10.04)

Tenho acompanhado com interesse as manifestações em torno do Convento dos Inglesinhos no Bairro Alto. Acontece que o departamento que coordeno realizou ali sondagens arqueológicas de diagnóstico. Trata-se de um sítio interessante, com uma bela vista do terraço (uma das melhores) sobre Lisboa. Discordo, contudo, que o edifício, no seu conjunto, tenha um elevado valor patrimonial; o mais interessante era o conjunto de painéis de azulejos, que estavam, contudo, a ser restaurados. Mas é uma opinião pessoal que vale o que vale. Além disso está extraordinariamente descaracterizado pelas últimas utilizações como escola. Acho até estranho que na altura ninguém tivesse dito nada contra essa descaracterização.

Não conheço o projecto e sei apenas que parte do jardim iria ser mantido. As árvores centenárias também. Não sei se este projecto teve uma espécie de “estudo de impacte ambiental ou social”, pois penso que uma obra deste tamanho numa zona daquelas talvez devesse ter qualquer coisa do género.

O que não deixa de me impressionar negativamente é que este caso vem juntar-se a uns quantos outros, também naquela zona da cidade, em que os edifícios estão a cair (literalmente) aos bocados e ninguém faz nada, mas quando aparece um

projecto de recuperação surgem só dificuldades. Um já vai com uns seis ou sete anos e um número igual de projectos que nunca satisfazem os técnicos da câmara. O edifício, um “palácio” totalmente descaracterizado por uma outra escola que lá funcionou, já tem partes a cair. Outro, que percorre o mesmo calvário, já viu a sua fachada traseira ruir há dois anos e está seguro por ferros. Basta uma ligeira tremedeira e...

Ou seja, os edifícios históricos naquela zona da cidade, como provavelmente noutras, estão a cair. Muitos foram em grande parte descaracterizados por usos públicos do próprio Estado, o qual não fez rigorosamente nada para os conservar. Mas as dificuldades que são colocadas aos investidores privados que os querem recuperar (seja para condomínios de luxo, seja para hotéis, seja para outra coisa qualquer) são enormes. E eles lá vão continuando a cair.

Há, de facto, na defesa do património em Portugal um problema ideológico grande (relativamente a investimentos privados que mexam com património), algum fundamentalismo preconceituoso e algum abuso de poder administrativo (que se julga correcto e justificado, como forma de contrabalançar o poder económico).

Enquanto o património for motivo de fractura em Portugal entre aqueles que supostamente lutam pela sua protecção e os outros, os que supostamente o pretendem destruir em busca do lucro, continuaremos na puberdade e na imaturidade cívica e quem sairá penalizada será a sociedade portuguesa no seu conjunto. Há pois que evoluir, há que procurar compromissos, há que perceber que não se pode (nem se deve) preservar tudo, independentemente da sua importância. Perceber que as coisas consensualmente menos significativas, depois de convenientemente registadas e interpretadas, não devem impedir o rejuvenescimento. Que se deve condicionar e impedir, mas com bom senso.

E há que não ter receio de assumir a escolha do que é e não é significativo, desde que esta seja fundada numa sólida argumentação técnica e sustentada por um comportamento ético irrepreensível. Senão, uns prédios caem enquanto outros, com arquitectos de nome mais sonante, podem mexer com partes do património sem grandes problemas.

Há sobretudo que entender que o património cresce todos os dias, não só porque novas coisas aparecem, mas porque a outras coisas é concedido o estatuto de património. Os dinheiros públicos não dão conta, e darão cada vez menos, das necessidades de toda esta massa de bens materiais e imateriais que aumenta e se degrada diariamente. Não é só aos empresários e grande promotores de obras que se deve pedir uma nova atitude no sentido de preservar e valorizar património, que é cada vez mais uma tarefa para todos.

E finalmente repito: a sociedade civil só suportará os avultados investimentos que o património cada vez mais consumirá se perceber neste um retorno social que valorize. E já agora, haverá algum problema que nesse retorno social esteja incluído também algum retorno financeiro? Cruzes credo!!!

PATRIMÓNIO IMATERIAL (18.10.04)

Falei nele há dias, a propósito dos Estudos de Impacte Ambiental. E aí está. Candidatura da tradição galaico portuguesa (tradição oral associada aos ciclos da natureza e à relação que com ela estabeleceu o homem naquela região da península) a Património Imaterial da Humanidade. É a explosão do conceito de Património. Suponho que em todas as partes do mundo existirão formas de vida a serem

transformadas, a desaparecerem. O problema, contudo, está em patrimonializar vivências, pois problemas éticos e de autenticidade rapidamente se colocam. As vivências são sistemas. Por isso não se pode esperar destruir ou proibir certas partes (como touros de morte, ou trabalho infantil, o analfabetismo) e conseguir preservar outras. Por outro lado o "congelamento" de comunidades como forma de preservar vivências, para além de impossível, seria eticamente insustentável. Todos temos direito ao devir histórico.

O contexto de muitas vivências que se querem preservar está a morrer ou já morreu e com ele as vivências genuínas. O que se preserva são memórias ou quando muito recriações muito parciais (e frequentemente ao gosto urbano e de acordo com os valores dominantes) dessas vivências. O que não deixa de ser uma preocupação legítima, embora sempre sujeita a polémica. O que espero é que as suas materializações se afastem daquelas em que os Busquiman largam o carro e a roupa cidadina atrás da moita, pegam num arco e flecha e vão para o mato durante o dia para entreter turistas. A genuinidade das vivências não é fácil de manter fora do sistema que as gerou.

A PROPÓSITO DE UM DESENHO (02.12.04)

Uma das situações que sempre considerei como uma evidência de que os arqueólogos falam para si próprios é, a par da tradicional convivência entre pré-históricos e dinossauros, a da representação das antas com umas pedras ao alto com uma tampa.

Na sociedade civil (que neste caso corresponde aos não arqueólogos) não é vulgar encontrar quem, sabendo o que

são antas, saiba também que elas não se restringem à arquitectura acima exposta. Que, embora o que resta de muitas seja esse aspecto, a sua arquitectura é variada e, sobretudo, que uma anta “novinha em folha” tinha um aspecto muito diferente. Que a escolha dos seus locais de implantação obedeceu a constrangimentos e estratégias específicas.

Estas câmaras (com ou sem corredores associados) de grandes pedras eram quase sempre cobertas por um tumulus de terra e/ou de pedra (com variantes arquitectónicas que podem ser significativas) que transformava o monumento numa pequena colina. As estruturas internas de grandes monólitos eram, na maioria das vezes invisíveis. Estas colinas artificiais poderiam ter fachadas ou átrios. Poderiam ser gigantescas ou pequenas, praticamente dissimuladas na paisagem. E todas as possibilidades e variantes arquitectónicas faziam parte da edificação de cenários de rituais enquadrados por concepções mágico religiosas de grande abrangência transregional, mas com expressões regionalizadas, sem as quais a arquitectura destes sepulcros não pode ser totalmente compreendida e captada.

Pouco disto passa e no imaginário colectivo uma anta continua a ser um conjunto de pedras ao alto com outra por cima. E esta imagem, que aparece em sinaléticas de património, em logotipos de associações e museus, em bandas desenhadas, nos trabalhos escolares ou em rótulos de garrafas de vinho, acaba por se autonomizar como símbolo, como referência de um tempo simultaneamente longínquo e ancestral. Um símbolo com vida própria no presente e que sintetiza todo um período da humanidade. E por isso mesmo, as antas estão frequentemente em vantagem face a outros patrimónios arqueológicos que circulam menos pelos imaginários colectivos.

6// Outros comentários holocénicos

ATENTADOS E HIPOCRISIAS MULTICULTURALISTAS
(11-03-04)

Não simpatizo muito com o senhor, mas retive uma afirmação do nosso Primeiro Ministro na comunicação que realizou a propósito do atentado de hoje em Madrid: “...o terrorismo é um mal absoluto.”

O século XX matou o “absoluto”. Contingência, contextualidade, historicidade proporcionam agora o enquadramento relativo de qualquer acção, facto, fenómeno, etc. Com a morte do absoluto morreu também a objectividade absoluta (decretada pela física quântica), transformando-se o conceito de objectividade numa subjectividade controlada através de processos reflexivos. Este processo de relativização da verdade, e portanto dos valores, foi acompanhado pelo fenómeno denominado por multiculturalismo, ou seja, a capacidade de reconhecer nos outros o direito às suas especificidades culturais, de tentar interpretar os comportamentos dos outros no quadro das respectivas contingências históricas, de assumir a diversidade cultural e a igual validade dos princípios que orientam as diversas culturas.

Contudo o multiculturalismo é, talvez, a maior hipocrisia da pós modernidade. Na realidade, o multiculturalismo não existe. Acolhem-se e defendem-se os aspectos culturais que nos são aceitáveis (cultural e ideologicamente) e negamos aqueles que a nossa cultura, a nossa estética, a nossa ética, a nossa visão do mundo, a nossa ideologia

não nos permite aceitar e conviver com. Não aceitamos a amputação genital das mulheres como uma tradição cultural com legítimo direito à existência. A este tipo de comportamentos retulamos, normalmente, de contrários aos direitos universais da humanidade. Mas os direitos universais do Homem têm muito pouco de universal. Eles foram germinando no mundo ocidental e no seu contacto com outras civilizações ao longo de séculos, mas são essencialmente uma construção europeia. O seu decretar como universais, feito no contexto da apologia da racionalidade humana modernista durante as luzes e revoluções liberais (com especial relevância para a francesa e americana), não é mais que o decretar a universalidade de um particular, de uma visão do mundo, de uma ética completamente estranhas a muitas culturas do planeta. A globalização tem-se encarregue de consolidar essa universalização, mas o fosso que cada vez mais se abre entre ocidente e mundo islâmico é o sinal de que os fundamentos de tal universalidade não existem.

O multiculturalismo, que resulta de um saudável pensamento relativizador, degenerou numa espécie de vergonha que o mundo ocidental desenvolveu sobre o seu próprio percurso histórico, que necessita urgentemente de ser ultrapassada. A compreensão do outro, a contextualização das suas atitudes não pode redundar num relativismo extremo amoral. Mesmo quando Karl Popper tentou a construção de uma teoria geral objectiva do conhecimento científico, afirmou a indiscutível essência ética de toda a actividade científica. Não nos podemos relacionar com os outros de forma saudável sem assumirmos os nossos valores, a nossa moral, sob pena de não existirmos.

Com a teoria da relatividade apenas um absoluto ficou: o de que tudo é relativo. Durão Barroso afirmou a sobrevi-

vência de outro: o terrorismo é um mal absoluto. Assumo os meus valores. Não aceito que o terrorismo seja desculpabilizável sob qualquer ponto de vista. Não me venham com mais “condenamos, mas...”.

SEM TÍTULO (19-03-04)

“A vida passa sempre aquém do possível” (Modesto Navarro, em entrevista no Aquienordeste (.blogspot.com)). Uma imagem muito actual do Portugal de hoje.

SEM TÍTULO (20-03-04)

“Vereis, por outra, gentes de opinião, passadas superiormente por cursos, e, uma vez na altura oficial, não saberem distinguir pessoas de formigas, e outras vertigens dos sítios altos...”

ALAMADA NEGREIROS, Nome de Guerra

SOBRE O ABORTO (25-03-04)

Um comentário de JVC do Professorices (blogspot.com) relativamente ao aborto e à origem do Ser suscita-me o presente texto que, por extenso, não o reproduzi na sua caixa de comentários.

A ideia de “ser potencial” não é “meramente” religiosa. É também filosófica. Lembra-me o Dasein de Martin

Heidegger e o seu Ser-aí no mundo. Este é um ser possível, um ser em construção num horizonte de possibilidades. Mas o conceito de Heidegger implica uma quebra da divisão Sujeito-Objecto e, naturalmente, a contestação da metafísica. A separação corpo/mente é superada, pelo que procurar a origem ontológica do ser num ponto a que se reporte a formação da mente me parece problemática. O próprio Heidegger afirmava que a possibilidade está acima da realidade. Ou seja, o potencial de se ser é superior a ser-se. Nas suas palavras, somos seres-projecto.

A interrupção da gravidez, voluntária ou não, será, neste sentido, sempre uma interrupção de um ser projecto.

Penso por isso que a discussão não tem solução se se centrar em torno da definição de um momento para a génese ontológica do ser humano. Esta terá que ser uma discussão pragmática, que, por ter uma forte interferência ética, deverá responder dentro do mais amplo consenso possível às contingências sociais. E por que estas são contingências, mudam. Logo não há respostas definitivas. Talvez determinadas medidas apresentadas como provisórias desencadeiem menos resistências.

Obviamente junto de fundamentalistas há pouco a fazer.

SEM TÍTULO (28-03-04)

“Alguns têm na vida um grande sonho e faltam a esse sonho. Outros não têm na vida nenhum sonho, e faltam a esse também.”

BERNARDO SOARES, O Livro do Desassossego

UMA PERSPECTIVA DE BLOGOSFERA (02-04-04)

“Banalidade do acontecimentos, banalidade do mundo (...): mediocridade geral dos modos de vida, vulgaridade dos valores reinantes, nulidade da comunicação mediática (...) A banalidade...do pensamento.

(...) Já não o erro, ou a superstição, ou as ilusões da razão, ou ainda a razão mesma (...) mas pior, muito pior: mil vezes preferíveis às verdades banais os erros grandiosos e as ilusões sublimes.

Resistir à banalidade, ao controle, aos poderes da comunicação e do mercado, promover acontecimentos incontrolláveis e, com eles, comunidades descomunicantes, toda uma contra-comunicação activa (...)”

SOUSA DIAS, Esforços de Guerra

Eis uma boa proposta para uma blogosfera. Com prazer, crítica e optimismo, e com curiosidade pelos resultados.

SEM TÍTULO (02-04-04)

“I know I was born and I know that I’ll die, but the between is mine. I am mine.”

PEARLJAM

A PEDIDO E A PROPÓSITO (15-04-04)

“Ter opiniões é estar vendido a si mesmo. Não ter opiniões é existir. Ter todas as opiniões é ser poeta.”

BERNARDO SOARES, Livro do Desassossego.

Comentários:

"The relations of poetry are, for our period, very close to the relations of science. It is not a matter of using the results of science, but of seeing that there is a meeting-place between all the kinds of imagination. Poetry can provide the meeting-place. (...) A poem is not its words or its images, any more than a symphony is its notes or a river its drops of water. Poetry depends on the moving relations within itself. It is an art that lives in time, expressing and evoking the moving relation between the individual consciousness and the world.

The work that a poem does is a transfer of human energy, and I think that human energy may be defined as consciousness, the capacity to make change in existing conditions. It appears to me that to accept poetry in these meanings would make it possible for people to use it as an "exercise," an enjoyment of the possibility of dealing with the meanings in the world and in their lives."

Muriel Rukeyser, *The Life of Poetry*

Cassandra (16.04.04)

AOS DEUSES DAS ALTURAS (17-04-04)

"À minha incapacidade de viver crismei de génio, à minha cobardia cobri-a de lhe chamar requinte. Pus-me a mim, Deus dourado com falso ouro, num altar de papelão pintado para parecer mármore.

Mas a mim não enganei nem a consciência do meu enganar-me."

Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*.

AGIR (24-04-04)

"Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde está o palácio se o não fizerem ali?"

BERNARDO SOARES, *O Livro do Desassossego*.

Como diria o mesmo Pessoa noutra local com outro nome, parece que os portugueses ficaram desempregados depois de descoberto caminho marítimo para a Índia.

IDENTIDADES (UM ASSUNTO PARA O MÊS DE MAIO) (30-04-04)

No âmbito da investigação que desenvolvo (ao contrário do que por aí se apregoa, a coisa também se pode fazer numa empresa, que queira e tenha quem queira fazê-la) interesse-me por questões relacionadas com a Identidade. A Identidade é um problema premente em qualquer época e apenas a permanente centração no presente que vivemos (e do qual, de facto, nunca saímos) nos faz pensar ser uma questão com maior acuidade hoje que noutros tempos.

Mas não, a Identidade é um dos Universais Culturais, uma das dimensões da existência humana sempre presente e sempre fundamental, independentemente do tempo e do espaço.

Certamente mudarão com o contexto os agentes de identidade; serão diferentes os recursos ao serviço dos processos de identificação em tempos e lugares distintos; estarão as redes de identidades em que se organizam os grupos (os "nós" e os "outros") sempre sujeitas às contingências da história; será sempre relativa a maneira de sentir, viver e conceber a identidade. Mas não existe humanidade sem ela. A forma como nos constituímos ontológica e socialmente assenta, em grande medida, em processos de identificação, através dos quais nos posicionamos e nos movemos no mundo e através dos quais o organizamos.

As questões da identidade são estruturantes da existência humana. A reflexão em torno destes processos e da maneira

com regem as relações sociais e as sociedades é particularmente importante em ciências sociais. Mas é-o igualmente na compreensão e na gestão do nosso quotidiano. Até na blogosfera.

NÓS E OS OUTROS (02-05-04)

É interessante verificar como as pessoas se organizam em rede, em mosaicos de identidades. Estamos habituados, para podermos organizar o real, a classificar as pessoas por grupos, sejam eles profissionais, étnicos, religiosos, etc. Aos nossos olhos, as pessoas são sempre referenciadas a determinado grupo e tendemos a vê-las como representantes de um arquétipo que preside à definição ideal desse grupo.

Contudo, esquecemos que estes agrupamentos de pessoas, realizados com base neste ou naquele critério ou conjunto de critérios, são tudo menos homogêneos e que cada pessoa participa de vários outros grupos. A nossa mente tende para uma homogeneização e para uma tipificação sempre redutora da diversidade e da complexidade da organização social. Como dizia Sartre, o verdadeiro judeu só existe na mente do anti semita.

Como resultado, frequentemente surpreendemo-nos quando alguém que em determinada matéria alinha pelos "outros", noutras matérias está entre os "nossos". O que cria uma curiosa confusão em muitos espíritos, que têm dificuldade em entender que o "outro" não é um absoluto e que por vezes pode ser "nosso".

Aqui temos um princípio de muitos equívocos e de muitos conflitos, evitáveis, ou pelo menos matizáveis, se pensarmos a cores e não a preto e branco.

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS (04-05-04)

Quando falamos de identidade tendemos a pensar no que cada elemento do grupo partilha com outros elementos desse grupo. No que neles há de "idêntico". Agrupamos por semelhança.

Mas nos processos identitários, a diferença é tão importante como a semelhança. Aliás, no jogo dialéctico, não há uma sem a outra. Pelo que as identidades são construídas com base em traços de semelhança e traços de diferença, que funcionam como duas forças, uma que atrai para um lado e outra que afasta de outros lados (ajudando na atracção ao primeiro). Identificamo-nos pela ideia que temos do que somos, mas também pela ideia que temos do que não somos e do que os outros são.

Verifica-se, assim, que o "outro" joga um papel importante na nossa identidade e no sentido que dela construímos. A nossa identidade é relacional, isto é, constroi-se numa relação permanente com outros indivíduos e grupos, ou seja, com outras identidades igualmente em construção. Pelo que fará pouco sentido procurarmos exclusivamente em nós os nossos sentidos.

De facto, não só agimos, como também reagimos, aderindo ou rejeitando. Pelo que determinados agentes de identificação podem ser activados por reacções (de adesão ou rejeição) a estímulos exteriores, reforçando, em determinados momentos, relações até então mais fluidas.

O património, nas suas várias possibilidades, é hoje um desses agentes, activado como "cimento" frequentemente sob estímulo externo. O que lhe confere um evidente carácter ideológico.

LUGARES (05-05-04)

Os “Lugares” são estruturantes da nossa existência. Para além de constituírem âncoras no espaço que nos permitem organizá-lo e percorrê-lo, são fontes de identidade. O “Lugar” é um sítio com nome próprio, a que estão associadas histórias, memórias colectivas que o tornam num agente identitário activo. É neste sentido que um simples penedo se pode constituir como património, gerando afectos, por mais incompreensível que isso possa parecer a determinados promotores de obras (públicas ou privadas).

TEMPOS HUMANOS (06-05-04)

A explosão do interesse pelas questões da identidade tem várias razões, das quais destaco entre outras, as reacções às tendências homogeneizantes dos processos de globalização, os desconstrutivismos pós-modernos ou as ideologias do multiculturalismo. Todavia há outro factor que me parece central nesta efervescência: a aceleração do tempo relativo. O ritmo de mudança é hoje inumano. Quem faz investigação tem frequentemente a sensação de que quando produz algo, já está alguém algures mais à frente. Quando compramos o último modelo, sabemos que já está tecnologicamente desactualizado.

A produção de conhecimento é tal e a tal velocidade que é impossível ler tudo o que é necessário para tratar determinado assunto porque o ritmo de produção não abranda, bem pelo contrário. É cada vez mais difícil estarmos actualizados. Para o estarmos minimamente, temos que trabalhar sofregamente, sem tempo para mais nada. E isto conduz-nos

cada vez mais para a especialização, para a árvore ou para o ramo, afastando-nos da riqueza que só a panorâmica geral proporciona. A informação cai em catadupa, permanentemente. E já não a conseguimos processar, muitas vezes nem com auxílio informático. Somos obrigados a permanentes selecções, muitas das vezes feitas ao acaso.

Dez anos, hoje, representam vinte ou trinta há não muito tempo. Sofremos pressão para fazer cada vez mais depressa. Há cada vez menos tempo para pensar, absorver, interiorizar. Se paramos um pouco para descansar, ficamos logo desactualizados; se não acompanhamos o passo somos ultrapassados e ficamos pelo caminho.

Numa sociedade que nos vê cada vez mais como recursos (recursos humanos), estamos obrigados a permanentes reciclagens formativas. As maneiras de fazer, que têm um tempo humano de aprendizagem, mudam a uma rapidez tal, que quando acabamos de aprender, já estamos a necessitar de uma nova acção de formação. Inovar, inovar, inovar. Não nos dão tempo para aprofundar.

Este ritmo, que só dá mostras de se acelerar, repito, já não é um ritmo humano, mas cada vez mais o da sua tecnologia. As grandes mudanças que se viviam uma vez na vida (ou nunca se chegavam a viver, tal era a lentidão da mudança), ocorrem agora de década em década. E estas transformações constantes e avassaladoras criam necessariamente problemas identitários, pois não nos é dado o tempo que necessitamos para os nossos enraizamentos. A não ser que nos apeemos deliberadamente, com as consequências dolorosas que por vezes isso significa. Mas tenho visto muita gente tomar essa opção e regressar ao passo humano.

Contudo, observo uma maior adaptação ao acelerado ritmo de mudança por parte dos meus filhos. Afinal, o ritmo do passo humano não é fixo e adapta-se. Mas tem

limites. E esses limites podem fazer com que a aceleração, que de momento sustenta a globalização, venha em breve a promover o seu espartilhamento.

Comentários:

Aproveito para “meter a colherada” aqui, porque não fico inibido pela qualidade do discurso do pessoal das “Humanidades”, que tem vindo a aparecer nas caixas anteriores.

O passo humano tem-se revelado ultimamente para mim o passo ideal. As ideias surgem-me melhor quando passeio simplesmente, numa aparente perda de tempo. Não existe a pressão da tecnologia, do programa de apresentação, da procura insana de informação pelos corredores electrónicos.

Já tenho sentido inveja dos colegas fumadores, porque podem ter só para eles o tempo do(s) cigarro(s), sem surgir a suspeita de que estão a preguiçar.

A dificuldade está em criar esse hábito, no fundo, uma libertação/liberdade interior, no meio da “hora de ponta” que são os meus dias.

MJMatos (08.05.04)

O SONHO POR VEZES COMANDA A VIDA, POR VEZES EMPATA A VIDA (09-05-04)

“Como todo o sonhador, senti sempre que o meu mister era criar. Como nunca soube fazer um esforço ou activar uma intenção, criar coincidiu-me sempre com sonhar, querer ou desejar, e fazer gestos com sonhar os gestos que desejaria poder fazer.”

BERNARDO SOARES, *O Livro do Desassossego*

Activar intenções, vencer a inércia implica esforço, para o qual nem sempre temos forças ou coragem. E por isso muitas realizações se ficam pelos sonhos. Em clausura, a liberdade de sonhar liberta, em liberdade, se não acompanhada de uma foça para agir, pode ser uma morfina que nos impede de viver.

“AINDA OS LUGARES” (11-05-04)

Em trabalho recente falei de abandono e do prolongamento simbólico da actividade dos sítios para além desse abandono. De facto, uma das características dos “Lugares” é a sua tendência para se perpetuarem para além da sua “morte”. Muitos, é certo, perderam-se no espaço físico indiferenciado. Mas outros registam prolongamentos que tanto podem ser funcionais (falava-se há tempos na televisão de uma aldeia abandonada que era reutilizada como curral, ou tantos outros sítios que foram utilizados como fonte de matéria prima) como simbólicos. É interessante verificar como sítios calcolíticos abandonados são utilizados como locais de enterramento na Idade do Bronze; como as Antas, perdida a função ritual funerária, foram utilizadas como abrigos, currais, mas se mantiveram frequentemente como marcos territoriais. Às ruínas foram-se associando lendas, progressivamente mais próximas da ficção. Outros foram totalmente demolidos como atitude de repulsa ideológica e estratégia política, como muitas mesquitas (substituídas no mesmo local por igrejas), como a Bastilha, ou mais recente a prisão de Hesse ou o “muro da vergonha”. Mas frequentemente o nome sobrevive. Ou seja, mesmo abandonados, mesmo arruinados, mesmo deliberadamente apagados, os Lugares resistem nas memórias, nas lendas, nas toponímias. São repetidamente presentificados no seu sentido e até no seu uso, mas continuam a funcionar como âncoras na paisagem, como referências no espaço, como recursos ao serviço da identidade. A Arqueologia, enquanto actividade científica e patrimonial, não faz mais do que dar continuidade, através de novas presentificações, à vida de muitos destes “Lugares”, ressuscitando outros e reforçando o seu papel activo na relação que mantemos com os territórios e com as paisagens.

A DURABILIDADE DAS COISAS (22-05-04)

As coisas têm tempos, têm duração. Essa duração pode ser objectivável, através da sua remissão a uma escala temporal astronómica (que não deixando de ser relativa, nos proporciona um sistema suficientemente estável para a constituição de uma escala de medição de tempo linear). Podemos assim dizer que algo demora mais tempo e quanto, para além de podermos referenciar e organizar as coisas no tempo.

Mas para além destas durações objectivadas (horas, dias, anos que a coisa dura), existem tempos subjectivos, de natureza psicológica, em que a durabilidade é experimentada sempre de maneira diferente, gerando sensações de tempo diferente. Quase que se poderia dizer que a diferença entre o tempo vivido e o tempo contado é um tratado de psicologia humana.

A não percepção destes tempos diferenciais pode criar problemas. O nosso tempo psicológico sofreu nas últimas décadas uma aceleração brutal e as coisas novas ou recentes rapidamente são sentidas como velhas ou demoradas, como se existissem já há muito.

Verifica-se cada vez mais a dificuldades em lidar com o que demora tempo, porque os nossos tempos psicológicos apelam cada vez mais ao breve.

Ora frequentemente isso significa a morte de algo que, visto como velho ou como demorado, está na realidade ainda em gestação, ainda em amadurecimento, ainda em acontecimento. Tudo necessita da “sua” quantidade de tempo linear para dar resultados ou para assumir determinadas características. De tempo e de esforço.

MUDANÇA (23-05-04)

“Produziu-se pois uma mudança durante estas últimas semanas. Mas onde? É uma mudança que não se fixa em sítio nenhum. Fui eu que mudei? Se não fui, então foi este quarto, esta cidade, esta natureza; é preciso escolher.

Acho que fui eu que mudei: é a solução mais simples. A mais desagradável também. Mas, enfim, tenho que reconhecer que sou sujeito a estas transformações súbitas. Sucede que só muito raras vezes penso; assim uma infinidade de pequenas metamorfoses vai-se acumulando em mim sem eu dar por isso, e depois, um belo dia, produz-se uma verdadeira revolução.”

J.-P. SARTRE, A Náusea

Comentários:

Um surpreendente paralelo com Kuhn (T. S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, 1962).

MJMatos (23.05.04)

DESINFORMAÇÃO (02-06-04)

Vivemos numa sociedade de desinformação em rede. E por causa da rede e da velocidade que proporciona, a mentira, de tal forma rápida, quase se antecipa ao acontecimento, correndo o risco de, influenciando-o, se tornar verdade.

PERCEPÇÃO E ESPAÇO (03-06-04)

Este blog começa a lembrar-me um programa de rádio que ouvia quando era menino. Chamava-se Quando o Telefone

Toca e os ouvintes diziam uma frase de publicidade ao patrocinador e pediam para ser tocada uma música. É interessante esta nova modalidade de “blogar”. Continuem, pois, mas com uma diferença relativamente ao referido programa: aqui só se tocam músicas que também agradem ao apresentador.

Pois bem, o último pedido de uma “ouvinte” foi sobre equipamentos sensoriais e organização do espaço e tempo. Sendo impossível passar este álbum duplo de uma vez só, optei pelo disco 1: percepção e espaço.

Na relação com o exterior os sentidos são intermediários, mas não são intermediários passivos. De facto, por exemplo, na etapa da percepção, anterior à “interpretação” que a enquadra através dos conceitos, das associações que lhe conferem sentido, etc., nessa fase de percepção existe já um processo de classificação onde interferem as propriedades físicas do objecto e as potencialidades do nosso equipamento biológico, neste caso visual, e as condicionantes culturais que sobre ele actuam. A imagem que chega ao nosso cérebro tem interferência dessas limitações.

Como diz Vignaux (no seu Demónio da Classificação): “para contar objectos, é preciso antes ser capaz de os diferenciar, de os distinguir uns dos outros e, para tal, é preciso recorrer às suas propriedades”. Contudo os nossos sentidos não nos permitem perceber todas essas propriedades. Por exemplo, sem auxílio tecnológico não vemos a infravermelhos (algumas espécies sim). Visse-mos, e as nossas percepções desse “real exterior” seriam outras, porque o classificaríamos e organizaríamos perceptivamente de forma diferente. É a categorização pré-racional de que fala Fernando Gil e onde a interferência do equipamento sensorial é condicionante. Toda a representação que faz nascer o sentido do objecto, que proporciona a sua conceptualização, é uma operação mental que funciona com base na informação

perceptiva mediada pelos sentidos, sendo que as nossas capacidades perceptíveis são culturalmente condicionáveis. Por outro lado, a percepção processa-se de forma relacional, isto é, as formas percebidas são em função umas das outras.

Neste sentido o equipamento biológico interfere a nossa organização do espaço. O processo cognitivo (onde a linguagem desempenha papel estruturante) organiza o espaço através de um processo de construção de representações assente nas percepções (mesmo que depois vá bem além delas, através do raciocínio lógico e do pensamento teórico). E na percepção produz-se uma primeira organização (não racional) do “real exterior” que muito assenta no nosso equipamento biológico sensorial (já para não falar do fisicalismo cerebral). Daí que construímos “mundos” diferentes consoante o equipamento sensorial que privilegiar-mos. Mas o seu funcionamento e utilização são também condicionados pelo “resto de nós”.

COMÉDIA TRÁGICA (09-07-04)

Hoje foi um dia de decisões, aplausos e críticas políticas. Qual delas a pior, constituíram-se uma vez mais como uma comédia trágica a lembrar-me, de novo, Alberto Moravia: “Lucrécio acabara por se enfadado com todo o género humano. Quando ainda se acreditava nos deuses, os homens podiam pelo menos considerar-se o motivo de chacota desses ociosos e despreocupados imortais; consolação que, apesar de escassa, permitia a ilusão de que as vozes fracas e as pequenas estaturas deste mundo provocavam algum eco, projectavam alguma sombra no universo mais amplo. Mas, desvanecida a crença nos deuses, dissolvidas as

inocentes e vetustas superstições que faziam toda a vida humana um único ritual, os homens, cheios de vontades e de soberba, tinham-se concentrado sobre si mesmos, e apenas restara a política. Ou seja, uma espécie de tragédia sem catarse, representada por personagens (...) que não sabiam ser trágicos; e as paixões e as fés que nesses contrastes se revelavam eram fortes e eficazes na mesma medida em que eram interessadas. Em suma, eram os interesses que acabavam por determinar as atitudes, até as mais ideais; (...). Era uma luta turva, embora a aposta evidente e em muitos casos confessada fosse o poder. Bastava ser desinteressado, ter amor ao seu ofício e acima de tudo ter o sentido da vida e da morte para observar essas lutas com olhos de gelo, se não de desprezo; tal como os combates das formigas em volta das suas habitações de pó.”

A. MORAVIA, *Furor Antigo*

É espantoso como o Homem revela uma extraordinária dificuldade em lidar com a ética e com os normativos que assume dele derivarem, e se apresenta bem mais zeloso com os que, sendo também por ele criados, são apresentados como por deuses originados.

DISTÂNCIAS (29-07-04)

A importância de nos pensarmos a várias escalas. Vemo-nos diferentes. A nós e ao que nos rodeia. Há acontecimentos que têm o condão de nos extrair à nossa dimensão e à dimensão dos nossos problemas. Que nos projectam noutras dimensões, de onde é tudo tão mais importante ou simplesmente de uma serena insignificância. Creio que são mais frequentes esses momentos em quem

foi educado na profundidade do tempo. Do tempo humano. Ou mais ainda, no tempo geológico, físico. E com mudança de escala não são só mais ou menos coisas. São essencialmente coisas diferentes. Os problemas contextualizam-se ou particularizam-se. Mudam. São outros, pois cada um tem a sua escala específica. A sua dimensão de coerência. Mudar de escala é elucidante. Pode ser também reconfortante.

OS DIREITOS TÊM COMO CONTRAPARTIDA DEVERES (02-08-04)

O que é o hoje intervenção cívica? Genericamente é não nos fecharmos sobre a nossa área de interferência específica, por exemplo profissional. É interessarmo-nos por causas públicas, por tudo aquilo que diz respeito à organização e funcionamento do país (e restrinja-se a questão, por agora, ao território nacional), do regime democrático, das instituições, dos diferentes agentes sociais, é estarmos criticamente atentos aos acontecimentos que pontuam o quotidiano nacional, é procurar intervir, participar, dentro das nossas possibilidades e de acordo com a nossa racionalização crítica das situações e das opções possíveis. Em suma, é ajudar a constituir uma opinião pública forte e esclarecida, não facilmente manipulável, interessada e pronta a pronunciar-se (e a agir) sobre os mais variados assuntos que dizem respeito à nossa vida colectiva. É, pois, o oposto da indiferença ou da resignação e nada deve ter a ver com “carneirismo”, procurando cada um a sua forma de participação activa. Só assim poderemos esperar que aquilo que são os nossos

problemas específicos não sejam sentidos com indiferença pela “sociedade civil”.

Ora esta formação cívica é ainda deficitária em Portugal. Deverá, por isso, ser um dos grandes desígnios do sistema de ensino e educação. Tão importante, ou mais, que a preparação técnica para desempenhos profissionais. Porque ser tecnicamente apto, mas sem uma sólida formação cívica e ética, sem sentido institucional e de missão, é meio caminho andado para as práticas que minam o contrato social democrático em que vivemos.

PRÁTICAS QUOTIDIANAS (03-08-04)

“Frente à ‘situação espiritual’ do início do século anterior, com forte impacto das utopias ‘realizadoras’ e as frustrações e decepções subsequentes, quiçá no nosso tempo tenhamos aprendido a limitar as nossas exigências (já não cremos possíveis revoluções a curto prazo que não sejam mais daninhas que as anteriores injustiças) de supostas mudanças radicais futuras, contentando-nos com pequenos passos na construção da vida quotidiana dos indivíduos que, certamente, nos aparecem mais dignos de respeito que as velhas ideologias.”

JUAN CEA NAHARRO, *Sistemas sociais e identidade pessoal*

“CENOURAS DE BRUXELAS” (05-08-04)

Que significa esta opção pelos pequenos passos quotidianos? A perda da ingenuidade? A ideia Heideggeriana do homem

enquanto ser projecto traduz bem o papel essencial que a perspectivização do futuro tem na acção humana. Estamos sempre vinculados ao passado, à tradição; estamos sempre enredados num qualquer contexto; mas quase tudo o que fazemos é em função do que antevemos (quer se concretize quer não). Por isso o sonho comanda a vida. Por isso os ideais são motivadores. O ser humano necessita de cenouras.

Por vezes é-se bem sucedido e lá se consegue dar umas dentadas na cenoura ou mesmo comê-la. Mas muitas dessas cenouras acabam por ser inatingíveis. Poderemos não ter consciência disso. Nestes casos a cenoura balançando à frente dos olhos continua a alimentar-nos a acção. Poderemos ter disso consciência e continuar. Aí a leguminosa funciona mais como um farol orientador do que propriamente um destino a alcançar.

Mas poderemos tornarmo-nos cépticos, descrentes nas potencialidades vitamínicas do vegetal. E “puf!!!”. Este desvanece-se à nossa frente. Poderemos então ficar com stress pós traumático. Desorientados durante algum tempo, ou mesmo totalmente perdidos. Poderemos sentirmo-nos estupidamente ingénuos. Poderemos ser conduzidos à resignação, à indiferença, à melancolia.

É aí que a crença no resultado, lento e pouco espectacular, das práticas quotidianas tem propriedades medicinais. Não deixa de ser uma crença, uma cenoura mais pequenina (tipo couve de Bruxelas). Mas conjugada com o cepticismo relativamente às grandes e belas cenouras de ramagens farfalhudas, dá origem a uma estabilidade com energia própria, a que alguns se referem como realismo pragmático. Faz-nos aceitar conviver com velocidades de mudança mais lentas. Com caminhos mais sinuosos e cheios de desvios. Mas é combustível para continuarmos.

Era isto que o polvo de A. Moravia queria dizer quando

afirmava acreditar no polvo. Porque ninguém vive em função de nada. Todos agimos em função de qualquer antecipação ou perspectiva de realização futura. Mesmo que sejam apenas “cenouras de Bruxelas”.

AS COISAS COMO (NÃO) SÃO (11-09-04)

“le plus fort n'est jamais assez fort pour être toujours le maitre, s'il ne transforme sa force en droit et l'obéissance en devoir.”

J.J.ROUSSEAU

Comentários:

É, sem dúvida, uma máxima fundamental - e que nos vem recordar, dolorosamente, a triste situação política e social do país. O melhor é arranjar também uma citação do Leviathan de Hobbes, para contrastar. Eras capaz de encontrar lá qualquer coisa mais adequada para descrever o tempo presente...

DK (09.09.04)

A citação poderá estar desenquadrada relativamente a Rousseau, mas enquadrada relativamente ao que se discutia no post anterior: as essências, ou melhor, a ilusão das essências. Foi a pensar nisso que me lembrei dela. É que direitos e deveres, frequentemente justificados por um pretensu carácter essencial, acabam frequentemente (se não sempre) por encapotar formas de poder, legitimando-o e reforçando-o.

Daí que Rousseau afirme que para perpetuar o poder, quem o detém em determinado momento terá que o transformar em direito e à obediência em dever. Ou seja institucionalizá-lo ou transformá-lo em moral.

Holocénico (09.09.04)

AINDA AS CONTINGÊNCIAS DO SER (10-09-04)

Num interessante texto, Marcel Mauss procura traçar o percurso, o movimento, do conceito que se formou do ser (do “eu”), evidenciando a sucessão de formas que esta noção

assumiu em diferentes sociedades, no tempo e no espaço, e o carácter recente do termo “eu”, da sua categorização, do respeito pelo “eu” e pelos outros e até do culto do “eu” (a que chama a sua aberração).

Essa noção terá evoluído (no sentido de movimento e não de um evolucionismo valorativo) de uma concepção do “eu” como personagem, do “eu” definido por um papel que o ser desempenharia na comunidade em que se inseria, em que a sua nomeação (que poderia variar ao longo da vida, com os lugares ocupados e papéis desempenhados) referenciava essencialmente um estatuto, um desempenho, um papel, para uma concepção do “eu” como indivíduo com nome próprio. Mais tarde acrescentar-se ia a noção de ser possuidor de valor metafísico e moral, a que se seguiria a sua sacralização e finalmente a sua concepção como forma fundamental de pensamento e acção, de consciência, institucionalmente consagrada na Carta dos Direitos do Homem.

Mas Mauss termina avisando: “Who knows even whether this category, which all of us here believe to be well founded, will always be recognised as such? It is formulated only for us, among us. Even its moral strength (...) is questioned in the countries where this principle was discovered. We have great possessions to defend. With us the idea could disappear. But let us refrain from moralizing...”

Comentários:

Lembrei-me como o conceito de ‘eu’ varia de forma muito marcada nas sociedades ocidentais e nas orientais (apesar da crescente ocidentalização destas últimas). Por ex., é quase um lugar-comum afirmar-se que o Japão só tomou contacto com o conceito do ‘eu’ autónomo na 2ª metade do séc. 19 e que esse conceito foi “importado” (ou “imposto”) da Europa e da América.

Tenho, no entanto, algumas dúvidas em relação à absolutização destas dicotomias culturais. Talvez seja realmente mais adequado pensar que o conceito de ‘eu’ autónomo (?) existe sob diferentes formas, localizando-se ao longo de um vasto espectro de

comportamentos considerados “aceitáveis” em cada sociedade e variando no tempo / espaço, como Mauss me parece sugerir.

Recordo, p.ex, a influência enorme, ainda hoje, do Confucionismo na Ásia (esp. na China e Japão) e o maior peso que nessas sociedades é colocado na “intersubjectividade” e na localização do indivíduo no ‘continuum’ social pelo assumir de um determinado papel.

DK (10.09.04)

O “movimento do eu” proposto por Mauss é apenas um entre outros possíveis de estabelecer, como ele próprio dá a entender. E sem dúvida que a sua análise, que no que respeita às primeiras formas, é globalizante (analisa sociedades arcaizantes da América do Sul, do Norte, da Austrália, a Europa Clássica, a China, a Índia), se torna “ocidentocentrista” a partir de certa altura. Quase que parece deixar subentendido que de um quadro variado, apenas no mundo Ocidental se teria processado uma evolução (não valorativa) da concepção do ‘eu’ e que, graças à posição mundial dominante que o Ocidente assumiria, se viria a espalhar pelo mundo.

De facto os Direitos do Homem são uma tentativa de universalizar uma concepção ocidental do indivíduo. Não admira que não entre com facilidade em ambientes culturais com concepções diferentes ou formas diferentes de enquadramento social do “eu”.

Holocénico (10.09.04)

INOVAÇÕES (22-09-04)

Dois jardineiros competiam por conseguir a erva mais alta, cada um no seu canteiro. Num primeiro olhar a coisa parecia empatada, com a erva eleita a elevar-se sensivelmente a mesma distância acima das restantes em cada canteiro. Uma análise mais atenta, contudo, revelou uma diferença subtil, mas fundamental: num canteiro a erva elevava-se acima das outras porque tinha crescido mais, no outro a erva destacava-se porque as restantes haviam sido cortadas.

Comentários:

A eucaliptização aplicada ao ecossistema académico?

Gomez (22.09.04)

A GLOBALIZAÇÃO TAMBÉM POTENCIA A DIFERENÇA (21.10.04)

Vivemos um tempo frenético. Como já aqui escrevi, um tempo que temos cada vez mais dificuldade em acompanhar. Somos permanentemente bombardeados com acontecimentos, como notícias e respectivos comentários que geram novas notícias, com factos que nos chegam de todo o mundo. E nessa amálgama o importante vem junto do acessório, o essencial vizinho do trivial. O mundo aparece-nos cada vez mais atomizado, no sentido em que cada vez mais contactamos com particulares de todo o lado. A revolução tecnológica apresenta-nos um mundo cada vez mais amplo, coloca-nos em frente de uma “realidade” cada vez mais vasta. E perante a vastidão crescente do “real” somos obrigados a uma permanente escolha, a seleccionar dentro de selecções, a optar sem parar, como numa permanente encruzilhada. A globalização, se por um lado nos aproxima, por outro coloca-nos perante um “real” em crescimento, fluido e transitório, demasiado amplo para o conseguirmos abarcar na sua extensão e dinâmica, potenciando a existência de experiências, vivências, trajectórias pessoais cada vez mais diversificadas e individualizadas. É hoje mais fácil ser-se menos parecido. As modas explodem, os grupos de identidade multiplicam-se e são cada vez menos homogéneos. Paradoxalmente, ou talvez não, promove simultaneamente a semelhança e a diferença. Já não lemos todos os mesmos livros.

(30.10.04)

“Perguntas-me o que deves fazer com a pedra que te puseram em cima da cabeça?”

Não penses no que fazer com. Cuida no que fazer da.
É provável que te sintas logo muito melhor.
Sai, então, de baixo da pedra.”

ALEXANDRE O'NEILL, *Sentenças delirantes dum poeta para si próprio em tempo de cabeças pensantes*

ESTATURAS (30.11.04)

“É preciso que os políticos competentes se mobilizem para substituir os incompetentes”. Foi qualquer coisa deste género que disse Cavaco Silva. Eu diria que é necessário que os portugueses competentes se mobilizem para substituir os incompetentes. Podendo eu pensar em alguns ramos de actividade em particular, creio que o apelo é generalizável, tal a mediocridade que parece tomar de assalto inúmeros sectores da sociedade portuguesa. Mediocridade técnica e mediocridade ética. É que o desafio de Cavaco, colocando a tónica na competência, poderá sugerir que se faz mal ou não se faz porque não se sabe fazer. Mas, com crescente frequência, não se faz ou faz-se mal também por falta de solidez relativamente aos princípios éticos mais básicos. Aliás, a mediocridade técnica recorre muitas vezes à mediocridade ética, nomeadamente na tentativa (normalmente bem sucedida) de manter o lugar, gerando para isso mais mediocridade à sua volta. E, assim, aos poucos, se vai transformando uma diversificada floresta num eucaliptal.

Comentários:

O que complica as contas é o facto de, na política dos tempos que correm, competência técnica ser sinónimo de mediocridade ética!

Estranhos tempos estes em que a ética se tornou uma desvantagem concorrencial!

Muguele (30.11.04)

PUBLICAÇÕES, “ÁRBITROS” E CITAÇÕES (05.12.04)

“As publicações científicas são uma parte importante da ciência e da carreira de um cientista. Os indivíduos são julgados pelo número de artigos que publicam, onde os publicam, de que nível são e quantas vezes são posteriormente citados. (...) Antes de um artigo ser aceite para publicação tem de ser submetido àquilo a que se chama peer review. O editor de qualquer revista respeitável escolhe um referee anónimo (e espera-se que independente) e pede-lhe que aprecie o artigo e sobre ele escreva um relatório. Com base neste relatório, o editor tem de decidir se publica ou se rejeita o artigo, ou se o mesmo precisa de sofrer alterações antes de ser publicado. (...) Tem-se debatido muito se este sistema de controlo de qualidade funciona, mas de momento ele está para ficar”

JOÃO MAGUEIJO, *Mais rápido que a luz*, p.197-8

O modelo parece estar mesmo para ficar. Foi bastante referido quando do anúncio das medidas de incentivo à investigação e à fixação de investigadores em Portugal há uns meses atrás. E, volta não vai, a questão do número de artigos “creditados” e de citações conseguidas reaparece. Não tendo eu a necessidade de tais “créditos” para o que seja (pelo menos para os próximos tempos), tendo eu mais de 70 títulos publicados pelos quais, segundo creio, não tenho direito a um único desses “créditos”, sendo eu mero curioso nestas coisas da ciência e dos cientistas, gostaria, contudo, de fazer alguns comentários ao sistema.

1. É totalmente permeável a abusos que lhe retiram credibilidade. O próprio Magueijo conta, nas linhas que se seguem à citação acima transcrita, o caricato episódio de recusa de publicação do seu artigo sobre a velocidade variável da luz na “prestigiada” revista Nature. Conheço outros

exemplos, nomeadamente das áreas das arqueometrias, em que o acesso às revistas ditas prestigiadas é “reservado”. Por outras palavras, os ditos *referees* e editores não resistiriam a um “apito dourado”. O “controlo pelos pares” tem, como o nome indica, algo de medieval: potencia o clientelismo e funciona como forma de controlo, não da qualidade, mas de determinadas áreas do conhecimento por grupos mais ou menos restritos. Significa isto que a qualidade não é o único critério e, muitas vezes, não será o mais valorizado.

2. A publicação de artigos noutras revistas não pontuadas não significa que os mesmos não tenham a mesma ou maior qualidade que os publicados em revistas pontuadas.

3. O sistema tende a desvalorizar a noção de “revista como projecto de intervenção”, com objectivos precisos, com orientações e perspectivas assumidas, e que poderá reunir artigos de inquestionável qualidade científica, não sendo aceitável que os mesmos sejam desvalorizados relativamente a outros só porque a revista não é pontuada por não obedecer a determinados critérios editoriais.

4. O sistema gera comportamentos algo doentios relativamente à publicação de artigos, resultando numa ânsia desesperada por “pontuar, pontuar, pontuar”, com uma lógica mais de “capitalização” do que de investigação.

5. O sistema gera atitudes elitistas, muitas vezes pouco justificadas. O conteúdo parece ser, por vezes, menos prestigiante que o sítio onde aparece publicado.

6. O sistema não tem a mesma implantação nas ciências sociais, deixando estes investigadores em desvantagem relativamente aos das ciências exactas, físicas e naturais.

Mas não será, como a Democracia, o menos mau de todos os sistemas? Como avaliar o trabalho de um investigador? Como discriminar a qualidade entre tanta “tralha” que se publica, por exemplo, na Arqueologia portuguesa? Como

destinguir a inovação entre tanta descrição e tanto comentário? Como perceber que dez cacos deram origem a dez artigos? Como destinguir o mesmo artigo publicado com títulos ligeiramente diferentes em mais do que uma revista? Não será o sistema menos mau? Talvez. Mas há muita qualidade fora desse sistema. Há muita qualidade sem acesso a esse sistema. E já agora uma pergunta: será que ele não reproduz e perpetua vícios que enfermam as academias?

Comentários:

Se não me engano o único periódico português dedicado à Arqueologia que confere créditos é “O Arqueólogo Português”, o que é visivelmente insuficiente. Mais ainda, o sistema que mencionas é, no essencial, virado para o mundo anglo-saxónico, e nesse aspecto as humanidades ficam muito mais restringidas que as ciências ditas exactas. Sim, tenta publicar um artigo sobre a política externa portuguesa na I República, ou sobre a escrita de Júlio Diniz e vê o que uma revista norte-americana te responde! Já os meus colegas que se dedicam ao estudo do upwelling na costa portuguesa terão certamente muito mais sorte em qualquer jornal da Elsevier.

MJ (05.12.04)

A questão hoje levantada pelo teu post é complexa e muito interessante. Em primeiro lugar, é necessário dizer que a qualidade científica de um investigador está longe de se esgotar no número e no prestígio das suas publicações. Índices como o número de projectos financiados, o volume desse financiamento, prémios obtidos, cargos institucionais desempenhados, etc., etc., constituem a paleta que permite formar um juízo sobre a mais valia científica e de investigação de uma pessoa. O número de publicações é somente uma cor dessa paleta.

No que respeita ao número de artigos há que tomar em consideração as áreas de investigação que nos encontramos a falar. Na notícia do Público sobre os prémios que o MCES distribuiu aos investigadores com mais de 100 publicações em revistas internacionalmente referenciadas, a Ministra Graça Carvalho referiu que este número não pode servir de padrão para todos os campos da ciência.

Em Psicologia, a minha área, 100 artigos só se conseguem ao fim de uma vida de trabalho muito intenso, sendo muitos desses artigos escritos em co-autoria. Só um número muito restrito de investigadores de créditos internacionais o consegue. Centremo-nos agora na questão das publicações com um sistema de peer-review. Apresentas uma série de críticas ao referido sistema e concluis que, eventualmente, não existem alternativas viáveis à sua implementação. Deixa-me que te diga que é, no mínimo, uma posição algo ambígua que perpassa ao longo do teu texto. Irei seguir a ordem numérica que utilizaste.

1. Afirmas que o sistema é permeável a abusos que lhe diminuem a credibilidade e citas como exemplo a recusa de um artigo de Magueijo na Nature. Mas porque carga de água a recusa de um artigo por uma revista prestigiada diminui a credibilidade dessa revista? Podem existir várias razões plausíveis para essa recusa.

O artigo poderia ser uma versão anterior, menos elaborada, de um artigo que posteriormente seria aceite. Afirma que o sistema potencia o clientelismo e que os referees impedem a publicação de determinados artigos e autores. Isto dá ideia que os referees perpetuam um sistema de casta. Mas como, se estamos a falar de um processo de revisão cego? Uma orientação editorial de uma revista científica pode ser menos sensível a uma determinada orientação teórica ou abordagem de uma problemática? Qual é o problema? O autor deve escolher a revista que é a mais adequada ao artigo que se propõe publicar.

2. Afirmar que a publicação de artigos em revistas menos pontuadas não invalida que um determinado artigo seja bom. Claro que não invalida. Mas é um desperdício estúpido na minha opinião. Se um biólogo português desenvolve um trabalho de investigação científica que pode ser publicada na Science porque é que insiste em publicar numa revista portuguesa que chega a, digamos, 500 leitores potenciais. Se um académico da área da Filosofia escreve um artigo excelente gostaria de o publicar na Revista da FLUP ou na Mind? Não se trata unicamente de prestígio mas do universo de leitores que só as grandes revistas podem alcançar e do impacto que o artigo pode ter.

3. Não sei o que são revistas associadas a projectos de intervenção pelo que não posso comentar com rigor a tua apreciação. Mas não estamos a discutir projectos editoriais subjacentes a uma determinada publicação. O que se deve discutir é se após a aprovação de um determinado projecto editorial se deve ou não instituir um projecto credível de peer-review. A minha resposta é um sim claro. O que implica, naturalmente, a selecção de um editor e sub-editores competentes e de um "editorial board" de igual valia.

4. O sistema gera obsessões doentias. É verdade. É o famoso "publish or perish". Há aproximadamente dois anos participei num seminário com um editor de uma importante revista americana que nos disse, a páginas tantas, que tudo o que escrevia e investigava tinha como destino a publicação. Mas há obsessões e obsessões. Prefiro esta à nossa, tão lusitana, tão pequenina, de pensarmos que tudo o fazemos é tão excelente que nem sequer merece ser apreciado e avaliado por outros. No mundo académico no qual me movo desde há alguns anos, quando ouço críticas ao sistema de publicação com peer-review e ao impacto do número de publicações como indicador de avaliação científica estou quase sempre perante alguém que ou é medíocre no plano científico ou que tem medo da avaliação.

5. O sistema tende a gerar atitudes elitistas. É verdade. Mas prefiro a arrogância deste elitismo, que não deixa de ser detestável, à arrogância que muitas vezes observo no mundo universitário português. Uma arrogância que se funda numa atitude de prepotência e de superioridade perante os outros que mais não é sinónimo de uma imensa mediocridade. Conheço alguns académicos estrangeiros com uma lista de publicações invejável. Talvez conheça os investigadores errados, mas todos eles são pessoas afáveis, intelectualmente estimulantes e disponíveis. O académico português típico é muito mais arrogante, sobranceiro e incomparavelmente superior em mediocridade.

6. Já afirmei que a avaliação dos artigos publicados deve ser diferente em diversas áreas do conhecimento. Só alguém da área de Engenharia, como é a actual responsável pelo MCES, se lembraria de colocar a fasquia da excelência nos 100 artigos publicados. Como dizes, há que avaliar o conteúdo dos artigos para detectar a inevitável tendência para a redundância, irrelevância e, nalguns casos mais raros, o auto-plágio.

Em síntese, no nosso país precisamos de dar muito mais valor ao número e à qualidade das publicações dos investigadores portugueses. Em revistas portuguesas e, principalmente, internacionais. Com todos os seus defeitos o sistema de peer-review é como a democracia liberal: é imperfeita mas ainda não se conseguiu inventar nada melhor. Pessoalmente prefiro os defeitos deste sistema aos prevalecentes entre nós que se caracterizam por uma mentalidade mesquinha, que não premeia o mérito, foge ao debate intelectual e tudo submete ao rolo compressor da mediania rasteira.

PJ (05.12.04)

BELEZAS (04.01.05)

"Na expressão grega paideia ressoa algo da leveza e da inocência do jogo infantil. O seu "objecto" próprio, se é que se pode aplicar de todo esta palavra, é o belo. Este significa tudo aquilo que, sem ser útil para alguma coisa, se recomenda por si mesmo, de modo que nenhum homem pergunta para que serve."

HANS-GEORG GADAMER, Elogio da Teoria

Há muito disto na Arqueologia e no conhecimento que produz.

ESTRUTURA E ACÇÃO (20.01.05)

Uma velha dicotomia que voltei a sentir no debate de há dias e que com frequência está presente das discussões em Portugal. Os problemas, os mais profundos, são do "sistema", da "sociedade", do "Estado", ou seja, são de entidades colectivas. Ao indivíduo parece que resta apenas lamentar-se e esperar. Esperar que o "sistema" mude, que a "sociedade" evolua, que o "Estado" repare nos cidadãos.

Os teóricos da acção, alguns pelo menos, acreditam pouco nestes colectivos sociais como entidades autónomas, inde-

pendentes do indivíduo e da sua acção. Por outras palavras, estes e outros colectivos sociais resultam das acções recíprocas entre indivíduos, não podendo delas ser separados. Não querendo agora (embora aprecie muito o assunto) discutir as virtualidades, potencialidades e fragilidades das teorias da acção, penso que as mesmas são muito úteis para o pensamento reflexivo.

A responsabilidade parece ser sempre dos outros, sobretudo dos outros colectivos, impessoais. Mas qual o papel de quem critica, de quem critica por exemplo a situação da Arqueologia ao nível da organização e actuação da tutela, ou do seu ensino universitário, ou da sua prática empresarial, ou ...? O seu posicionamento parece ser sempre exterior, reivindicador e expectante. Mas, como nos lembram os discursos sobre a acção, a estrutura emerge das acções individuais recíprocas. Parece-me, pois, que a responsabilidade relativa aos "sistemas", "sociedades" e "Estados" é de todos, do que fazemos e não fazemos. Todos temos um espaço social de intervenção. Naturalmente uns têm um espaço bem maior que outros. Mas também, relativamente ao seu espaço e às suas possibilidades, uns agem de uma maneira e outros de outra. O que, diga-se, é legítimo.

Mas ninguém é exterior à dinâmica social, nem ninguém é inimputável, porque todos podem fazer algo, por pouco que seja, na sua esfera de intervenção.

Daí que tenha ficado bem satisfeito com as perspectivas que se abriram a partir do debate de há dias relativamente a concretizações que procurem atacar problemas enunciados, sem ficar à espera que o "sistema" ou o "Estado" resolvam o assunto. Grão a grão...

NO DECORRER DE UMA REUNIÃO... (02.02.05)

...vieram-me à cabeça vários pensamentos. Todos, de uma forma ou de outra, giravam em torno da imagem dos organismos públicos como verda deiros monstros. Pela sua orgânica, pela sua burocracia, pela sua autocracia, a lógica interna de funcionamento da instituição impõem-se às lógicas e justiça que cada caso concreto aconselha ou requer.

Há, nestas instituições, gente inteligente, gente empenhada, gente sensível, gente cooperante e com bom senso e há também os outros. Mas há sobretudo um conjunto de grandes constrangimentos de funcionamento que, por vezes, conseguem desvirtuar a actuação dessas instituições e as boas intenções dos seus agentes.

Frequentemente esses constrangimentos são de tal ordem que se apoderam das pessoas. Morgan Freeman, num filme sobre condenados numa prisão, dizia que essas pessoas tinham sido "institucionalizadas". Um "institucionalizado" já não consegue viver fora da instituição, não sobrevive sem ela. Vê o mundo através das suas regras de funcionamento e, se tiver poder, obriga o mundo a funcionar sobre as estritas normas da sua "casa", por mais inadequadas que sejam no tempo ou no espaço. Esqueceu que há outras instituições, outras perspectivas, outras regras igualmente legítimas, outros problemas igualmente importantes.

No final, ocorreu-me também que o património não é uma questão de pedras, cacos, fachadas ou quadros e esculturas, mas uma questão de pessoas. Outra história? Talvez não.

ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS (10.02.05)

Quando saio do meu habitual local de trabalho e vou para casa passo sempre pela Avenida de Berna e pela porta da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Paro sempre no sinal vermelho em frente. A fila de carros é impiedosa. Hoje não foi diferente.

Olho para aquele alto edifício, de não sei quantos andares, e, invariavelmente, vem-me à cabeça um mesmo pensamento: o de que a ideia de universidade não joga com um edifício com aquelas características.

Preconceitos, claro. Mas que não deixam de alertar para uma das coisas que pouco se discute a propósito das universidades: a sua espacialidade.

Lembro-me, por exemplo, das inúmeras queixas de docentes e alunos relativamente à nova faculdade de letras do Porto. Não apenas no que respeita à funcionalidade do edifício, mas também à sua “falta de ambiente”.

Certamente vinculada às suas origens, a ideia da organização da Universidade chegou até nós na forma de *campus*, ou seja de algo espacialmente independente, separado, diferenciável, do resto da urbe. Um espaço que atraía sobre si um significado e uma simbólica própria. Um espaço de saber, de aprendizagem, um lugar sagrado da racionalidade. Entrar para a Universidade era também entrar para um espaço específico e restrito, de edifícios tendencialmente baixos e nuclearizados. O edifício da FCSH nada parece ter a ver com isto. Antes, corresponde a uma faculdade num edifício que poderia ser de escritórios ou de apartamentos. Sem estar avisado, ninguém apostaria que ali está instalada uma faculdade.

Ao mesmo tempo, cursos de outras faculdades há que estão distribuídos por diferentes edifícios em partes diferentes da cidade. Alguns alunos “vêm-se e desejam-se” para irem

de uma aula para outra, tendo que atravessar a cidade.

Tudo isto me faz alguma confusão. O *campus* dilui-se na cidade, confunde-se com ela. O espaço universitário torna-se indistinto. Materialização espacial da democraticidade de acesso ao saber, dirão alguns.

Mas que consequências tem isto na formação? Que reflexos expressa?

Na minha longa passagem pela FLUL já sentia um distanciamento de alguns colegas relativamente à faculdade enquanto lugar. Era um ponto de passagem, que aparentemente não gerava grandes sentimentos de identificação e de pertença. Era, para alguns, mais um espaço físico que um lugar. Esse distanciamento parece-me ser favorecido por esta nova espacialidade da universidade, que a dilui, dispersa e confunde com o resto urbano. Parece-me, como dizia DK a propósito de uns sítios pré-históricos ali em baixo, que falta o espírito do lugar. E uma Universidade, ou simplesmente uma faculdade, sem um “espírito de lugar”

Não há actividade humana fora do espaço. Como diz Sack, “The place and the people are conceptually fused”. Esta nova espacialidade da Universidade não pode deixar de ter consequências no que intelectualmente produz, nas dinâmicas que gera. Fala-se muito de reforma da universidade, mas parece-me que se pensa pouco o seu espaço. Entretanto o sinal verde caiu.

(24.02.05)

“Há momentos em que tudo cansa, até o que nos repousaria.”

BERNARDO SOARES, Livro do Desassossego.

THE END (08.03.05)

Foi uma experiência agradável e interessante.

Acaba hoje, como um dia começou. Um ano e uma dúzia de dias depois.

Comentários:

[Foram vários os comentários simpáticos de despedida colocados pelos leitores habituais e menos habituais. Seleccionei apenas um, de alguém que não conheço, mas que ...]

Que pena! Deixe-me saudá-lo com estes versos finais do Guardador de Rebanhos, em que me revejo e, sem presunção, me parece que "uma parte" do Holo se revê. Que tenha saúde, paz, sucesso, esse espírito inquieto e ... que volte!

... Passo e fico, como o Universo.
Meto-me para dentro, e fecho a janela.
Trazem o candeeiro e dão as boas noites,
E a minha voz contente dá as boas noites.
Oxalá a minha vida seja sempre isto:
O dia cheio de sol, ou suave de chuva,
Ou tempestuoso como se acabasse o Mundo,
A tarde suave e os ranchos que passam
Fitados com interesse da janela,
O último olhar amigo dado ao sossego das árvores,
E depois, fechada a janela, o candeeiro aceso,
Sem ler nada, nem pensar em nada, nem dormir,
Sentir a vida correr por mim como um rio por seu leito,
E lá fora um grande silêncio como um deus que dorme."

Ivan (10.03.05)



